



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER:
UM ESTUDO SOB A ÓTICA DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

VITÓRIA
2022

BEATRIZ MOTTA NEVES

**VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: UM ESTUDO SOB A ÓTICA
DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Professora Doutora Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho.

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M921v Motta Neves, Beatriz, 1993-
Violência psicológica contra a mulher: um estudo sob a ótica
da Teoria das Representações Sociais / Beatriz Motta Neves. -
2022.
196 f. : il.

Orientadora: Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Representações sociais. 2. Violência contra as mulheres.
3. Gênero. 4. Violência psicológica. I. Mantuan dos Santos
Coutinho, Sabrine. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9



Secretaria Integrada de Programas de Pós-Graduação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - ATA Nº 416 – 19/12/2022

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 9 horas e 30 minutos, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores: Pollyana de Lucena Moreira (UFES), Daniel Henrique Pereira Espíndula (Univasf) e Rebeca Valadão Bussinger (UFSB) para a sessão pública da defesa de dissertação de Mestrado de **Beatriz Motta Neves**, intitulada: **“Violência psicológica nos relacionamentos amorosos: um estudo sob a ótica da Teoria das Representações sociais.”**, sob a orientação da Profa. Dra. Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho, sendo a banca presidida pela Profa. Dra. Pollyana de Lucena Moreira. Realizada a arguição, a defesa foi dada por encerrada e os membros da Banca, reunidos, decidiram pela **APROVAÇÃO** da Dissertação da aluna. Por fim, a presidente da sessão alertou que a aluna somente terá direito ao título de Mestre após entrega da versão final de sua dissertação à Secretaria Integrada de Programas de Pós-Graduação, bem como o artigo da dissertação e os demais pré-requisitos da titulação do programa. Nada mais havendo a acrescentar, eu, Profª. Drª. Pollyana de Lucena Moreira, presidente da sessão, lavrei a presente ata que vai com as devidas assinaturas (De acordo com a Portaria Normativa no 08 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFES de 01 julho de 2021, membros de banca externos à UFES que não atuam como docentes permanentes ou colaboradores nos Programas de Pós-Graduação da UFES estão dispensados da obrigatoriedade de assinatura digital da ata. Caso o membro externo não assine a ata e, sendo o Coordenador o responsável final pela realização da banca, a assinatura do Coordenador via Lepisma assegura a legitimidade necessária do documento).

Profa. Dra. Pollyana de Lucena Moreira
Presidente da Sessão – UFES

Prof. Dr. Daniel Henrique Pereira Espíndula
Examinador Externo – Univasf

Profa. Dra. Rebeca Valadão Bussinger
Examinadora Externa – UFSB

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
POLLYANA DE LUCENA MOREIRA - SIAPE 3160395
Departamento de Psicologia Social e Desenvolvimento - DPSD/CCHN
Em 20/12/2022 às 09:42

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/625383?tipoArquivo=O>

Agradecimentos

À minha família, principalmente minha mãe, pelo apoio incondicional, incentivo e por sempre ter investido no meu crescimento e aprendizado, tudo o que eu sou e conquistei até hoje foi graças à você. À minha madrinha, segunda mãe que a vida me deu, e que me ensinou que família é muito mais do que ter um laço de sangue, obrigada por acreditar em mim e por sempre ter estado presente. À Mel, amorzinho da minha vida, por alegrar os meus dias e ser a melhor companheirinha de estudos que eu poderia ter.

A todos os professores que conheci durante minha graduação na Universidade Federal Fluminense (UFF), por terem me apresentado a (s) Psicologia (s) de forma tão ética, crítica e comprometida.

À minha orientadora Sabrine, a quem conheci durante a graduação e tive o privilégio de reencontrar no mestrado. Obrigada por todo apoio, cuidado e generosidade durante esse trajeto.

À Maria Cristina Menandro, pelas contribuições na banca de qualificação; Rebeca Valadão Bussinger, pelo cuidado na banca de qualificação e por ter aceitado retornar na banca de defesa; e aos professores Pollyana de Lucena Moreira e Daniel Espíndola, pela disponibilidade em participar da banca de defesa: obrigada por aceitarem contribuir com esse trabalho.

Às minhas companheiras de mestrado, Isabela, pelas trocas no nosso grupinho feminista, e em especial à Mariana, por todo apoio, por todas as conversas e textos trocados, por escutar todos os meus áudios em momentos de angústia (nosso famoso podcast “sofrimentos de uma mestranda”), e por gentilmente ter se oferecido para ser minha primeira leitora. Sua parceria tornou essa caminhada muito melhor.

Às amigas que a UFF me deu: Allana, Bruna, Victoria, Luana e Andreza. Obrigada por terem me ensinado que não existe nada mais poderoso do que a união entre mulheres, e por

se fazerem presentes, mesmo de longe.

Às mulheres que aceitaram compartilhar um capítulo tão doloroso de suas histórias comigo, e por generosamente se colocarem à disposição para contribuir no que fosse preciso para o avanço da pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida durante parte do meu mestrado.

Resumo

A existência de relacionamentos amorosos abusivos denuncia o predomínio de uma relação hierárquica e desigual entre os gêneros, que pode legitimar a ocorrência de violência e discriminação, bem como o lugar de subordinação insistentemente atribuído às mulheres. A violência contra a mulher, assim, inclui-se dentro da categoria de violência de gênero, que se perpetua de diversas formas dentro da sociedade. Porém, ações mais sutis, tais como chantagens, humilhações, xingamentos e manipulações, que caracterizam uma forma de violência, nem sempre são compreendidas como abusivas, sendo constantemente naturalizadas. O presente trabalho, sob a ótica da Teoria das Representações Sociais, propôs-se a investigar compreensões sobre gênero e violência contra a mulher, com foco na violência psicológica, bem como estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres em casos de relacionamentos abusivos. O estudo 1 teve como objetivo geral investigar representações sociais de violência contra a mulher, com foco em violência psicológica, e representações sociais de gênero contidas em matérias jornalísticas que tratavam sobre relacionamentos abusivos, bem como verificar se tais matérias jornalísticas faziam referências a estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher. Consistiu em uma pesquisa documental, que foi realizada tendo como fonte de dados 222 matérias da Revista Istoé, do período entre 2012 e 2021, selecionadas por meio dos termos de busca “violência contra a mulher”, “violência psicológica” e “violência de gênero”. O estudo 2 envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas com 16 participantes visando investigar representações sociais de violência contra a mulher, com foco em violência psicológica, de mulheres que já vivenciaram e/ou vivenciam um relacionamento abusivo, bem como estratégias de enfrentamento por elas relatadas. Além das questões apresentadas verbalmente, o roteiro de entrevista compreendeu, num primeiro momento, duas questões que utilizaram charges com a finalidade de introduzir a temática de interesse e deixar que as participantes falassem livremente sobre o que pensavam sobre os conteúdos das imagens. O material

proveniente da pesquisa documental e das entrevistas foi submetido ao processamento do software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) e, de modo complementar, também foi empregada a técnica de análise de conteúdo temática em ambos os estudos (exclusivamente no conjunto de matérias selecionado com base no descritor violência psicológica; e nas perguntas do roteiro de entrevista semiestruturada que utilizaram recursos visuais). Como resultados do estudo 1, destacam-se: as matérias que abordavam a violência contra a mulher focavam, sobretudo, em aspectos criminais, estatísticos, e em casos envolvendo pessoas conhecidas no meio midiático; as matérias não trouxeram uma conceituação explícita acerca de gênero, mas algumas indicaram aspectos culturais e sociais relacionados à ocorrência de violência contra a mulher; as estratégias de enfrentamento foram descritas predominantemente associadas a ações legais/punitivas. Em relação aos achados do estudo 2, foram identificados conteúdos de representações sociais de gênero e de violência contra a mulher sustentados em aspectos socioculturais, que indicam relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres. As mulheres entrevistadas relataram utilizar diferentes estratégias frente ao contexto de violência, sendo algumas de âmbito mais individual (busca de informações e aproximação com pautas feministas por meio de leituras, por exemplo), enquanto outras envolviam busca de ajuda por meio de suporte social e/ou profissional. No que diz respeito às significações de violência psicológica, constatou-se que, tanto as matérias (estudo 1) quanto as entrevistas (estudo 2) não trouxeram propriamente uma definição conceitual a este respeito, enfocando mais em práticas que caracterizavam esse tipo de violência (desqualificação, ameaças, manipulações, gritos, humilhações, xingamentos, entre outras). Destaca-se que o fenômeno da violência psicológica é de difícil abordagem e que, por tal motivo, foi necessário percorrer um caminho indireto para tentar acessá-lo. No entanto, considera-se um avanço, em alguma medida, que essa tipologia tenha sido mencionada nas matérias de revista analisadas e que as participantes tenham

demonstrado conseguir identificá-la dentro das experiências narradas. Espera-se que a presente investigação, que tentou trazer mais algumas pistas sobre o fenômeno da violência psicológica nos relacionamentos amorosos, sirva de pontapé para novas abordagens teóricas e metodológicas sobre o tema, auxiliando no preenchimento das lacunas ainda existentes.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Gênero. Violência Psicológica. Relacionamentos abusivos. Teoria das Representações Sociais.

Abstract

The existence of abusive romantic relationships denounces the predominance of a hierarchical and unequal relationship between genders, which can legitimize the occurrence of violence and discriminate as the position of subordination insistently assigned to women. Violence against women is thus included within the category of gender violence, which is perpetuated in various ways within society. However, subtle actions, such as blackmail, humiliation, insulting, and manipulation, which characterize a form of violence, are not always understood as abusive, being constantly naturalized. This paper, from the perspective of the Theory of Social Representations, proposed to investigate understandings of gender and violence against women, focusing on psychological violence and coping strategies used by women in abusive relationships. Study 1 had the general objective of investigating social representations of violence against women, with a focus on psychological violence, and social representations of gender contained in newspaper articles that discussed abusive relationships, as well as verifying if such news articles made references to strategies for combating violence against women. It consisted of documentary research, which was carried out using as data source 222 articles from *Istoé Magazine*, from the period between 2012 and 2021, selected through the search terms "violence against women", "psychological violence" and "gender violence". Study 2 involved semi-structured interviews with 16 participants aiming to investigate social representations of violence against women, with a focus on psychological violence, of women who have experienced and/or are experiencing an abusive relationship, as well as coping strategies reported by them. In addition to the questions presented verbally, the interview script included, at first, two questions that used images to introduce the theme of interest and let the participants speak freely about what they thought about the contents of the images. The material from the documental research and the interviews were submitted to the IRAMUTEQ software processing (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de*

Questionnaires) and, in a complementary way, the thematic content analysis technique was also used in both studies (exclusively in the set of articles selected based on the descriptor psychological violence; and in the questions of the semi-structured interview script that used visual resources). As results of study 1, we highlight the articles that addressed violence against women focused mainly on criminal and statistical aspects, and cases involving people known in the media; the articles did not bring an explicit conceptualization about gender, but some indicated cultural and social aspects related to the occurrence of violence against women; the coping strategies were described predominantly associated with legal/punitive actions. Regarding the findings of study 2, we identified contents of social representations of gender and violence against women sustained on sociocultural aspects, which indicate hierarchical power relations between men and women. The women interviewed mentioned using different strategies when faced with the context of violence, some of them being more individual (searching for information and approaching feminist agendas through reading, for example), while others involved in seeking help through social and/or professional support. In regards to the meanings of psychological violence, it was verified that both the articles (study 1) and the interviews (study 2) did not bring a conceptual definition of it, focusing more on practices that characterized this type of violence (disqualification, threats, manipulation, yelling, humiliation, insulting, among others). It is noteworthy that the phenomenon of psychological violence is difficult to approach and that, for this reason, it was necessary to follow an indirect path to try to access it. However, it is considered an advance, to some extent, that this typology was mentioned in the magazine articles analyzed, and that the participants demonstrated they could identify it within the experiences narrated. It is hoped that the present investigation, which tried to bring some more clues about the phenomenon of psychological violence in romantic relationships, will serve as a kick-start for new theoretical and methodological approaches on the subject, helping to fill the remaining gaps.

Keywords: Violence against women. Gender. Psychological violence. Abusive relationships.
Theory of Social Representations.

Lista de Figuras

Figura 1 - Dendrograma da CHD – Estudo 1	39
Figura 2 - Dendrograma lexical – Estudo 1	40
Figura 3 - Dendrograma da CHD – Estudo 2	113
Figura 4 - Dendrograma lexical – Estudo 2	114

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Número de matérias por ano	38
Tabela 2 - Formas significativas da Classe 1 (Estudo 1)	43
Tabela 3 - Formas significativas da Classe 2 (Estudo 1)	45
Tabela 4 - Formas significativas da Classe 3 (Estudo 1)	48
Tabela 5 - Formas significativas da Classe 4 (Estudo 1)	50
Tabela 6 - Formas significativas da Classe 5 (Estudo 1)	53
Tabela 7 - Raça/Etnia dos Autores da Violência	112
Tabela 8 - Tempo de relacionamento.....	112
Tabela 9 - Formas significativas da Classe 1 (Estudo 2)	116
Tabela 10 - Formas significativas da Classe 2 (Estudo 2)	118
Tabela 11 - Formas significativas da Classe 3 (Estudo 2)	121
Tabela 12 - Formas significativas da Classe 4 (Estudo 2)	123

Lista de Quadros

Quadro 1 - Matérias Seleccionadas com o Descritor “Violência Psicológica”	54
Quadro 2 - Violência psicológica - eixos e categorias temáticas	56
Quadro 3 – Caracterização das participantes.....	108
Quadro 4 - Comparativo entre as Participantes e os Autores da violência: informações estimadas da época do relacionamento	110

Sumário

Apresentação	15
Introdução	17
Conceituação de Gênero	17
Gênero, violência e relacionamentos amorosos abusivos	21
A Teoria das Representações Sociais.....	27
Objetivos	32
Objetivo geral.....	32
Objetivos específicos (de acordo com cada estudo desenvolvido)	32
Estudo 1.....	33
Estratégias metodológicas.....	34
Fonte de dados da pesquisa documental	34
Procedimentos de coleta de dados	35
Procedimentos de organização e análise dos dados	35
Resultados.....	37
Resultados do Iramuteq: Visão geral sobre a violência contra a mulher	37
Resultados da análise de conteúdo: sobre a violência psicológica.....	54
Eixo 1 - Significações sobre gênero e violência: aspectos culturais, sociais e políticos.....	57
Eixo 2 - Considerações sobre a violência: dados, desafios e iniciativas de enfrentamento	66
Análise dos resultados.....	78
Significações sobre violência contra a mulher, violência psicológica e gênero em matérias da Revista Istoé.....	80
Estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher presentes em matérias da Revista Istoé .	90
Estudo 2.....	101
Estratégias metodológicas	101
Participantes.....	101
Instrumentos.....	102
Procedimentos de coleta de dados	102
Procedimento de organização e análise dos dados.....	103
Questões éticas.....	104

Resultados.....	105
Caracterização das participantes	105
Resultados do Iramuteq.....	113
Resultados das questões com recursos visuais.....	123
Análise dos resultados.....	128
Significações sobre violência contra a mulher, violência psicológica e gênero em falas de mulheres que vivenciam ou vivenciaram um relacionamento abusivo	128
Estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher narradas pelas participantes	140
Articulações e considerações finais da dissertação	146
Referências.....	151
Apêndices	166
Apêndice A – Roteiro de entrevista semiestruturada	166
Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa	169
Apêndice C – Categoria: outros	172
Apêndice D – Corpus do estudo 1	174
Apêndice E –Número de matérias por seção/coluna.....	192

APRESENTAÇÃO

Relacionamentos amorosos abusivos são caracterizados pela presença de uma relação assimétrica, que reflete um abuso excessivo de poder em relação à outra pessoa, a quem, conseqüentemente, é conferido um lugar de submissão, o que, muitas vezes, legitima a ocorrência de violência (Cunha et al., 2020). Segundo dados do Atlas da violência (Cerqueira et.al., 2021), as mulheres são as principais atingidas pela violência no ambiente doméstico. Esses dados destacam que, na maioria dos casos, os agressores são homens com os quais as vítimas possuem uma relação de intimidade, representando, assim, a posição de vulnerabilidade em que se encontram dentro dos relacionamentos afetivos (Cambi & Denora, 2017). Desse modo, surgem diversos questionamentos, tais como: o que faz com que mulheres, por exemplo, não entendam que estão numa situação de violência e o que as leva a manter um relacionamento abusivo mesmo o percebendo como tal? Será que relacionam a ocorrência da violência com questões sociais/culturais, como papéis de gênero? Será que, por exemplo, a violência psicológica é percebida como violência? E na era da informação, como é que as mídias retratam os relacionamentos abusivos, os atores envolvidos, suas causas e conseqüências?

Para tentar encontrar respostas a tais indagações, a presente dissertação buscou investigar compreensões sobre gênero e violência contra a mulher, com foco na violência psicológica, bem como estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres em casos de relacionamentos abusivos.

Para tanto, partimos de uma revisão de literatura na qual propomos, inicialmente, uma retomada ao conceito de gênero (desde o seu surgimento a partir dos movimentos feministas) como uma forma de entender as origens desse lugar de subordinação que insistentemente tem sido atribuído às mulheres. Em um segundo momento, abordamos sucintamente, e de modo mais geral, o fenômeno da violência, que é multifacetado e

amplamente estudado por muitas áreas do conhecimento, passando pelos principais conceitos referentes à essa problemática, até chegar na violência de gênero e, por fim, na violência psicológica, objeto principal desta pesquisa. Num terceiro momento, tratamos da lente teórica utilizada para compreensão do fenômeno em estudo, a Teoria das Representações Sociais (TRS), inaugurada por Moscovici em 1961, e que tem contribuído de maneira significativa para os estudos sobre violência.

Em seguida, apresentamos os objetivos geral e específicos da dissertação, que envolveu duas etapas: uma documental e uma pesquisa de campo. Cada etapa foi descrita aqui como um estudo independente, embora façam parte de um todo e se complementem.

Nos capítulos seguintes foram expostos os estudos 1 e 2, partindo diretamente para a explicitação de seus objetivos específicos, procedimentos metodológicos empregados, resultados e discussão.¹

Ao final, um capítulo de considerações finais foi apresentado, buscando articular os dois estudos, retomar os objetivos e principais resultados da investigação, apresentar limitações da pesquisa, e apontar pistas de caminhos que podem vir a ser seguidos em investigações futuras.

¹ A revisão de literatura apresentada na introdução serviu como base para os dois estudos, de modo que estes não trouxeram tal tópico, entrando diretamente na descrição do método. Do mesmo modo, não foram apresentadas considerações finais em cada estudo, o que foi feito conjuntamente, no capítulo final.

1) INTRODUÇÃO

1.1) Conceituação de Gênero

Não há no meio científico um consenso no que diz respeito à definição de gênero. Isso ocorre pelo fato desse constructo estar relacionado a lutas sociais e a estudos acadêmicos multifacetados (Lopes, 2016). Portanto, antes de mais nada, precisamos reconhecer a complexidade desse termo e suas inúmeras implicações.

O conceito de gênero começa a ser amplamente empregado e discutido nos anos 1970 por meio de estudos de mulheres feministas, tornando-se o principal objeto de discussões dentro do movimento (Conceição, 2009). A partir dessa problemática, as feministas trouxeram para o debate a denúncia de que a experiência feminina de opressão e subordinação vinha sendo negligenciada ao longo da história (Narvaz & Koller, 2006). Mas bem antes disso, ainda na década de 1940, identifica-se a publicação de “O segundo sexo”, livro de Simone de Beauvoir escrito em 1949, como um marco das discussões sobre o papel subalterno feminino, sendo uma obra essencial na inauguração do que posteriormente ficaria conhecido como “estudos de gênero”. A obra possibilitou o questionamento do destino biológico atribuído às mulheres, proporcionando o surgimento da ideia de que o gênero é construído socialmente (Heilborn & Rodrigues, 2018).

A primeira conceituação de gênero, assim, estava ligada exclusivamente à ideia de que esse termo se referia à construção social de papéis que eram designados a partir do sexo biológico, marcando as diferenças performáticas esperadas entre homens e mulheres. Tal definição tinha como principal referencial uma posição dualista entre sexo/gênero, que vem sendo criticada pelas autoras contemporâneas (Conceição, 2009; Lopes, 2016).

Entre as autoras que trouxeram uma contribuição significativa para os estudos de gênero, destaca-se a historiadora Joan Scott, que propôs uma análise histórica do termo,

que será mais frequentemente utilizada, para efeito do presente estudo. Em seu trabalho “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” (1988/1995), ela apresenta os significados atribuídos a esse constructo ao longo do tempo. No que diz respeito aos esforços por parte de historiadoras feministas para conceituar gênero, Scott cita três abordagens utilizadas por elas:

A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (*object-relation theories*), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (p. 7).

Cada abordagem citada por Scott (1988/1995) leva em consideração algum aspecto específico para realizar a análise das relações marcadas pelo gênero, porém, segundo a autora, todas elas tinham suas limitações e nenhuma teria tido êxito em explicar por completo as origens das desigualdades entre homens e mulheres. Ao longo do texto, a autora menciona muitas perspectivas em relação ao gênero, tecendo comentários e críticas até chegar à sua própria definição do termo, que seria “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (p. 16).

A fim de complementar sua definição, Scott faz uso de diferentes elementos, como símbolos culturais, políticos, religiosos, educativos, jurídicos, entre outros, que carregam em si significados atribuídos ao masculino e ao feminino. Sendo assim, Scott conclui que “o gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (p.19).

Uma das grandes contribuições de Scott está no fato dela romper com o caráter fixo das análises de gênero baseadas em uma posição binária e defender “uma desconstrução genuína dos termos da diferença sexual” (p.14). Além de transcender a ideia de gênero como construção social e propor uma análise que leve em consideração a noção de poder que está implícita nas relações. Neste sentido, propõe:

O desafio da nova pesquisa histórica consiste em fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social (Scott, 1988/1995, p. 17).

Outra autora de grande relevância para os estudos feministas é Judith Butler, que em sua obra “Problemas de gênero” (2003) propõe uma completa desconstrução dos termos sexo/gênero, sendo revolucionária ao afirmar que os dois se tratam de construções culturais. “Para Butler, aceitar o sexo como um dado natural e o gênero como um dado construído, determinado culturalmente, seria aceitar também que o gênero expressaria uma essência do sujeito” (Heilborn & Rodrigues, 2018, p.13). Desse modo, “se em Scott a pergunta era ‘como o gênero funciona nas relações sociais’, em Butler a pergunta se desloca para ‘como o gênero funciona na definição ontológica do sujeito’ (Heilborn & Rodrigues, 2018, p.13).

Estas novas concepções sobre gênero deram margem ao abandono das teorias essencialistas do sujeito, que definem, entre outras, a categoria “mulheres”. Não mais havendo sexo natural nem uma única forma de ser mulher (ou de ser homem), as políticas de identidade do feminismo original, presentes nas gerações anteriores, foram questionadas (Narvaz &

Koller, 2006, p. 650).

Os estudos acadêmicos de gênero cresceram significativamente a partir do início do século XXI, sendo importante frisar o avanço das teorias feministas em relação a esse conceito dentro da América Latina (Souza, 2016).

Os avanços que podem ser considerados foram e estão sendo provocados justamente pelas produções teóricas que vem buscando apontar para os equívocos que se constituem, dentre outros, na automática associação da noção de gênero como sinônimo de “mulheres” e na mera transposição das teorias elaboradas à luz das perspectivas de gênero fomentadas no contexto ocidental. Tais avanços se concentram, consideravelmente, na crítica epistemológica (Souza, 2016, p.108).

Assim, pode-se dizer que os estudos feministas de gênero dentro da América Latina e, especificamente, no Brasil, vem trazendo contribuições pautadas em uma perspectiva crítica que visa “descolonizar” o gênero (Souza, 2016). Como consequência, desenvolveu-se um movimento conhecido como “feminismo decolonial”, liderado por feministas latino-americanas como, por exemplo, a argentina Maria Lugones, e que tem como objetivo primordial debater o processo de dominação histórico que atinge mulheres do sul global, principalmente as indígenas, negras e lésbicas, pois “trazem para o debate as diferenciações hierarquizantes a que estão dispostas as mulheres do chamado terceiro mundo, demonstrando como a ordem colonial histórica-política-econômica marcou e marca seus corpos a partir de violências muito específicas” (Araújo & Mattos, 2016, p. 22). Assim, tal movimento se propõe a contribuir com a crítica à categoria “mulher”, por não considerar outras formas de opressão as quais essas mulheres encontram-se submetidas. Essa crítica está intrinsicamente relacionada ao conceito de interseccionalidade que foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, e que também é muito

utilizado pelo feminismo negro que, no Brasil, tem como uma importante representante a escritora e filósofa Sueli Carneiro, que denuncia o apagamento das violências cotidianas sofridas pela população negra em território nacional. Segundo a autora, tais violências, que no passado eram justificadas a partir da escravização, atualmente encontram-se pautadas no racismo e na constante erotização dos corpos de mulheres negras (Araújo & Mattos, 2016).

Longe de ser esgotada, essa discussão tem se popularizado nos últimos anos. O esforço dos movimentos feministas desde o surgimento do termo trouxe inúmeras conquistas para as relações entre os gêneros. No entanto, sabe-se que ainda há muito a ser conquistado.

1.2) Gênero, violência e relacionamentos amorosos abusivos

Ainda que os estudos de gênero tenham avançado significativamente, trazendo problematizações a respeito das diferenças performáticas que são construídas socialmente entre homens e mulheres, e as relações de poder que estão implícitas nelas, ainda predomina na sociedade uma visão hierárquica, colocando os homens em uma posição de privilégio. Assim, conforme explicitado por Coelho et al. (2014):

Esse modelo é baseado numa visão de mundo androcêntrica, em um contexto social e cultural patriarcal, fundamentado na ideia da autoridade e liderança masculina. Por meio dela os homens exercem domínio sobre as mulheres, o que revela desigualdades entre homens e mulheres no âmbito da produção (público) e reprodução (privado). Esse cenário permanece, uma vez que a estrutura social ainda não mudou (p. 475).

A violência é um fenômeno amplo e estudado por diferentes áreas do conhecimento e, portanto, trata-se de um termo polissêmico. Barus-Michel (2011, citado

por Guimarães & Pedroza, 2015) refere-se à violência como a “experiência de um caos interno ou a ações ultrajantes cometidas sobre um ambiente, sobre coisas ou pessoas, segundo o ponto de vista de quem a comete ou de quem a sofre” (p. 259). Já segundo a Organização Mundial da Saúde (2002, p. 27), a violência é definida como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Após reconhecermos a complexidade do termo, que pode causar controvérsias devido à abundância de definições, é preciso entender que nenhuma área do conhecimento seria capaz de explicar por completo a violência ou de solucionar todas as problemáticas que estão envolvidas nesse fenômeno. Conforme apontado por Guimarães e Pedroza (2015): “entendemos a violência como um fenômeno complexo e múltiplo. Pode ser compreendido a partir de fatores sociais, históricos, culturais e subjetivos, mas não deve ser limitado a nenhum deles” (p.259).

Investigar a natureza de um ato violento é essencial a fim de compreender suas motivações e poder classificá-lo. A violência de gênero, segundo Neto e Gurgel (2014), é “construída a partir dos símbolos que representam o masculino e o feminino em um plano hierárquico e que outorguem significantes superiores ao associado ao masculino” (p.19). É importante entender que se trata de uma categoria mais ampla, incluindo também os atos de violência motivados, por exemplo, pela homofobia, pela lesbofobia e pela transfobia. Assim, conforme explicitado por Minayo e Souza (1997):

Toda violência social tem, até certo ponto, caráter revelador de estruturas de dominação (de classes, grupos, indivíduos, etnias, faixas etárias, gênero, nações), e surge como expressão de contradições entre os que

querem manter privilégios e os que se rebelam contra a opressão (p.10).

Isto posto, ainda que a violência contra a mulher seja utilizada em muitas ocasiões como um sinônimo de violência de gênero, tratam-se de categorias distintas, estando a violência sofrida pelas mulheres devido à sua condição feminina incluída dentro dos atos violentos motivados por razões de gênero, tratando-se de um crime de ódio.

O Atlas da violência (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2020) indicou que no ano de 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil, o que equivale a uma vítima a cada duas horas. Além disso, se por um lado detectou-se uma queda na taxa de feminicídios de 12,3% entre os anos de 2017 e 2018 entre mulheres não negras, por outro, a taxa de redução nesse mesmo período em relação às mulheres negras foi de somente 7,2%. Esses dados indicam que a raça é um analisador importante nesses casos, além do gênero, o que pretende-se verificar também nos achados da presente pesquisa.

O termo violência doméstica surgiu nos anos 1960 a partir do movimento feminista e ainda é largamente utilizado. Depois de um árduo processo de luta para que a violência sofrida pelas mulheres dentro de seus lares deixasse de ser vista como algo privado e fosse reconhecida como um problema do Estado e devidamente julgada, foi promulgada no Brasil no dia 07 de agosto de 2006 a Lei Maria da Penha (nº 11.340). Segundo o artigo 5º dessa lei, violência doméstica e familiar trata-se de “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Portanto, a violência pode se manifestar de diversas formas, a partir de diferentes tipologias expressas na lei 11.340, sendo importante destacar que esses tipos de agressões não costumam ocorrer de maneira isolada.

Vale frisar também que a Lei Maria da Penha inclui as mulheres que estejam vivendo uma relação homoafetiva, apesar de pesquisas indicarem que na maioria dos

casos os agressores são homens (Cambi & Denora, 2017; Candido & Filho, 2020; DataSenado, 2021). De todo modo, a inclusão na lei foi um avanço, por incluir mulheres em situação de violência que estejam fora do padrão hetenormativo de relacionamento. Além disso, a lei também inclui as mulheres transexuais.

Na literatura sobre o tema, percebe-se uma maior ênfase nas tipologias que trazem algum tipo de consequência visível para a mulher nesse tipo de situação, como a violência física e a sexual. Por outro lado, violências mais simbólicas, como a psicológica, são constantemente negligenciadas e raramente são notificadas por existirem controvérsias no que diz respeito à sua identificação. Segundo dados do Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015), a violência psicológica foi identificada nos atendimentos de mulheres pelo SUS como a segunda mais frequente, presente em 23% dos relatos. O maior índice era o da violência física, presente em 48,7 % dos casos.

O Mapa da Violência do ano seguinte (Waiselfisz, 2016) teve como enfoque a evolução de homicídios por armas de fogo no Brasil, destacando que homens são as maiores vítimas nessa modalidade, representando 94,4% da média nacional. Portanto, o Mapa não apresentou nenhum dado atualizado sobre a violência contra a mulher. Já segundo o Mapa da Violência (2018), produzido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, após a realização de uma pesquisa com mais de 140 mil notícias, mais de 68 mil casos foram identificados e posteriormente divididos em cinco categorias: estupro, importunação sexual, violência online, violência doméstica e feminicídio. Apesar de não ter como destaque a violência psicológica, a pesquisa indicou que a cada meia hora uma mulher sofre violência psicológica ou moral no Brasil.

Segundo o artigo 7º da lei Maria da Penha, que trata dos tipos de violência familiar e doméstica contra a mulher, a violência psicológica é compreendida como:

Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da

autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Brasil, 2006, p. 2).

Desigualdades de gêneros, influências culturais e uma visão conservadora predominante na sociedade são aspectos apontados por muitos autores como causadores da violência psicológica (Beccheri-Cortez & Souza, 2013; Monteiro & Zaluar, 2012; Nardi & Benetti, 2012; Rosa et al., 2013; Timm et al., 2011; Zacan et al., 2013). Segundo Zacan et al. (2013):

[...]. Na relação conjugal, a desigualdade de gênero é mais presente, principalmente nos modelos tradicionais de família e casamento, nos quais a posição de provedor econômico configura-se no homem, e a de mãe e cuidadora do lar, na mulher. Ainda, a mulher é mais propensa às relações desiguais de poder, de tal modo que os aspectos característicos da masculinidade confirmam as relações de dominação sobre as mulheres. (p.9)

Safranoff (2017), em um estudo realizado na Argentina, identificou fatores de risco que conferem uma maior vulnerabilidade às mulheres em relação à violência psicológica. São eles: baixo nível de escolaridade, idade mais avançada, desemprego, convivência com filhos dentro dos lares, relações menos formais com vínculos de maior duração, agressores com menor nível de escolaridade que suas companheiras e/ou que apresentam problemas com a bebida alcoólica e/ou foram vítimas de violência durante a

infância. O artigo indica, ainda, estratégias de enfrentamento, reforçando principalmente o empoderamento de mulheres e o estímulo à independência em relação a seus companheiros.

A maior parte dos atos violentos ocorre no ambiente doméstico e existem muitos outros fatores que estão relacionados à sua ocorrência. Rosa et al. (2013) apontam a dependência química como um fator relacionado à tal problemática, pois a bebida alcoólica pode aumentar o índice de agressividade e impulsividade dos parceiros. Já Nardi e Benetti (2012) explicitam que o ciúme excessivo é um aspecto psíquico presente nos agressores e está relacionado a um sentimento de posse. Porém, muitas vezes, esse comportamento é naturalizado, podendo evoluir para outros tipos de atos violentos no futuro.

As pesquisas feitas por Colossi e Falcke (2013), Zancan et al. (2013), e Nardi e Benetti (2012) destacam também o histórico de violência dentro da família do agressor, o que pode fazer com que ele continue esse ciclo iniciado na infância em seus futuros relacionamentos. Em um estudo realizado com adolescentes com idade entre 15 e 19 anos, evidenciou-se que o aumento da ocorrência de violência psicológica em seus relacionamentos íntimos estava relacionado ao alto índice de agressões verbais nas figuras parentais, além da ocorrência desse tipo de violência entre outros membros da família, amigos e antigos relacionamentos, o que contribuiu para que eles continuassem perpetuando esse tipo de comportamento agressivo (Oliveira et al., 2014).

Oliveira et al. (2016) fizeram um alerta à romantização de relacionamentos abusivos dentro da sociedade. Os autores utilizaram obras literárias, filmes e músicas para demonstrar que os abusos, muitas vezes, vêm revestidos de romance, o que faz com que as violências silenciosas sejam disfarçadas e, conseqüentemente, naturalizadas.

A violência traz inúmeras conseqüências psicológicas para a mulher, o que gera

um comprometimento em variadas esferas de sua vida, além de causar sentimentos como medo, solidão, insegurança e interferir significativamente na autoestima da vítima. Fonseca et al. (2012) indicam que o sofrimento psíquico ocasionado pela violência pode causar quadros mais agravados, como a depressão.

A literatura consultada demonstra que a violência é um fenômeno multifacetado, relacionado a diversos aspectos que propiciam a sua ocorrência, e que há a necessidade de mais trabalhos que tenham como enfoque a violência psicológica, pois sua detecção logo no início pode evitar que o ciclo da violência se mantenha.

1.3) A Teoria das Representações Sociais

O surgimento da Teoria das Representações Sociais se deu no ano de 1961, por Serge Moscovici, tendo como marco a publicação do livro “A Psicanálise, sua imagem e seu público”, em que se propôs a investigar a percepção do público leigo a respeito da psicanálise. Dessa forma, o autor conseguiu promover uma aproximação entre o conhecimento popular e o científico, de forma que ambos passassem a ser considerados igualmente importantes (Marková, 2016).

A principal contribuição de Moscovici foi ter inaugurado uma perspectiva psicossociológica, resgatando aspectos históricos e culturais que estavam sendo negligenciados na época, já que a psicologia social tinha como enfoque características individuais. Sendo assim, o indivíduo, segundo a visão do referido autor, não é um mero refém de uma realidade exterior a ele, mas, sim, sujeito ativo, sendo um importante agente na construção de sua realidade social (Santos, 2005). Importante destacar, no entanto, que não trata-se de um fato isolado. No Brasil e na América Latina, por exemplo, a perspectiva socio histórica, desenvolvida na década de 1980, também propôs uma abordagem crítica que se opunha ao modelo individualizante (Sawaia & Maheirie, 2014), o que comprova

que Moscovici não foi o único teórico de sua época a atingir esse feito de diversificar os referenciais epistemológicos da Psicologia Social.

No que diz respeito à principal função da Teoria das Representações Sociais, Moscovici (2003) afirma que “a razão para se criarem essas representações é o desejo de nos familiarizarmos com o não-familiar” (p. 206). Para isso, é preciso entender como as representações são construídas, o que se dá a partir de dois processos: a objetivação e a ancoragem. A primeira, segundo Almeida, Santos e Trindade (2014), utiliza-se de concepções que já nos são familiares como um suporte para que haja a transformação de algo novo ou abstrato em algo mais concreto, significativo e menos complexo. Já a segunda tem relação com a memória e está relacionada à assimilação dos elementos que correspondem ao novo objeto, que fora convertido em um sistema de categorias familiares. Os processos formadores, portanto, conferem familiaridade e naturalidade a algo antes tido como desconhecido.

Outro aspecto importante são as funções desempenhadas pelas representações sociais, sendo elas: a função de saber, de orientação, identitária e justificadora. Em relação à primeira função, Moreira et al. (2015) apontam que o saber prático do senso comum:

Possibilita aos protagonistas adquirir novos conhecimentos e integrá-los dentro de um marco assimilável e compreensível, porém deve estar em consonância com o funcionamento cognitivo e com os valores adquiridos para constituir um saber coletivo e comum. (p.5)

No que diz respeito à função identitária, os referidos autores demonstram que esta determina a identidade de cada grupo, protegendo assim suas particularidades. A função de orientação indica a elaboração de práticas, condutas e comportamentos. E, por fim, a função justificadora, que possibilita que os sujeitos justifiquem suas condutas, posteriormente ao período de ação.

Vale citar também que as representações sociais possuem diferentes dimensões: a informação, o campo representacional e a atitude. A primeira, assim como aponta Moscovici (1961/2012), relaciona-se ao conhecimento gerado e à organização dos conceitos em relação ao objeto. A segunda está relacionada à maneira como a informação é organizada e estruturada. Já a atitude, indica a maneira como um determinado indivíduo ou grupo se posiciona perante um objeto.

Ao longo do tempo, foram surgindo desdobramentos da teoria proposta por Serge Moscovici. Vale ressaltar que tais abordagens não têm a intenção de rebater a teoria inicial proposta pelo autor, mas de servir como um complemento a seus estudos. Sendo assim, existem três correntes teóricas que buscam estudar as representações sociais: a liderada por Willem Doise, que propõe uma articulação da teoria a partir de uma perspectiva mais sociológica, sendo muito utilizada em trabalhos estatísticos correlacionais; a proposta por Jean-Claude Abric, com um olhar mais cognitivo-estrutural e comumente utilizada em estudos experimentais e, por último, a perspectiva conhecida como a mais fiel à original, liderada por Denise Jodelet e largamente utilizada em métodos qualitativos (Sá, 1998).

O presente trabalho se compromete com a corrente teórica alavancada por Jodelet, conhecida como processual ou culturalista, pois essa abordagem define as representações sociais como um estudo dos produtos e processos construídos individualmente e coletivamente, que conferem significado ao mundo e incluem aspectos culturais, sociais e históricos (Félix et al., 2016). A referida autora aponta elementos e relações que devem ser considerados nas pesquisas em representações sociais e os resume em três questões fundamentais: “Quem sabe e de onde sabe? ”, “O que e como sabe? ” e, por último, “Sobre o que e com que efeito?” (2001, p. 10). Sendo assim, as pesquisas utilizam-se de discursos, comportamentos, práticas, documentos, entre outros suportes da representação em questão, para fazer inferências sobre seu conteúdo, além de entender a maneira como

é estruturada (Sá, 1998).

Diversos trabalhos sobre a violência de gênero têm sido feitos utilizando-se a Teoria das Representações Sociais como pano de fundo. Fonseca et al. (2012) realizaram um estudo sobre a violência doméstica com o intuito de verificar as representações sociais de mulheres vítimas de agressões. Constatou-se uma maior prevalência da violência psicológica, por meio de ações como humilhações, desprezo e xingamentos, ocasionando um sofrimento psíquico prolongado.

Ribeiro e Coutinho (2011) investigaram as principais consequências psicossociais da violência e as representações sociais de mulheres acerca dos agressores e da violência em si. Os resultados indicaram a violência física como a mais frequente, sendo álcool e drogas apontados como as principais motivações nesses casos. As participantes demonstraram ter sofrido consequências nas esferas físicas, sociais e emocionais, destacando-se sentimentos prejudiciais à saúde mental e falta de perspectiva.

Alguns estudos também têm sido feitos para investigar as representações sociais da violência segundo a perspectiva dos agressores (Alencar et al., 2014; Madureira et al., 2020). Os resultados de Madureira et al. (2020) demonstraram que as representações sociais da violência conjugal de homens indicam a vitimização e a culpabilização da mulher. A pesquisa destacou também que a violência esteve presente na vida dos agressores desde a infância e que a consequência mais temida por eles era a prisão. Já no trabalho desenvolvido por Alencar et al. (2014), alguns agressores demonstraram refletir sobre as consequências de seus atos e os autores concluíram que intervenções educativas e laborais poderiam auxiliar na minimização do problema.

Meireles et al. (2017) produziram uma pesquisa de caráter bibliográfico para investigar trabalhos realizados no período entre 2010 a 2015 sobre representações sociais da violência de gênero, tendo como recorte a violência psicológica. Verificou-se que a

maior parte das produções científicas que tratavam da violência contra a mulher eram da área da enfermagem, tendo como foco os atendimentos emergenciais realizados por esses profissionais. Destacou-se também que a produção a respeito da violência psicológica sob a ótica dos estudos de gênero e da Teoria das Representações Sociais é muito limitada, o que aponta a necessidade de novos estudos.

Um estudo documental foi feito por Leandro et al. (2019) a partir de comentários em uma rede social a respeito de uma matéria que retratava um caso de feminicídio, cuja vítima já havia realizado a denúncia contra seu agressor por violência doméstica. Foram analisados 133 comentários a fim de verificar as representações sociais e, entre os aspectos evidenciados, destacam-se: a culpabilização da vítima, por não ter conseguido sair do relacionamento abusivo; a necessidade de melhoria e cumprimento da legislação; a percepção do agressor como alguém doente; a tentativa de utilizar a religião como um meio de atribuir sentido à situação, além da pena de morte ter sido apontada como um meio de solução para esses casos.

Dias et al. (2020) realizaram um estudo com o intuito de verificar as representações sociais de violência doméstica contra a mulher por profissionais da Estratégia Saúde da Família de um município na Bahia. Em uma etapa do estudo, os participantes foram submetidos à técnica de associação livre, sendo convocados a dizer cinco palavras após ouvir o termo “violência doméstica”, sendo as mais citadas: agressão, desrespeito e xingamento. Sobre os resultados, os autores destacam que os profissionais compreendem a violência de uma maneira ampla, destacando também sua forma psicológica, além da física. Os autores reforçam, ainda, a necessidade de capacitação desses profissionais para o cuidado às mulheres em situação de violência.

Os estudos citados demonstram que a Teoria das Representações Sociais tem sido uma importante aliada na elucidação do fenômeno da violência, considerando-se os

aspectos históricos e culturais que estão implicados nessa problemática, motivo pelo qual será utilizada como referencial teórico da pesquisa.

2) OBJETIVOS

2.1) Objetivo geral

Investigar compreensões sobre gênero e violência contra a mulher, com foco na violência psicológica, bem como estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres em casos de relacionamentos abusivos.

2.2) Objetivos específicos (de acordo com cada estudo desenvolvido)

Estudo 1

- Verificar como a violência contra a mulher, com foco voltado para a violência psicológica, aparece representada em matérias sobre relacionamento abusivo;
- Verificar como o gênero aparece significado nas matérias que tratam da violência contra a mulher;
- Verificar se tais matérias jornalísticas fazem referências a estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher.

Estudo 2

- Investigar conteúdos de representações sociais de violência contra a mulher, com foco em violência psicológica, de mulheres que já vivenciaram e/ou vivenciam um relacionamento abusivo;
- Verificar como o gênero aparece significado nas falas das participantes;
- Verificar estratégias de enfrentamento por elas relatadas como eficazes no combate à

violência contra a mulher.

3) ESTUDO 1

Na contemporaneidade, a violência contra a mulher tem sido amplamente divulgada pela mídia, seja por meio de jornais impressos, telejornais, revistas online, ou outros meios de divulgação em massa. É comum que sejamos bombardeados a todo momento com notícias sobre casos de violência doméstica, estupros e feminicídios, por exemplo. Assim, no que diz respeito às diferentes modalidades de violência existentes, percebe-se uma maior ênfase em casos que envolvam algum tipo de consequência física para a vítima ou naqueles que terminem de maneira fatal, como nos casos de feminicídios. Ao mesmo tempo, outras tipologias, tais como a violência psicológica, talvez por abranger comportamentos que são constantemente naturalizados pela sociedade em geral, acabam por serem menos difundidas. Desse modo, pretendeu-se verificar como a violência contra a mulher, com foco voltado para a violência psicológica, aparece representada em matérias sobre relacionamentos abusivos.

Sabe-se que a violência contra a mulher, conforme mencionado na introdução desse trabalho, encontra-se inserida dentro da categoria de violência de gênero. Por esse motivo, buscou-se também verificar como o gênero aparecia significado nas matérias que tratam da violência contra a mulher.

Dependendo da maneira como uma notícia é veiculada, alguns aspectos podem receber destaque, enquanto outros são negligenciados. Assim, o último objetivo específico consistiu em verificar se tais matérias jornalísticas faziam referências a estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher.

3.1) Estratégias Metodológicas

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, porque seu interesse primordial está na descrição de concepções e processos (Flick, 2013). Quanto aos seus objetivos, é classificada como descritiva, já que possui como objetivo descrever um determinado fenômeno ou situação (Flick, 2013) que, no caso do presente estudo, referiu-se à maneira como a violência contra a mulher, com foco em violência psicológica, aparece significada em matérias jornalísticas. No que diz respeito a seus procedimentos, é classificada como documental, que consiste em uma metodologia que visa a utilização de documentos para obter as informações concernentes ao problema de pesquisa em questão (Junior et. al. 2021).

3.2) Fonte de dados da pesquisa documental

Para coleta de dados documentais foi utilizada como fonte matérias da Revista Istoé em formato digital, e optou-se por trabalhar com o período dos últimos dez anos (2012 a 2021)². Inicialmente, houve a intenção de se utilizar a Revista Veja por ser esta uma revista de grande circulação, sendo bastante veiculada também fora do Brasil. No entanto, como a Veja estava passando por um período de reformulação e teve seu acervo digital apagado, decidiu-se por utilizar a Istoé por possibilitar o acesso às edições mais antigas. Não foram encontradas informações a respeito do público-leitor da Istoé, mas sabe-se que a revista é considerada uma das mais influentes do país, juntamente com a Veja e a Época.

² A definição de um intervalo temporal de dez anos se baseou na tentativa de garantir um volume considerável de material que poderia ser utilizado para a análise, além de privilegiar o cenário nacional mais recente (última década).

3.3) Procedimentos de coleta de dados

Como descrito, foram selecionadas as edições dos últimos dez anos da Revista Istoé. O acesso ao acervo da revista foi realizado por meio de sua plataforma virtual (<https://istoe.com.br>). O objetivo foi selecionar matérias que abordassem relacionamentos abusivos e/ou violência doméstica e que se encaixassem nos critérios estabelecidos pela pesquisa. As matérias foram selecionadas a partir dos termos de busca “violência contra a mulher”, “violência de gênero” e “violência psicológica”, e a amostra inicial formada continha 287 matérias. No entanto, verificou-se a presença de 35 matérias duplicatas e 30 que não se encaixavam nos objetivos previamente estabelecidos pela pesquisa, as quais foram desconsideradas para a análise. Portanto, a amostra final consistiu em 222 matérias.

3.4) Procedimentos de organização e análise dos dados

O material proveniente da pesquisa documental foi organizado em um corpus para ser submetido à análise com o auxílio do IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), um software gratuito que começou a ser utilizado no Brasil em 2013 e se tornou uma importante ferramenta de análise de dados textuais, sendo capaz de analisar grandes volumes de textos, aprimorando o estudo de dados qualitativos. Seu uso tem trazido inúmeras contribuições para o campo de pesquisas em ciências humanas e sociais (Camargo & Justo, 2013).

Foram seguidos os procedimentos recomendados para a configuração do *corpus*, de modo que a análise pudesse ser realizada de forma satisfatória. Primeiramente, todas as matérias foram organizadas em um mesmo arquivo, sendo separadas umas das outras por meio de uma linha de comando que continha as seguintes variáveis: matéria (mat.), seção (sec.) e ano. Os anos de 2012 a 2021 foram numerados de 1 a 10, respectivamente, e as seções da revista de 1 a 14 (seguindo a

mesma ordem informada no quadro do apêndice E). O arquivo foi devidamente revisado e editado, para obedecer às exigências determinadas pelo software. Após o término da preparação do material, foi realizada a importação do *corpus* para o programa, e optou-se por utilizar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que consistia em uma das possibilidades de análise textual disponíveis. Pelos resultados gerados, foi possível observar as partições realizadas no *corpus* que resultaram nas classes, assim como ter acesso a dados referentes ao conteúdo de cada uma delas (Camargo & Justo, 2013).

Como a utilização do software Iramuteq buscou apresentar uma visão geral do fenômeno, sem focar apenas nas matérias que emergiram a partir do descritor violência psicológica, optou-se por realizar de modo complementar uma análise de conteúdo temática (AC) para organização dessas matérias específicas e apresentá-las em uma outra seção dos resultados, buscando, assim, identificar a maneira como esse tipo de violência é retratado nas matérias jornalísticas, o que correspondeu a um dos objetivos específicos do estudo. Assim, as 47 matérias coletadas com o descritor “violência psicológica” foram submetidas à técnica de Análise de Conteúdo, segundo Bardin, por ser um procedimento que auxilia na análise de comunicações, por meio de técnicas que se utilizam de procedimentos sistematizados para descrever o conteúdo das mensagens.

A Análise de Conteúdo, segundo a referida autora, é dividida em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise é a etapa de organização da pesquisa e tem como objetivos principais: proporcionar o contato com os documentos que foram coletados, o que possibilitou o entendimento sobre eles e a escolha daqueles que seriam utilizados na análise, levando à formulação de objetivos e hipóteses. Além disso, para auxiliar na interpretação dos dados, foi feita a elaboração de indicadores, a partir dos recortes

feitos nos textos dos documentos analisados. A segunda etapa consistiu na exploração do material e envolveu a classificação, codificação e categorização, a partir de um estudo detalhado dos documentos. Vale lembrar que essas decisões foram guiadas pelo referencial teórico e pelas hipóteses da pesquisa, originando, assim, nos eixos temáticos e nas categorias analíticas que serão descritas a seguir. Por fim, a terceira fase consistiu no tratamento dos resultados, a partir da condensação de informações para a análise (Bardin, 1995/1977).

4) RESULTADOS

4.1) Resultados do Iramuteq: Visão geral sobre a violência contra a mulher

A coleta de dados realizada na Revista Istoé considerou um período de 10 anos (entre 2012 e 2021) e partiu dos termos/expressões de busca “violência contra a mulher”, “violência de gênero” e “violência psicológica”. Inicialmente, resultou em 287 matérias, sendo que 35 destas estavam duplicadas e, portanto, foram excluídas, permanecendo 252 matérias ao final. No entanto, deste total, 30 não se encaixavam nos critérios previamente estabelecidos pela pesquisa e também foram desconsideradas para a análise, sendo transferidas para uma categoria denominada “outros” (Apêndice C)³. Assim, o *corpus* do estudo 1 foi formado pelas 222 matérias restantes (Apêndice D), as quais, como já mencionado, tratavam de conteúdos gerais sobre violência contra a mulher.

As matérias selecionadas faziam parte de seções ou colunas da revista, sendo elas:

³ Destaca-se que, com exceção do termo “violência contra a mulher”, que era específico, os demais descritores poderiam englobar outros grupos como alvos de violência. O que se observou foi que, em pouquíssimos casos, idosos e crianças também foram mencionados a partir do termo “violência psicológica”. O termo “violência de gênero” também encontrou matérias que abordavam a violência contra a população LGBTQIA+, embora o número também não tenha sido expressivo. Além disso, tais casos em que foram indicados outros alvos de violência psicológica e/ou de gênero não foram incluídos na amostra porque não estavam relacionados ao contexto do relacionamento amoroso. Homens heterossexuais não apareceram nessa condição de vítima em nenhuma das matérias encontradas.

Geral, Brasil, Mundo, Esportes, Istoé Gente, Saúde da Mulher, Cultura, Comportamento, Entrevista, Artigos, Da Redação, A Semana, O Dia e Colunas de pessoas que escrevem para a Revista Istoé (no apêndice E está disponível o número de matérias por seção/coluna). A seguir, pode-se observar o número de matérias por ano. Importante destacar que as matérias da categoria “outros” entraram na contagem total, apesar de não terem sido consideradas para a análise.

Tabela 1 – *Número de matérias por ano*

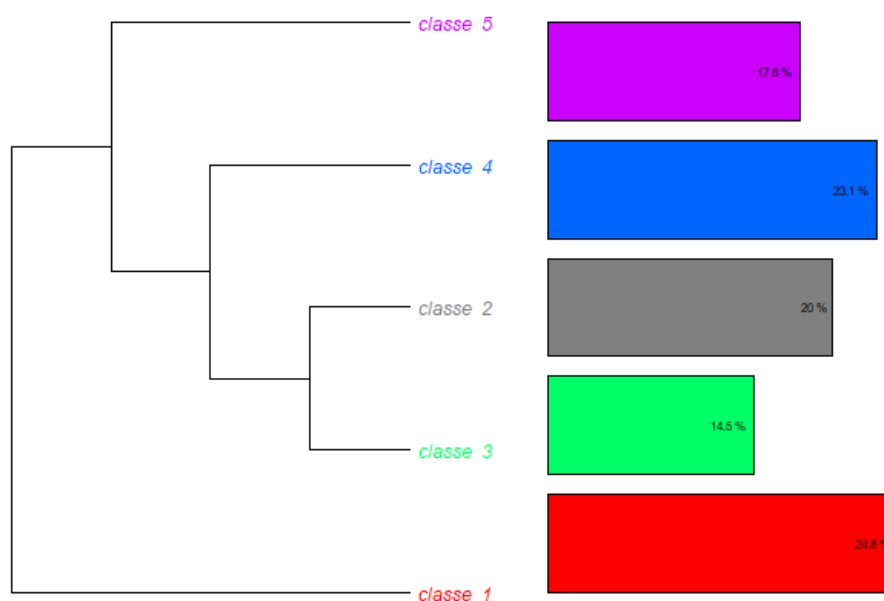
Ano	Número de matérias
2012	1
2013	0
2014	1
2015	1
2016	26
2017	30
2018	18
2019	35
2020	38
2021	102

O Iramuteq dividiu o *corpus* em 2.766 segmentos de texto (ST), sendo 2.331 aproveitados durante a análise, o que constitui um percentual de aproveitamento de 80,66%. Esse percentual é considerado eficiente, já que o mínimo exigido para prosseguir com o estudo é 75% (Camargo & Justo, 2013).

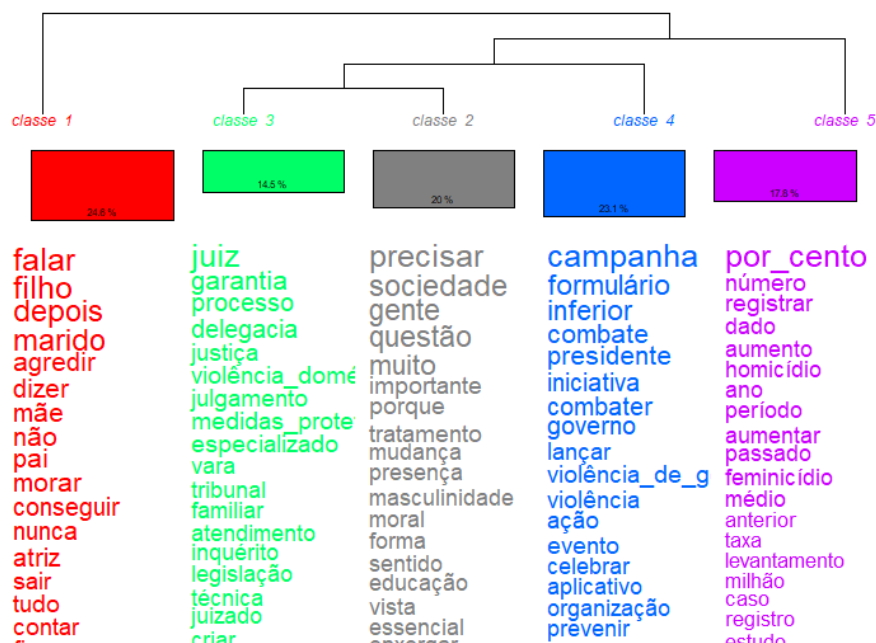
Como se pode notar na figura a seguir (Figura 1), o *corpus* foi dividido em 5 classes, resultando em dendrograma que deve ser interpretado da esquerda para a direita. A 1ª partição sugere que não há uma aproximação evidente entre os ST que compõem a classe 1 (que representa 24,6% do material analisado) e o *corpus* remanescente. Em uma 2ª divisão do *corpus*, o Iramuteq gerou a classe 5, representando 17,8%. Já numa 3ª partição, o software dividiu o *corpus* em outras três partes, que estão mais interligadas entre si. A primeira, referente à classe 4, apresenta 23,1% do total, e as duas restantes,

representando as classes 2 e 3, representam 20% e 14,5%, respectivamente. O fato das classes 2 e 3 estarem representadas em um mesmo subgrupo destaca a existência de uma maior aproximação de vocabulário entre elas.

Figura 1 - Dendrograma da CHD – Estudo 1



O dendrograma lexical abaixo (Figura 2) ilustra o vocabulário encontrado nas classes, trazendo as palavras que mais tiveram destaque em cada uma delas:

Figura 2 - Dendrograma Lexical – Estudo 1

A classe 1 (24,6%) foi denominada “A violência doméstica e seus desdobramentos”, apresentando como principais palavras: *falar, filho, depois, marido, agredir, dizer, mãe, não, pai, morar, conseguir, nunca, atriz, sair, tudo, contar*, e é composta por STs extraídos de matérias que abordam, em sua maioria, a violência ocorrida no ambiente doméstico, tanto em casos de mulheres que já são conhecidas pela mídia (motivo pelo qual a palavra *atriz* foi uma das mais recorrentes), como em casos de mulheres anônimas que também foram vítimas desse tipo de situação e que convivem diariamente com a dificuldade de romper com esse ciclo. No último caso, a permanência numa relação marcada por violência é justificada pela existência de filhos e/ou pelos inúmeros percalços enfrentados desde o momento da denúncia, já que muitas mulheres são revitimizadas devido ao despreparo dos profissionais atuantes nas delegacias.

A classe 1 possui matérias principalmente dos anos de 2020 e 2021, e pode ser

exemplificada pelos seguintes trechos⁴:

Sempre que eu discordava dele era uma briga. Aí um dia ele chegou nervoso do trabalho, estressado, eu perguntei por que ele estava estressado e ele falou: **não** quero **falar** com você. E aí me deu o primeiro empurrão. Me bateu. Me deu o primeiro tapa. Na cara (...) Após quebrar a casa em que **moravam** com uma machadinha, ela conseguiu chamar a polícia e o **marido** foi preso em flagrante. Ele **saiu** da cadeia após pagar fiança, mas foi proibido pela Justiça de se aproximar da esposa (Matéria 7, 2018).

Olha para mim, sou a **mãe** dos seus **filhos**, **disse** em desespero. Em seguida, sentiu um tiro em seu pescoço. Alguns instantes **depois**, outras 2 balas atingiram seus braços (...) Quando comecei a **contar**, o policial olhou pra mim e **falou**: mas você **nunca** foi prostituta? Ele fez **tudo** para me desencorajar. E falou: Se você tem **filho** não vai separar mesmo, já vi essa história. E eu chorava copiosamente dentro da delegacia (Matéria 202, 2021).

A **atriz** também falou que Nego ameaçava matar sua família e a afastou completamente de amigos e dos pais. Por que não denunciava? Era dependente da pessoa, sofria ameaça de morte. Ele **dizia** que ia matar minha família se eu **não** colaborasse. Ele sempre reforçou que eu era dele e de mais ninguém (Matéria 214, 2021).

Patrícia **diz** que foi **agredida** ainda com vários chutes pelo corpo e que o atleta só teria parado quando a **filha** de 14 anos do ex casal apareceu. Ele teria apagado o

⁴ Os trechos utilizados para exemplificar as classes foram identificados seguindo a numeração disponível no quadro do Apêndice D.

vídeo gravado no celular e jogado o aparelho no chão, 2 vezes (Matéria 86, 2021).

Mesmo com as lesões, Stefany só foi atendida no hospital **depois** da chegada de uma viatura. Do hospital, **pai** e **filha** foram registrar o boletim de ocorrência na delegacia. O segurança que **agrediu** a jovem **não** foi preso, mas a diretoria do Hospital optou por o afastar até a conclusão da investigação policial (Matéria 32, 2021).

Ficava pensando se deveria **contar** alguma experiência pessoal, até que ponto iria me expor, porque **não** é um livro sobre mim. Mas, ao mesmo tempo, **não** queria que pensassem que **não** sabia sobre o que estava **falando**, num momento em que **disse** que todas as mulheres passam por isso (Matéria 102, 2020).

Contra fatos **não** há argumentos, contra imagens também **não**. Ele apagou as imagens da última casa em que **moramos**, mas meus advogados conseguiram recuperar. Tem ele me ameaçando com uma faca, algumas gravações e áudios de ele **falando** que vai mandar me matar (Matéria 99, 2021).

Levou dias para **conseguir falar** sobre a violência que sofreu do **marido** sem cortar palavras com choro. A gente vai tolerando, relativizando, até porque ninguém é violento 24 horas por dia (Matéria 108, 2020).

Vivo super bem. A amo, ela me ama, **nunca agredi** ninguém. **Não** sei mais o que **falar** sobre esse assunto porque é algo que **nunca** ocorreu, disse o prefeito. Em entrevista ao Estadão em novembro do ano passado, a esposa de Ricardo Nunes

afirmou que **não** se lembrava de ter registrado o boletim de ocorrência (Matéria 83, 2021).

A dor física só **não** é pior que a dor na alma. A maior tristeza de **tudo** isso foi ver meu **filho** sofrer. Prometi **nunca** o fazer sofrer e hoje aconteceu o pior. Ele não era reconhecido como **pai** até os 10 anos dela. Ele fez o DNA, confirmou a paternidade, com 12 anos ela foi **morar** com ele, por volta dos 18 anos foi quando começou esse relacionamento amoroso com a **filha** (Matéria 25, 2021).

Tabela 2 - Formas significativas da Classe 1 (Estudo 1)⁵

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
falar	62	91	68,13	96,87
filho	51	70	72,86	90,68
depois	44	57	77,19	87,19
marido	36	43	83,72	82,58
agredir	34	46	73,91	61,55
dizer	123	288	42,71	58,4
mãe	27	34	79,41	55,9
não	191	516	37,02	55,7
pai	26	33	78,79	53,0
morar	20	22	90,91	52,65
conseguir	34	50	68,0	51,91
nunca	20	24	83,33	45,1
atriz	16	17	94,12	44,61
sair	27	39	69,23	42,6
tudo	27	39	69,23	42,6
contar	48	90	53,33	41,71

A classe 2 (20%) teve como principais palavras: *precisar, sociedade, gente, questão, muito, importante, porque, tratamento, mudança, presença, masculinidade, moral, forma, sentido, educação, vista, essencial*. Tal classe foi intitulada “As múltiplas

⁵ As tabelas que serão apresentadas após a descrição das classes do Iramuteq (tanto no estudo 1 quanto no estudo 2) representam as formas (palavras) que mais tiveram destaque em cada uma delas, seguidas de valores que representam, respectivamente, a frequência da palavra dentro da classe, a frequência da palavra em relação ao *corpus* total, o percentual da palavra dentro da classe descrita e o X^2 , que representa o quão fortemente essa palavra encontra-se associada à classe em questão.

causas da violência e possíveis estratégias de enfrentamento”, pois assinala questões sociais/culturais que influenciam nessa problemática, além de destacar possíveis maneiras de amenizar esse cenário a longo prazo como, por exemplo, por meio da educação e de políticas públicas mais eficazes. Os anos que mais contribuíram para a composição desta classe foram 2018 e 2017, respectivamente. A seguir, podemos observar exemplos de STs que representam essa classe:

É **muito importante** que a voz da mulher seja ouvida e espero que isso seja um acolhimento que a **gente** enquanto **sociedade** possa realizar de maneira cada vez mais ampla (...) No fim, a **gente** volta para essa **questão** do patriarcado e, neste outro ponto, tão **importante** quanto a segurança pública e a justiça, é a **educação**. O que eu percebo é que a **gente** continua **precisando** compreender o que é gênero, **porque** é um conceito muito complexo. Como ele tem relação com o social, ele está em constante **mudança**, constante evolução (Matéria 157, 2020).

Mesmo com políticas **muito** fortes a **gente** ainda vai demorar **muito, porque** são **questões muito** estruturais da nossa **sociedade** e vai demorar décadas para ter um quadro mais positivo (Matéria 167, 2017).

A lei é **muito** boa, mas precisa ser aplicada de **forma** adequada, afirma Larissa. A **gente** enfrenta problemas nas delegacias da mulher por falta de profissionais qualificados e percebe um sucateamento nos serviços públicos de atendimento (Matéria 123, 2019).

Não obstante, ela alerta que sua adoção deve ser **vista** com muito cuidado em casos de violência contra a mulher, **porque** quando a **gente** fala de violência

contra a mulher, estamos falando de uma relação desigual, marcada pelo poder (Matéria 57, 2017).

Outro projeto defende a criação de um kit vestuário para mulheres que vão fazer exames no IML depois de um caso de violência. Segundo a deputada Martha Rocha, a medida é **muito importante, porque** muitas das vezes as mulheres vão ao IML e nas suas roupas há **presença** de vestígios orgânicos que precisam ser periciados (Matéria 208, 2019).

As súmulas são **muito importantes** para a advocacia e para a **sociedade**, principalmente por seu efeito **moral**, afirma a diretora de Mulheres da Seccional, Marisa Gaudio. Ela explica que, mesmo que ainda não tenha sido julgada pelo Poder Judiciário, a simples denúncia será um fator que será analisado para a aceitação do acusado nos quadros da OAB (Matéria 8, 2019).

Segundo a ministra, desde que foi promulgada, em 2006, a Lei Maria da Penha passou por diversos aperfeiçoamentos. Ela citou, por exemplo, a recente criação do tipo penal violência psicológica. Com isso, a lei define atualmente 5 formas de violência: física, sexual, **moral**, psicológica e patrimonial (Matéria 201, 2021).

Tabela 3 - Formas significativas da Classe 2 (Estudo 1)

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
precisar	41	57	71,93	98,32
sociedade	51	86	59,3	86,08
gente	55	100	55,0	79,88
questão	38	57	66,67	79,39
muito	76	177	42,94	62,94
importante	33	63	52,38	42,33

porque	51	122	41,8	38,17
tratamento	10	11	90,91	34,66
mudança	20	34	58,82	32,42
presença	14	20	70,0	31,45
masculinidade	10	12	83,33	30,17
moral	11	14	78,57	30,13
forma	46	116	39,66	29,4
sentido	14	21	66,67	28,77
educação	19	34	55,88	27,69
vista	9	11	81,82	26,34
essencial	9	11	81,82	26,34

O vocabulário da classe 3 (14,5%), fortemente associado à classe 2, constituindo inclusive, um subgrupamento, foi constituído pelas seguintes palavras: *juiz, garantia, processo, delegacia, justiça, violência doméstica, julgamento, medidas protetivas, especializado, vara, tribunal, familiar, atendimento, inquérito, legislação, técnica, juizado, criar*, e é composto por matérias sobretudo dos anos entre 2017 e 2020. Essa classe recebeu o nome de “Medidas legais no combate à violência contra as mulheres” por expressar estratégias jurídicas comumente utilizadas, bem como legislações criadas com o intuito de contribuir no combate a essa problemática, como se pode notar a partir dos STs apresentados:

O **juiz** de **garantias** controlará os atos invasivos durante o **inquérito**, objetivando também resguardar os direitos fundamentais do indiciado. O objetivo da criação do **juiz** de **garantias** é permitir que o magistrado de instrução e **julgamento** tenha maior imparcialidade. A produção de provas vai caber ao MP e à defesa (Matéria 131, 2019).

O TJAM promove esta semana em Manaus mutirões de audiências de instrução e **julgamentos** relacionados à Lei Maria da Penha. Cerca de 1,5 mil **processos** devem ser analisados pelos 2 **juizados especializados** no combate à **Violência doméstica e familiar** contra a Mulher (Matéria 75, 2016).

No período, magistrados e magistradas dos **tribunais** de **Justiça** de todo o país deverão priorizar o andamento dos **processos** judiciais de **violência doméstica**, em especial, a emissão de sentenças, despachos e decisões (Matéria 76, 2021)

Uma outra atualização, feita em 2019, passou a permitir que autoridades policiais determinassem a aplicação de **medidas protetivas** a mulheres vítimas de **violência doméstica** (Matéria 201, 2021).

Todas as **delegacias** do estado, não só na DEAM, recebem as queixas e orientam as mulheres a registrar o boletim de ocorrência ou realizar o pedido de **medidas protetivas**, que prontamente tem sido **atendido** pelo **Juizado Especializado de Violência doméstica e familiar** contra a Mulher (Matéria 44, 2017).

Já fomos capazes de **criar legislações** para dar resposta a vários fenômenos de violência contra mulher, como a Lei Maria da Penha e, mais recentemente, a Lei do Femicídio (Matéria 46, 2017).

A realidade mostra que apenas 2 **varas** tratando da violência contra a mulher não resolvem. Então, temos de buscar uma solução permanente. Não podemos viver de mutirão. Estamos pensando em criar mais **varas**, trazer mais **juízes** para essas **varas** ou mais apoio ou mais pessoal, afirmou o magistrado (Matéria 75, 2016).

Ao definir que a presença de violência psicológica permite uma elevação da pena, o **juiz** tira o tema da invisibilidade. Manvailer está sendo responsabilizado também pelas ofensas, agressões verbais, que resultou nessa sentença (Matéria

188, 2021).

No encontro, Cármen Lúcia expressou um posicionamento favorável à **Justiça Restaurativa**, que consiste em uma **técnica** que busca absorver os anseios das vítimas e dos agressores. Ela defendeu, ainda, a ampliação da dedicação das **varas** voltadas ao **atendimento** a mulheres (Matéria 66, 2017).

Tabela 4 - Formas significativas da Classe 3 (Estudo 1)

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
juiz	48	58	82,76	224,22
garantia	21	23	91,3	110,78
processo	39	66	59,09	109,33
delegacia	34	57	59,65	96,4
justiça	39	81	48,15	76,96
violência	59	154	38,31	75,89
doméstica				
juízo	15	18	83,33	69,48
medidas protetivas	19	27	70,37	68,96
especializado	16	21	76,19	65,21
vara	14	18	77,78	58,72
tribunal	17	25	68,0	58,5
familiar	26	50	52,0	58,16
atendimento	29	62	46,77	53,72
inquérito	10	11	90,91	52,16
legislação	15	23	65,22	48,32
técnica	9	10	90,0	46,27
juizado	10	12	83,33	46,2
criar	30	73	41,1	43,19

Na classe 4, intitulada “Iniciativas privadas e governamentais de prevenção à violência contra a mulher”, as palavras que mais se destacaram foram: *campanha, formulário, inferior, combate, presidente, iniciativa, combater, governo, lançar, violência de gênero, violência, ação, evento, celebrar, aplicativo, organização, prevenir*. Essa classe representa os debates, campanhas e outras iniciativas, tanto no Brasil como em outros países, que buscam promover a conscientização da população a fim de auxiliar na prevenção das diversas formas de violência. Os anos que mais contribuíram para a

presente classe foram 2021, 2019, 2018 e 2014, respectivamente. Algumas das iniciativas de prevenção à violência contra a mulher trazidas nas matérias estão expressas nos trechos a seguir:

Diversos países pelo mundo estão **celebrando** nesta quinta-feira (25) o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as mulheres. Na Itália, o **governo** aderiu uma **campanha** de conscientização para **prevenir** todas as formas de **violência** e promover a igualdade de gênero, além de **lançar iniciativas** sobre o tema (Matéria 217, 2021).

A ONU Mulheres começa nesta quinta-feira (25) uma **campanha** internacional contra a **violência de gênero** para marcar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as mulheres. Segundo a ONU, o Brasil é o 5º na lista de países com mais crimes de gênero (Matéria 140, 2021).

Farmácias britânicas **lançaram** nesta quinta-feira uma **campanha** para encorajar vítimas de violência doméstica a usarem um código para receber ajuda de funcionários (Matéria 120, 2021).

Antes, em março, contra o Madureira, os jogadores entraram em campo com mulheres vítimas de **violência de gênero**, além de integrantes e voluntárias da ONG Não Me Kahlo. A **campanha** Não se Cale: O Botafogo contra o Feminicídio, também abarcou uma série de **ações** voltadas ao público feminino (Matéria 137, 2021).

O **presidente** Jair Bolsonaro sancionou hoje (28) o projeto de lei que cria o

Programa de Cooperação Sinal Vermelho para **combater** a violência doméstica contra as mulheres. Com a medida, o **governo**, o MP e a Defensoria Pública poderão firmar parcerias com estabelecimentos privados para ajudar a encaminhar denúncias contra os agressores (Matéria 194, 2021).

O FBSP e o Instituto Avon anunciaram hoje (8), no Dia Internacional da Mulher, as melhores práticas nacionais de **combate** à violência contra a mulher do país, dentro das instituições policiais, premiadas com o Selo FBSP de Práticas Inovadoras 2017, em cerimônia no Museu da Casa Brasileira, na capital paulista (Matéria 77, 2017).

Eleonora Menicucci atribuiu esse aumento à **campanha** nacional Violência contra as mulheres: Eu ligo, que visa a estimular as denúncias por meio da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180. A **campanha** foi **lançada** no dia 25 de maio e incluiu um novo **aplicativo** para celular chamado Clique 180 (Matéria 3, 2014).

Durante o **evento**, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos humanos, Damares Alves, afirmou que o **presidente** Bolsonaro tem compromisso com o **combate** à violência contra a mulher (Matéria 209, 2021).

Tabela 5 - Formas significativas da Classe 4 (Estudo 1)

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
campanha	55	71	77,46	121,78
formulário	61	101	60,4	82,64
inferior	62	104	59,62	81,68
combate	50	79	63,29	74,3
presidente	46	75	61,33	63,71
iniciativa	30	40	75,0	61,64
combater	27	35	77,14	58,35

governo	39	64	60,94	52,98
lançar	24	32	75,0	49,13
violência de	47	90	52,22	44,65
gênero				
violência	174	512	33,98	44,05
ação	42	78	53,85	42,9
evento	18	23	78,26	39,73
celebrar	13	14	92,86	38,53
aplicativo	13	14	92,86	38,53
organização	24	38	63,16	34,84
prevenir	13	15	86,67	34,29

Já a classe 5 (17,8%), teve seu vocabulário representado principalmente pelas seguintes palavras: *por cento, número, registrar, dado, aumento, homicídio, ano, período, aumentar, passado, feminicídio, médio, anterior, taxa, levantamento, milhão, caso, registro, estudo*. O conteúdo expresso por essa classe representa os dados cada vez mais alarmantes de violência contra a mulher, cujo cenário se tornou mais evidente com o início da pandemia de Covid-19 no ano de 2020, e o período de isolamento social. Por esse motivo, recebeu o nome de “A matemática da violência contra mulheres”. A classe 5 é composta principalmente por matérias dos anos de 2020 e 2017, respectivamente. Alguns exemplos de STs podem ser observados a seguir:

O Ligue 180 **registrou** um **aumento** de 147 **por cento** de relatos de estupro no 1º semestre de 2016, comparado ao mesmo **período** de 2015. O **número** representa 13 relatos por dia (Matéria 52, 2016).

Dados do último relatório do Comitê Nacional para Refugiados apontam que 32 **por cento** das 10.038 solicitações de refúgio foram feitas por mulheres no **ano passado**. O **número** total de refugiados reconhecidos no país aumentou 12 **por cento** no país, em 2016, chegando a 9.552 pessoas de 82 nacionalidades (Matéria 143, 2017).

A América Latina **registrou** cerca de 3.800 **feminicídios** em 2019, segundo **dados** preliminares. Isso representa um **aumento** de 8 **por cento** em relação ao **ano anterior**, de acordo com o Observatório de Igualdade de Gênero da Cepal (Matéria 124, 2020).

No Estado de São Paulo, a realidade segue a mesma trilha. Somente no 1º trimestre deste **ano**, se comparado ao mesmo **período** do **ano anterior**, houve um **aumento** de 76 **por cento** nos **casos** de **feminicídio**, de acordo com **dados** coletados pelo mercado (Matéria 130, 2019).

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostra que o assassinato de mulheres registrados como **feminicídio** passou de 929, em 2016, para 1.350, em 2020. Além disso, quase 15 **por cento** dos **homicídios** de mulheres no **ano passado** praticados por parceiros ou ex parceiros das vítimas não foram **registrados** como **feminicídio** (Matéria 205, 2021).

Segundo quadro elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, no **ano passado**, havia mais de 1 **milhão** de **casos** pendentes de violência doméstica, 13 **por cento** a mais do que em 2016 (Matéria 61, 2019).

Nos atendimentos realizados pelo Ligue 180, foi **registrado** um **aumento** de 142 **por cento** nos relatos de **casos** de cárcere privado, uma **média** de 18 registros por dia. Essa é a 1ª vez que a secretaria associa esse tipo de relato com a violência doméstica (Matéria 204, 2016).

Conforme o documento, as **taxas** de **homicídios** de mulheres no estado cresceram **139 por cento** entre 2010 e 2015 e atingindo 11,4 mortes para cada 100 mil mulheres em 2015 (último **ano** com **dados** disponíveis) (Matéria 44, 2017).

Um **estudo** coordenado pela promotora buscou outros indicadores para avaliar como andava a violência doméstica em São Paulo na quarentena e constatou que no início do isolamento, de fevereiro para março, as prisões em flagrante envolvendo agressores de mulheres **aumentaram 51,4 por cento (...)** **Levantamento** do FBSP em parceria com a empresa Decode, feito a pedido do Banco Mundial, revela **aumento** de **431 por cento** em relatos de brigas de casal por vizinhos em redes sociais entre fevereiro e abril deste ano (Matéria 20, 2020).

Tabela 6 - *Formas significativas da Classe 5 (Estudo 1)*

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
por cento	169	211	80,09	620,44
número	77	123	62,6	179,37
registrar	61	86	70,93	173,28
dado	63	105	60,0	134,73
aumento	48	68	70,59	134,13
homicídio	35	42	83,33	126,11
ano	127	318	39,94	125,05
período	35	47	74,47	105,79
aumentar	36	51	70,59	99,81
passado	41	67	61,19	89,3
feminicídio	59	118	50,0	88,76
médio	18	18	100,0	84,09
anterior	20	24	83,33	71,48
taxa	15	15	100,0	69,98
levantamento	18	21	85,71	67,07
milhão	19	24	79,17	62,68
caso	96	277	34,66	61,92
registro	22	31	70,97	60,98
estudo	24	37	64,86	57,21

5) Resultados da análise de conteúdo: sobre a violência psicológica

Conforme se pode observar no quadro adiante (Quadro 1), a violência psicológica foi retratada em matérias que tratavam da violência contra as mulheres de maneira geral, seja sendo citada como uma das tipologias expressas na Lei Maria da Penha, seja sendo mencionada no relato de casos específicos marcados por esse tipo de violência.

Quadro 1 - Matérias Seleccionadas com o Descritor “Violência Psicológica”

Matéria	Título	Seção/Coluna	Ano
1	Maridos buscam ajuda de ONG para deixar de bater nas mulheres.	Brasil	2016
2	Violência contra mulher salta 44% no país	Geral	2016
3	Maria da Penha: lei foi eficiente, mas precisa ampliar serviços, diz educadora.	Geral	2016
4	Queixas de violência doméstica pelo 180 aumentam 133% este ano em relação a 2015.	Geral	2016
5	Dossiê mulher: maior parte da violência contra a mulher ocorre dentro de casa.	Geral	2017
6	Fãs pedem expulsão de Marcos Harter da “Fazenda” por violência psicológica.	Cultura	2017
7	Acesso à rede de denúncia de violência é desafio para mulher com deficiência.	Geral	2017
8	Pesquisadora feminista se ausenta de Brasília após ameaças.	Geral	2018
9	Denúncias de feminicídio e tentativa de assassinato chegam a 10 mil.	Geral	2018
10	CPI do Feminicídio da Alerj aprova relatório final.	Geral	2019
11	Homem é detido após ameaçar ex-mulher com boneco de vodu.	O Dia	2019
12	Advogado Roberto Caldas é inocentado após acusação indevida.	Brasil Confidencial (Germano Oliveira).	2020
13	Europa teme aumento da violência doméstica por confinamento.	Comportamento	2020
14	Crime de violência contra a mulher aumentou 10% na quarentena.	Geral	2020
15	Julia Konrad fala sobre estupro conjugal que sofreu durante relacionamento.	Istoé Gente	2020
16	Lei Maria da Penha completa 14 anos com violência doméstica em alta.	Geral	2020
17	Taís Araújo revela que sofreu dois tipos de violência.	Istoé Gente	2020

18	MMFDH lança selo “Não à Violência Política”.	Geral	2020
19	Violência atinge 75% de candidatas a prefeita em capitais.	Brasil	2021
20	Duda Reis sobre relacionamento com Nego do Borel: “Agressões eram constantes”.	Istoé Gente	2021
21	Papa Francisco denuncia violência contra as mulheres.	Mundo	2021
22	Juizes levam ao Congresso “Pacote Basta” à violência contra a mulher.	Brasil	2021
23	Lira recebe “Pacote Basta” que criminaliza a violência psicológica contra a mulher.	Brasil	2021
24	IBGE: no país, 18% sofreram algum tipo de agressão psicológica, física ou sexual.	Geral	2021
25	Juiz cita pesquisa por “terror psicológico” em sentença de caso Tatiane Spitzner.	Geral	2021
26	Ligações para rede de ajuda a mulheres na Itália crescem 79,5%.	Mundo	2021
27	Câmara aprova projeto que cria programa Sinal Vermelho contra violência doméstica.	Geral	2021
28	Pastor com 490 mil seguidores é detido suspeito de abuso sexual. Istoé.	Geral	2021
29	Senado aprova projeto que tipifica violência psicológica contra mulher.	Geral	2021
30	Senado aprova novas medidas contra violência doméstica.	Geral	2021
31	Duda Reis sela a paz com os pais após fim de namoro com Nego do Borel.	Istoé Gente	2021
32	Bolsonaro sanciona programa de combate à violência contra a mulher.	Geral	2021
33	Pâmela Holanda comemora lei contra violência psicológica.	Istoé Gente	2021
34	Perseguição implacável.	Comportamento	2021
35	Lei Maria da Penha completa 15 anos.	Geral	2021
36	Lei Maria da Penha completa 15 anos entre avanços e gargalos.	Geral	2021
37	Só a denúncia pode acionar rede de proteção de mulheres, diz ministra.	Geral	2021
38	Saiba como identificar 5 atitudes comuns de um agressor de mulheres.	Saúde da Mulher	2021
39	A Fazenda: Liziane anuncia que vai processar Erasmo Viana e Nego do Borel.	Istoé Gente	2021
40	CE: pai mantinha casamento para acobertar incesto com a filha, diz delegado.	Geral	2021

41	Atual legislatura aprova mais leis que tratam de violência contra as mulheres.	Brasil	2021
42	Thiago Wild é indiciado por supostos crimes contra ex-namorada.	Esportes	2021
43	Senado aprova cadastro de condenados por violência contra mulher.	Geral	2021
44	Sancionada Lei Mariana Ferrer, que proíbe constranger vítima de violência sexual.	Geral	2021
45	Itália se mobiliza no “Dia Mundial contra violência às mulheres”.	Mundo	2021
46	Procuradoras representam contra Ratinho por sugerir metralhar deputada.	Brasil	2021
47	Após sugerir metralhar deputada federal, Ratinho pode ser investigado.	Istoé Gente	2021

Para facilitar a compreensão, o material foi dividido em eixos e categorias temáticas, conforme ilustra o quadro 2.

Quadro 2 - Violência psicológica - eixos e categorias temáticas

Eixos temáticos	Categorias analíticas	Frequência
1) Significações sobre gênero e violência: aspectos culturais, sociais e políticos	a) Papéis sociais de gênero e violência;	3
	b) Violência política de gênero;	4
	c) Violência contra a mulher e repercussões midiáticas.	14
2) Considerações sobre a violência: dados, desafios e iniciativas de enfrentamento	a) Estatísticas de violência ao longo dos anos;	4
	b) Violência durante a pandemia de Covid-19;	2
	c) Visibilidade da Violência Psicológica e iniciativas legais de enfrentamento;	15
	d) Lei Maria da Penha: avanços e entraves.	5

5.1) Eixo 1 - Significações sobre gênero e violência: aspectos culturais, sociais e políticos

Esse primeiro eixo foi composto por 21 matérias que apresentaram algum tipo de relação entre aspectos culturais/estruturais, gênero e violência. A categoria “**Papéis sociais de gênero e violência**” abarcou matérias cujos temas trouxeram relatos de comportamentos que estão relacionados aos diferentes papéis designados socialmente para homens e mulheres, os quais acabam contribuindo para a existência de relacionamentos marcados por violência. O trecho apresentado a seguir foi extraído de uma matéria que retratava o trabalho realizado com os autores de agressões no Instituto Noos⁶ (RJ), apontando a necessidade de se dissociar a violência da ideia de virilidade a partir de um debate sobre masculinidades. Nessa mesma matéria, uma pesquisa trazida por um psiquiatra discorreu também sobre o aumento do número de relatos de homens que alegavam ter sofrido violência por parte de suas companheiras (30% dizia ter sofrido algum tipo de agressão, tanto física como psicológica), homens estes com um maior nível de escolaridade.

Se a gente fala de violência física, sim as mulheres sofrem mais frequentemente a violência física dos seus companheiros, maridos, namorados. Agora, se a gente fala de **violência psicológica**, os homens se queixam muito também. E aí todos os homens que passam por aqui (Noos) tem alguma queixa de **violência psicológica**, afirmou Zuma, que complementou dizendo que essa **violência psicológica** está ligada ao que se espera culturalmente de um homem (Matéria 1).

Outra matéria inserida nessa mesma categoria se propôs a traçar um perfil dos

⁶ “O Instituto Noos é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1994, no Rio de Janeiro. O Noos constituiu-se com profissionais das ciências humanas, sociais e da saúde, com o objetivo de desenvolver e difundir práticas sociais sistêmicas voltadas para a promoção de saúde dos relacionamentos nas famílias, grupos, escolas, equipes profissionais e instituições” (Instituto Noos, n.d.).

autores de violência, citando as cinco atitudes mais comuns de um agressor de mulheres. O controle é uma característica citada como muito marcante, seja ele de redes sociais, de roupas ou outros objetos, assim como do poder de decisão e interferência nas relações sociais, como se pode notar no trecho a seguir:

Também faz parte do perfil agressor humilhar a parceira com frequência, em casa ou em público, para controlar a mulher e se sobressair. Cada injúria lançada pelo companheiro não é “inofensiva”, é **violência psicológica** em forma de palavrões e/ou obscenidades (Matéria 38).

Além de matérias relacionadas a comportamentos designados socialmente aos homens, também foram identificadas matérias que traziam a perspectiva de mulheres que passavam por situações de violência. A matéria 7 trouxe os desafios enfrentados na rede de denúncias por mulheres com deficiência e a situação de maior vulnerabilidade em relação aos autores da violência (seja ela econômica, física ou psicológica), trazendo uma importante visão interseccional, conforme destacam os fragmentos a seguir:

Márcia Gori denunciou o ex-marido após décadas de abuso constante. Ao longo de quase 30 anos, eu, minhas filhas e meus animais sofremos nas mãos desse homem com violência moral, **psicológica** e física, lembra. Ela explica que, aos olhos da comunidade, ele era um homem desprendido, casado com uma mulher com deficiência, duas filhas, que deixou de viver para cuidar de nós, conta (...) Negligência e **violência psicológica** lideram a lista dos abusos denunciados no Brasil. Mesmo com um módulo dedicado ao atendimento a pessoas com deficiência, o Disque 100 ainda carece de dados com o recorte de gênero das denúncias. Nos últimos 5 anos, houve um incremento da informação, o que possibilitou saber um pouco mais sobre os tipos de violência sofridos (Matéria 7).

Como algumas matérias (quatro) abordavam especificamente a problemática da “**violência política de gênero**”, decidiu-se criar uma categoria homônima que as incluísse. Em uma das matérias afirmou-se ser este um tema ainda pouco discutido, sendo importante o incentivo à participação feminina no processo eleitoral.

As violações mais comuns são de **natureza psicológica**, incluindo difamação, intimidação e ameaças. Além da **violência psicológica**, também pode ocorrer agressão física e simbólica, pressão econômica e abuso sexual, com a finalidade de impedir ou restringir o acesso e exercício de funções públicas ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade (Matéria 18).

Segundo dados apresentados em outra matéria, a violência política de gênero afetava 75% das candidatas ao cargo de prefeita nas capitais brasileiras. No fragmento a seguir, é possível observar informações importantes a este respeito:

No levantamento feito pelo Estadão, a **violência psicológica**, que causa danos no estado mental ou emocional, foi quase unânime (97,7%) entre as que sofreram ataques na campanha. O ambiente de mais violência foi a internet, citado por 78% das mulheres (Matéria 19).

Os trechos de matérias destacados a seguir servem como uma complementação ao assunto, já que retrataram uma situação real que exemplifica a violência política de gênero. Trata-se do caso do apresentador Ratinho, que ofendeu uma deputada federal por discordar de um projeto de lei apresentado por ela:

Ao comentar o projeto de lei apresentado pela petista para acabar com a referência de gênero dos casais nas declarações de casamento, o apresentador sugeriu pegar uma metralhadora contra a parlamentar. Ratinho ainda mandou a deputada “lavar roupa”, “lavar louça” e “costurar a calça do marido”, “a cueca dele” (Matéria 46).

As procuradoras Raquel Branquinho e Nathália Mariel Ferreira de Souza, coordenadoras do Grupo de Trabalho para Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero do MP Eleitoral, apontaram traços de **violência psicológica** (Matéria 47).

Como mostrou-se muito comum casos de violência contra a mulher que ganharam repercussão na mídia, sobretudo por envolver pessoas públicas, artistas e famosos, foi inserida uma última categoria no presente eixo temático denominada “**violência contra a mulher e repercussões midiáticas**”, com 14 matérias no total. Uma matéria aqui incluída tratava de um caso de violência psicológica que havia ocorrido dentro do reality show “A Fazenda” e que gerou certa comoção nacional, já que fãs do programa estavam pedindo a expulsão do participante que havia cometido a violência durante uma briga com uma colega de confinamento. Importante destacar que o participante em questão já havia sido expulso de outro reality show (“Big Brother Brasil”) por indícios de agressão contra a participante com quem mantinha um relacionamento dentro do programa. Anos depois, já em 2021, houve a denúncia de outro caso de violência psicológica ocorrido dentro do reality show “A Fazenda”. Uma modelo relatou que iria prestar denúncia contra dois ex-colegas de confinamento:

Sofri **pressão psicológica** e exclusão dentro do confinamento. Ouvi palavras duras, fui tratada com grosseria e frieza diversas vezes. Queriam me fazer sentir culpada por erros que não eram meus e mais uma vez inferiorizando a voz da mulher ou diminuindo nossa força. Não vou me calar, já estou cansada! (Matéria 39).

Muitas matérias inseridas na seção “Istoé Gente” foram incluídas nessa categoria, uma vez que relatavam acontecimentos que envolviam pessoas já conhecidas no meio artístico. Um exemplo é o caso de Julia Konrad, atriz que passou por um relacionamento

abusivo e alega ter sido vítima de violência psicológica, sexual e verbal, como explicita o trecho a abaixo:

Me reconhecer como vítima de violência doméstica não foi um processo fácil. Anos atrás, vivi um relacionamento abusivo onde fui vítima de **violência psicológica**, verbal e sexual (...) Consentimento é um território nebuloso, especialmente quando se trata de um casal. Se eu deixei, é porque eu queria, certo? Foi consentido, apesar do sangramento que virou rotina pós-sexo. Aprendia lidar com a dor ao urinar. O problema era meu, afinal, eu era frígida, teria algum bloqueio mal resolvido, insinuava ele. A única vez que tentei conversar sobre como eu gostava de transar, fui **humilhada**, enquanto ele **gritava** que eu não sabia o que era sexo com um homem de verdade (Matéria 15).

Outra notícia trouxe uma entrevista com a atriz Taís Araújo, em que ela afirmou ter sido vítima de violência psicológica e patrimonial, conforme pode-se conferir na fala a seguir:

Violência patrimonial (quando a mulher não tem posse dos próprios documentos, cartões de banco ou não pode ser dona da sua própria vida financeira) ... As pessoas entendem como violência, às vezes, só a violência física. Tem a **violência psicológica**, aquele grito mais alto. Uma vez escutei um grito que fiquei (faz uma reação de surpresa) Eu nunca escutei meu pai gritar. Minha família não é violenta. Meu pai e minha mãe são separados há mais de 30 anos e estão passando a pandemia juntos. E eu nunca o vi gritar com a minha mãe. E eles passaram anos separados morando na mesma casa sem que a gente soubesse, nem eu nem minha irmã. Só soubemos muito tempo depois. E aí, uma vez, um cara gritou comigo, um namorado. Eu mandei um e-mail e falei: “Olha só: eu nunca tinha escutado um grito de homem (...) Escutei de você e não gostei. E isso não vai se repetir”.

Ele (pediu) desculpa e nunca mais gritou (Matéria 17).

Duas outras matérias abordavam o mesmo caso em que uma atriz conhecida havia vivenciado um relacionamento abusivo com outro artista famoso em que a violência psicológica era recorrente:

Duda Reis deu uma entrevista ao ‘Fantástico’ em que falou sobre o término do seu relacionamento com Nego do Borel. Segundo a atriz de 19 anos, o relacionamento envolveu traições, agressões e **violência psicológica** (Matéria 20).

Duda Reis ficou emocionada ao falar sobre o apoio que recebeu da sua família ao revelar ter sofrido **violência psicológica** e abuso sexual do ex-namorado Nego do Borel. Anteriormente, ela e os pais haviam brigado publicamente porque eles não concordavam com seu relacionamento com o cantor (Matéria 31).

Outro caso encontrado envolve o mundo dos esportes, já que um tenista chamado Thiago Wild foi acusado de violência doméstica por parte de sua ex-companheira, com quem mantinha uma união estável. O atleta negou o ocorrido e ainda afirmou que havia sido vítima de extorsão. A seguir, é possível ver detalhes da denúncia:

Sua ex-namorada, com o qual tinha uma união estável, Thayane Lima, de 30 anos, o denunciou por **violência psicológica**, injúria, ameaça e agressão. A polícia investigou e encaminhou o inquérito criminal para a 1ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal de Violência Doméstica de Jacarepaguá. O Ministério Público pode ou não acolher o inquérito (...) Thayane afirmou no boletim de ocorrência que teria sido agredida pelo atleta com ferimento no dedo da mão esquerda. Também relatou que teria sofrido **ameaças**, recebido **xingamentos** e sido traída por Thiago. Na decisão de indiciamento, a delegada aponta que Thiago cometeu

os delitos de injúria, vias de fato e **violência psicológica contra a mulher** (Matéria 42).

Outra matéria apresentava o caso de um advogado (e ex-juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos) que fora acusado por sua ex-companheira de ter cometido agressões físicas e psicológicas. No entanto, ele negou o ocorrido, alegando que ela havia simulado tudo e, após 3 anos, conseguiu ser absolvido das acusações. Os advogados da outra parte prestaram um esclarecimento público e, a seguir, pode-se observar trechos em que a violência psicológica se faz presente:

Michella repudia veementemente a alegação de que teria simulado agressões. Pertinente frisar que a vítima Michella sofreu agressões não só físicas, mas **psicológicas** durante todo o seu relacionamento, ao longo de 13 anos, marcado por xingamentos do mais baixo calão, berros, cuspes, tapas e puxões de cabelo e manipulações. Os danos sofridos pela vítima são irreversíveis, e a **lesão psicológica** contra a notificante é perpetuada diante de veiculação de notícias com teor protecionista ao agressor e com dados falsos como a presente nota contestada. Michella realizou uma única denúncia contra o seu ex-companheiro Sr. Roberto Caldas por violência doméstica física, moral e **psicológica**. Assim, é de suma importância esclarecer que Roberto Caldas, ao contrário do que tem divulgado amplamente sua assessoria de imprensa somente foi processado criminalmente uma única vez, no processo acima referenciado (Matéria 12).

Uma matéria abordou o fato da antropóloga, professora e pesquisadora feminista Débora Diniz ter que fugir de Brasília (onde lecionava no Departamento de Direito da UnB) após ser vítima de agressões verbais e ameaças por ser ativista dos direitos reprodutivos das mulheres e ter publicado pesquisa sobre o aborto em caso de anomalia fetal. Nesta, aproveitou-se o caso mencionado para citar dados importantes sobre a

violência psicológica e a moral:

A Lei Maria da Penha tipifica **violência psicológica** e moral contra as mulheres e prevê penalidades. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, essas formas de violência foram as mais recorrentes no ano passado e no primeiro trimestre deste ano (64,5% nos dois períodos). Em todo o país, o balanço do Ligue 180 da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres registra em 2016: 44.630 relatos de **violência psicológica** (31,8% dos casos registrados) e 8.439 relatos de violência moral (6,01%) (Matéria 8).

Nesta categoria também foram incluídas matérias em que pessoas já conhecidas/famosas se pronunciavam a respeito da violência contra as mulheres e sobre decisões governamentais tomadas no que diz respeito ao tema. Foi o caso da reportagem que apresentou o relato de uma influenciadora que foi vítima de agressão pelo ex-companheiro, conhecido como DJ Ivis, e chegou a publicar vídeos que comprovassem o ocorrido. Após a lei de violência psicológica, ela resolveu fazer uma comemoração pública em suas redes sociais:

Um avanço, uma conquista de todas nós! Até porque a **violência psicológica** precede a física! Quase sempre somos violentadas nesse sentido, humilhadas, diminuídas, manipuladas, acabam com nossa autoestima pra que assim também fiquemos desacreditadas de nós mesmas e sem energia pra tomarmos uma decisão (...) (Matéria 33).

Há uma matéria que trouxe o posicionamento do Papa Francisco, líder da Igreja Católica, frente a essa questão da violência contra as mulheres, que é um problema urgente e global:

Os testemunhos das vítimas que se atrevem a quebrar o silêncio são um grito de socorro que não podemos ignorar. Não podemos olhar para o outro lado (...) Hoje,

ainda existem mulheres que sofrem violência e lembra das vítimas de **violência psicológica**, violência verbal, violência física, violência sexual (Matéria 21).

Por fim, também foram abarcadas nessa categoria matérias que se dedicaram a apresentar episódios envolvendo pessoas anônimas, mas que geraram algum tipo de repercussão pública e midiática. Uma delas citava o caso de um homem que havia sido condenado a 55 anos de prisão pelos crimes de violência psicológica e *stalking* (perseguição). Ele não aceitava o fim do relacionamento e a vítima já havia recorrido à justiça, porém o acusado havia continuado com as ameaças, mesmo após o deferimento das medidas protetivas (Matéria 11). Outra trouxe o caso de um Pastor acusado de abusar sexualmente de suas fiéis, usando da influência que tinha para cometer o ato de violência contra as mulheres:

Segundo a delegada Cristiane Angelini, da Delegacia Especializada em Combate a Violência Sexual, o pastor escolhia seus alvos entre mulheres que passavam por momentos de dificuldade e repetia a forma de cometer os crimes (...) Algumas vítimas falaram sobre o padrão do pastor. Ele convidava as mulheres para realizar orações em um ambiente reservado e, nesse local, orientava para que elas reproduzissem alguns atos sexuais. Quando foi confrontado por uma das vítimas, o suspeito a **ameaçou** e afirmou ter influência e amigos perigosos (Matéria 28).

Já em outra reportagem, foi relatado o caso de uma mulher que foi presa acusada de encomendar a morte do marido. Em seu depoimento, ela afirmou que o companheiro só permanecia no relacionamento como uma forma de acobertar o envolvimento amoroso que mantinha com a própria filha. Além disso, ela alegou ser vítima de agressões físicas e psicológicas. Confira os fragmentos que explicam melhor o ocorrido:

Na ação, Jaelson e a filha foram baleados, mas sobreviveram. A jovem, de 20 anos, perdeu a visão de um olho. De acordo com o depoimento de Maria

Aparecida, ela sofria **violência psicológica** e violência física (...) Ela queria se separar e ele não deixava. Conversando com ela, a gente notou que ele queria **manter à força** essa relação para justamente acobertar o relacionamento que ele tinha com a filha, disse o delegado Daniel Aragão, responsável pelo caso (...) À polícia, ela afirmou que ao descobrir o caso tentou se separar, mas recebia **ameaças** do companheiro, e que chegou a pensar em tirar a própria vida. Após a tentativa de homicídio, a Polícia Militar apreendeu um homem e um adolescente de 17 anos, suspeitos de participação no crime (Matéria 40).

5.2) Eixo 2 - Considerações sobre a violência: dados, desafios e iniciativas de enfrentamento

O segundo eixo totalizou 26 matérias e abrangeu informações importantes para dimensionar a violência contra a mulher, seja por meio de estatísticas ou por lançar luz sobre os desafios e aspectos que necessitam ser melhorados, assim como sobre o que já tem sido proposto nos últimos anos para minimizar os inúmeros obstáculos existentes no combate a essa problemática.

Em primeiro lugar, como algumas matérias (quatro) apresentavam dados estatísticos sobre violência contra a mulher, foi criada uma categoria denominada **“estatísticas de violência ao longo dos anos”**. Muitas destas se dedicaram a apresentar dados oriundos da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), trazendo informações sobre o aumento de queixas/denúncias, sobre os diferentes tipos de violência, e sobre a dificuldade de identificação da violência psicológica. Uma notícia (Matéria 2) trouxe dados que explicitavam que a violência contra as mulheres havia saltado 44% no Brasil em 2015, se comparado ao ano anterior, e indicavam que a violência física era a mais recorrente nos relatos (50,15%), seguida de violência psicológica (30,33%) e violência

moral (7,25%).

Outra matéria, que também apresentou dados do Ligue 180, enfatizou o aumento de 133% no número de queixas de violência doméstica pela Central de Atendimento (em comparação com o primeiro semestre de 2015), e destas, as de violência psicológica representaram 31,10%. A matéria também trouxe um dado importante sobre raça, destacando que 59,71% das mulheres que haviam relatado casos de violência eram negras (Matéria 4).

Uma matéria em específico, cujos trechos são apresentados abaixo, trouxe informações do “Dossiê Mulher” (12ª edição), promovido pelo Instituto de Segurança Pública (ISP). Segundo os dados da pesquisa, a maior parte da violência contra as mulheres ocorria no ambiente doméstico. Em 68% dos casos (de violência física), 65% (de violência psicológica) e 38% (de violência sexual), os atos haviam sido praticados por pessoas conhecidas (companheiros e ex-companheiros, familiares, amigos, conhecidos ou vizinhos). As informações correspondem ao ano de 2016, no Estado do Rio de Janeiro. Na matéria aparece ainda o alerta feito pela organizadora do Dossiê, Cláudia de Moraes, sobre as consequências da violência psicológica.

O que a gente mostra no dossiê é uma parte dessa violência, de algumas pessoas que conseguem romper esse silêncio, que conseguem entender que a relação que elas estão vivendo é uma relação de violência. Não só violência física, como a **violência psicológica**, que é muito perversa. A **violência psicológica** pode, muitas vezes, levar uma mulher ao suicídio. O lado mais perverso disso é que, por vezes, você não consegue associar a causa de um suicídio a uma violência que ela sofreu antes (Matéria 5).

Outra matéria inserida nessa categoria trouxe dados sobre um levantamento realizado pelo IBGE no qual se constatou que 18% da população (a partir de 18 anos) já

havia sofrido violência, seja ela física, psicológica ou sexual (dados dos anos de 2018 e 2019) e que as vítimas em sua maioria são mulheres. Seguem os trechos citados que trazem dados que interessam à pesquisa:

A população brasileira maior de idade era composta por 159,17 milhões de pessoas em 2019. Segundo a PNS – que se baseou em uma amostra de 108 mil domicílios em todo o País – 29,1 milhões de pessoas com 18 anos ou mais (equivalente a 18,3%) foram vítimas de algum tipo de agressão nos 12 meses anteriores à entrevista. Desse grupo, 27,6 milhões sofreram **violência psicológica**, 6,6 milhões violência física, e 1,2 milhão, sexual (...) O levantamento apontou que, entre as vítimas, **mulheres** são a maioria. Pessoas que se declararam **pretas** e **pardas** também estiveram entre as maiores vítimas de agressão. Os dados revelam ainda que a maior parte dos agressores são pessoas conhecidas (Matéria 24).

Além das matérias que enfocaram dados sobre violência de diferentes fontes ao longo dos anos, identificou-se duas que abordaram especificamente o período em que houve um aumento da notificação de casos devido ao isolamento social, seja em território nacional ou ao redor do mundo, motivo pelo qual essa categoria recebeu o nome de “**violência durante a pandemia de Covid-19**”. Uma matéria relatava a preocupação de países da Europa em relação ao aumento dos índices de violência doméstica devido à convivência familiar forçada durante a pandemia. A situação é expressa nos trechos a seguir:

Para muitos, o lar não é mais um lugar seguro, diz a federação alemã de centrais de aconselhamento e chamadas de emergência para **mulheres** (...) Além do confinamento familiar forçado, preocupações relacionadas à perda de emprego ou dificuldades financeiras causadas pela crise são propícias a **conflitos** (...) Para

crianças, adolescentes ou **mulheres** vítimas de violência – **psicológica** ou física – a atual situação de confinamento significa estar continuamente disponível para a pessoa responsável por esses atos, destaca a federação alemã (Matéria 13).

Outra matéria trazia dados do Brasil, mais especificamente do estado do Rio de Janeiro, onde o índice de violência doméstica havia aumentado 10% com o início da quarentena, segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP):

Nos crimes de violência física a alta ficou em 10% na comparação ao mesmo período do ano passado. Nos crimes de violência sexual o índice subiu 17% em relação a 2019. Quando a análise se refere ao total dos registros dos crimes, os de violência física representam 68,8%, enquanto no ano passado eram 60,8%. Já os de Violência Sexual o percentual subiu de 55,4% em 2019, para 72,4% em 2020. Embora a proporção tenha aumentado, houve redução de 65,4% nos números gerais dos registros de crimes de violência moral contra a mulher. Enquanto em 2020 foram 1.571, no ano passado ficaram em 4.537. Os de violência patrimonial caíram 60,8% saindo de 822 em 2019 para 322 em 2020. Os crimes de **violência psicológica** tiveram queda de 58,8%. Em 2020 são 2.467 contra 5.993 em 2019 (Matéria 14).

A categoria denominada “**Visibilidade da Violência Psicológica e iniciativas legais de enfrentamento**” abarcou diversas matérias (15) que faziam referência a projetos de lei que foram propostos no Brasil nos últimos anos, assim como outras estratégias utilizadas ao redor do mundo. Começando pela situação em nosso país, uma matéria apresentava um dado alarmante sobre denúncias no Ligue 180 de feminicídio e tentativas de assassinato, destacando que haviam chegado a 10 mil. Além disso, também discorria sobre a dificuldade de identificação da violência psicológica, trazendo a importância de sua detecção como um meio de prevenir que outros tipos de agressões

ocorram. Tal questão pode ser observada no trecho a seguir:

Violência doméstica é o carro-chefe. Normalmente, quando a mulher busca ajuda já chegou na violência física. Para que ela entenda que está passando por uma **violência psicológica**, realmente ela está no ápice da humilhação, do isolamento (...) Precisa trazer a **violência psicológica** à luz, porque isso tem destruído as mulheres, que acabam desenvolvendo transtornos mentais seríssimos. E, infelizmente, o Estado ainda não está preparado para ouvir essas vítimas de forma qualificada (Matéria 9).

Outra matéria falava sobre projetos de lei que haviam sido propostos pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Feminicídio, tais como um que pretendia criar um programa que tivesse como foco a questão da violência psicológica. A proposta, incluída dentro do projeto de lei citado anteriormente, estava em um relatório que também continha outras recomendações, que seriam enviadas aos governos estadual e municipais (Matéria 10).

Uma das matérias trazia a informação de que a violência psicológica havia sido considerada na sentença de um caso de feminicídio, representando um grande avanço para combater a naturalização desse tipo de violência. Seguem os trechos que interessam à presente pesquisa:

Embora Manvailer não tenha agredido Tatiane fisicamente até o dia do crime, a situação de violência doméstica vivida por ela acontecia há, pelo menos, um ano, já que a advogada era vítima de **violência psicológica**. Na decisão, ofensas e humilhações proferidas contra Tatiane foram consideradas pelo magistrado como critério para aumentar a pena de Manvailer, que ainda pode recorrer da sentença.

(...)

Maira Pinheiro, advogada criminalista e especialista em direitos das mulheres,

afirmou que, apesar de a **violência psicológica** estar definida pela Lei Maria da Penha, não há correspondência com um crime específico como, por exemplo, o da violência física com o de lesão corporal. Ao definir que a presença de violência psicológica permite uma elevação da pena, o juiz tira o tema da invisibilidade. Manvailer está sendo responsabilizado também pelas ofensas, agressões verbais, que resultou nessa sentença (Matéria 25).

Outras matérias abordaram propostas legislativas de combate à violência contra as mulheres (denominadas “Pacote Basta”) que foram levadas ao Congresso, incluindo alterações importantes no Código Penal. Foram selecionados alguns fragmentos que exemplificassem a proposta e sua relação com a violência psicológica:

O objetivo do projeto é fortalecer o combate à violência contra a mulher em todos os seus aspectos: do **abuso psicológico** à agressão física e ao feminicídio. As medidas propostas contemplam alterações no Código Penal de 1940, na Lei dos Crimes Hediondos e na Lei Maria da Penha (Matéria 22).

Entre as sugestões estão a criminalização da **violência psicológica** e a inserção de artigo à Lei Maria da Penha para garantir o afastamento de casa do homem acusado de agressão (Matéria 23).

Algumas matérias (quatro) destacaram a aprovação de uma iniciativa de enfrentamento à violência doméstica denominada “Programa Sinal Vermelho”, cujo intuito era oferecer uma assistência às mulheres em situação de violência. A proposta, que incluía a tipificação do crime de violência psicológica, foi encaminhada para o Senado, que a aprovou no mês seguinte.

A proposta altera ainda o Código Penal e tipifica ainda o crime de **violência psicológica** contra a mulher. O texto foi aprovado em votação simbólica e segue

agora para o Senado (Matéria 27).

Pelo projeto, a **violência psicológica** contra mulher fica caracterizada para aqueles que causarem dano emocional, perturbação ou tentarem controlar ações e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que prejudique a saúde psicológica e a autodeterminação (Matéria 29).

O projeto também altera a Lei Maria da Penha para criar a pena contra a **violência psicológica**, caracterizada por ameaças, constrangimento, humilhação, ridicularização, chantagem e limitação do direito de ir e vir da mulher. A pena vai variar entre seis meses e dois anos de prisão (Matéria 32).

Foi encontrada uma matéria que abordava especificamente o crime de perseguição (ou *stalker*), trazendo como a lei brasileira estava agindo para que houvesse uma maior punição nesses casos, a partir da inclusão dessa tipificação no Código Penal. O fragmento a seguir resume as principais mudanças:

A nova tipificação do crime de perseguição revogou uma lei da década de 1940 que dizia respeito a quem perturbasse a tranquilidade de outra pessoa por acinte ou por motivo reprovável. A pena era de 15 dias a 3 meses de prisão. A nova regra, por sua vez, prevê reclusão de até 2 anos. Em casos em que as vítimas são crianças, adolescentes e idosos, mulheres apenas por sua **condição de sexo feminino**, ou em que o agressor usa algum tipo de arma ou atua acompanhado, a pena pode ser ainda maior. Na esteira dessa mudança institucional, o Senado aprovou no começo de agosto o projeto que pretende incluir o crime de **violência psicológica** contra a mulher no Código Penal (Matéria 34).

Outra matéria, além de mencionar a maior visibilidade de casos de violência doméstica durante a pandemia, abordou o aumento de leis federais que tratavam sobre a problemática. Destacou que desde 2019 foram aprovadas pela Câmara e pelo Senado cerca de 13 leis relacionadas à proteção e prevenção da violência contra as mulheres.

Entre os assuntos abordados por leis aprovadas nesta legislatura estão o estabelecimento de normas para combater violência política contra a mulher; a determinação da frequência de agressores a centros de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial como medida protetiva; a obrigação de que agressores arquem com custos de serviços prestados pelo SUS a vítimas de violência doméstica e familiar; e as duas leis consideradas por juristas de maior impacto no combate à violência, que definem como crime a **violência psicológica** e a perseguição (...) Gabriela Manssur estima que entre 80 e 90% dos casos que recebe são de **violência psicológica**. Ela destaca que a inclusão desse tipo de violência no Código Penal pode contribuir para a conscientização sobre o tema (Matéria 41).

Outra notícia tratou de um projeto de lei aprovado pelo Senado, que sugeria a ampliação do cadastro de condenados por violência contra as mulheres, incluindo outras tipologias além da violência sexual. A autora do projeto, segundo a matéria verificada, destacou que:

Vai ser de grande utilidade para o poder público, para o poder de polícia de todo o Brasil. Hoje existe apenas um cadastro daqueles que foram condenados por estupro. Esse cadastro se encontra no CNJ, que é o Conselho Nacional de Justiça, e a nossa proposta propõe, também, que nesse cadastro se incluam: estupro de vulnerável; aqueles condenados por feminicídio, lesão corporal contra a mulher, perseguição contra a mulher, **violência psicológica** (Matéria 43).

Houve uma matéria que retomou o caso de grande repercussão nacional de Mariana Ferrer e a lei dele decorrente. Mariana alegou ter sido vítima de violência sexual, e no momento do julgamento foi humilhada pelo advogado de defesa do réu.

A propositura tem por finalidade reprimir a “vitimização secundária”, qual seja, a **violência psicológica** no decorrer do procedimento de apuração e julgamento, considerando que a vítima já teria sofrido com a agressão pela qual o processo está sendo movido, acrescenta o Palácio do Planalto (Matéria 44).

Algumas matérias (duas) de uma seção específica da revista intitulada “Mundo” trouxeram informações sobre os esforços de outros países no combate à violência contra as mulheres. Foi o caso das matérias que abordaram a situação da Itália. A primeira trazia informações do ano de 2020, afirmando que o número de ligações para a “Linha verde” (serviço de denúncias do país) havia aumentado no mês de março, sendo o mesmo período em que o país havia começado o lockdown devido à pandemia de Covid-19. Já a segunda, trazia a informação de que a Itália, assim como outros países, havia aderido a uma campanha pelo “Dia Mundial contra violência às mulheres”, cujo objetivo era promover a conscientização da população, e prevenir as diversas formas de violência incluindo a violência psicológica.

A violência relatada foi predominantemente física (47,9%), mas quase todas as mulheres sofreram mais de uma forma de agressão, sendo 50,5% **violência psicológica** (...) Já em relação aos agressores, a violência na família aumentou para 18,5% em 2020 (contra 12,6% em 2019) enquanto a violência pelos atuais parceiros permanece estável (57,1% em 2020) (Matéria 26).

A violência física é apenas a ponta do iceberg de inúmeras formas de violência perpetradas contra as mulheres: perseguição, **violência psicológica**, econômica,

física, sexual e testemunhada (Matéria 45).

Como a Lei Maria da Penha especificamente foi mencionada em cinco matérias por ser considerada um marco no combate à violência doméstica e familiar, optou-se por inseri-las numa categoria à parte denominada “**Lei Maria da Penha: avanços e entraves**”. Uma das matérias incluídas nessa categoria tratou sobre a eficiência da lei e, ao mesmo tempo, sobre a necessidade de melhorias e ampliação dos serviços. A matéria trouxe um relato do relacionamento entre Maria e Roberto (nomes fictícios), no qual a violência psicológica era frequente, e abordou a dificuldade de identificação desse tipo de violência:

Mas eu achava o namoro normal, até que começou o **desrespeito** total, depois de uns quatro anos juntos. (...). Me **jogava para baixo**, dizia que eu não servia para nada, que eu fazia tudo errado, que eu não era uma boa mulher e que ele ia procurar outras. Se passava uma mulher atraente, ele a cantava na minha frente (Matéria 3).

Além das constantes humilhações e xingamentos, a matéria acima destacada também se referiu à violência sexual sofrida por Maria, e enfatizou a dificuldade de sair do relacionamento devido à dependência financeira. Sobre a importância da Lei Maria da Penha, essa mesma notícia destacou os benefícios de a lei ter estabelecido as tipologias, pois antes só se considerava a violência física nas situações de violência doméstica.

Muita gente nem sabia que **violência psicológica** era um crime enquadrado, passou a saber com a divulgação da lei. Antes, a sociedade só considerava a violência contra a mulher aquela violência física. E não bastava ser simples, tinha que deixar a mulher com muitas marcas para as pessoas aceitarem que, dessa vez, o marido exagerou (Matéria 43).

Outra reportagem discorreu sobre a lei com o objetivo de celebrar os 14 anos da

mesma, completados no ano de 2020, falando sobre as tipologias expressas em seu texto, trazendo dados de violência contra a mulher durante a quarentena de Covid-19 e citando iniciativas privadas de combate a essa problemática.

De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no mês de abril, primeiro mês da quarentena, a quantidade de denúncias de violência contra a mulher recebidas pelo número 180 teve alta de 40% em relação ao mesmo período de 2019 (...) A Lei Maria da Penha, junto com a Lei do Feminicídio, é um principal pilar do combate à violência contra a mulher e o assassinato por motivos de gênero no Brasil (...) Um exemplo são os tipos de violência que podem ser enquadrados nessa lei, que inclui, além da violência física, a **violência psicológica**, sexual, patrimonial e moral (...) Startups de aplicativos como Nina, Mete a Colher e Sobre a Tina nasceram justamente com o intuito de combater a violência por motivos de gênero. Essas iniciativas buscam implementar alguns dos mecanismos previstos na Lei Maria da Penha (...) (Matéria 16).

Matérias do ano de 2021, quando a Lei Maria da Penha completou 15 anos, discorreram sobre a importância da criação da lei, considerada uma das melhores do mundo. No entanto, também ressaltaram os desafios enfrentados e reforçaram a necessidade de melhorias em sua aplicação. Já uma outra matéria reforçou a importância de a lei ir se adequando às mudanças ocorridas na sociedade. Além disso, foi feito um alerta sobre o papel da denúncia para que a rede de proteção possa funcionar de uma maneira mais efetiva. Seguem trechos das matérias citadas em que a violência psicológica é mencionada:

A Lei Maria da Penha definiu cinco formas de violência: física, sexual, moral, **psicológica** e patrimonial. Até então, a violência contra a mulher era identificada

apenas com o olho roxo, relembra Valéria. Em 2015, nova conquista com a tipificação do crime de feminicídio e, neste mês, a criação do tipo penal **violência psicológica**. Essas violências estão sempre acontecendo concomitantemente e, muitas vezes, acaba em feminicídio, diz Sônia (Matéria 35).

Em julho deste ano foi sancionada a Lei 14.188, que inclui no Código Penal o crime de **violência psicológica** contra a mulher a todo aquele que causar dano emocional “que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento” ou que vise a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões (Matéria 36).

Segundo a ministra, desde que foi promulgada, em 2006, a Lei Maria da Penha passou por diversos aperfeiçoamentos. Ela citou, por exemplo, a recente criação do tipo penal **violência psicológica**. Com isso, a lei define atualmente cinco formas de violência: física, sexual, moral, **psicológica** e patrimonial (Matéria 37).

6) ANÁLISE DOS RESULTADOS

O estudo 1 teve como propósito investigar representações sociais de violência contra a mulher, com foco em violência psicológica, e representações sociais de gênero contidas em matérias jornalísticas que tratavam sobre relacionamentos abusivos, bem como verificar se tais matérias jornalísticas faziam referências a estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher. Em relação ao que foi fornecido pelo Iramuteq, pode-se notar classes com conteúdos que trazem significações a respeito do fenômeno da violência contra as mulheres, considerando seus diferentes desdobramentos, causas e estatísticas, assim como as medidas legais, iniciativas privadas e governamentais e possíveis estratégias de enfrentamento a essa problemática. Desse modo, a configuração proposta pelo software, a partir da divisão em classes lexicais, possibilitou a identificação de elementos de representações sociais que compõem os objetos de interesse.

Existem dois processos de pensamento que estão inter-relacionados e que nos permitem construir a realidade, denominados por Moscovici de “universos consensuais” e “universos reificados”. O primeiro, é representado pelas teorias criadas pelos indivíduos a fim de explicar os problemas que lhe são apresentados ao longo da vida, a partir do contexto onde estão inseridos e de suas próprias experiências. Portanto, esse universo representa o senso comum e é de onde derivam as representações sociais que, por sua vez, são criadas a partir dos processos de ancoragem e objetivação. Já o universo reificado representa os saberes científicos, criados a partir de um rigor lógico e metodológico, representando uma visão de “especialista” sobre um determinado assunto (Moraes et.al., 2018).

Com os temas discutidos nesse tópico, foi possível observar que geralmente os universos consensuais e reificados se fundem, já que até mesmo estudiosos tendem a trazer experiências em suas falas, o que indica que não representam saberes

completamente independentes. Ademais, por se tratarem de matérias, talvez esse aspecto seja mais facilmente observado, já que é comum que apareçam tanto visões de especialistas tecendo considerações sobre violência como, por exemplo, juízes e advogados, assim como pessoas que já passaram por esse tipo de situação e falam a partir de suas vivências.

Portanto, a partir da análise do vocabulário empregado nas matérias foi possível tecer considerações a respeito de como os objetos em questão costumam ser entendidos na mídia, o que vai ao encontro da ideia de que as representações sociais “são conhecimentos naturais dos indivíduos que são transmitidos de geração para geração, são opiniões e ideias de pessoas de um grupo sobre determinado fenômeno ou acontecimento” (Sousa & Souza, 2021, p.2). No entanto, isso não significa dizer que as matérias analisadas representem exatamente o modo como os seres humanos pensam ou se comunicam, mas podem ser úteis na medida em que, por meio das narrativas de acontecimentos, temas e objetos, possibilitam o acesso a diferentes elementos que atuam na construção da realidade social e fornecem indícios sobre elementos do pensamento social circulante em uma época. Além disso, tratam-se de discursos produzidos por pessoas inseridas no meio social, atravessadas por questões históricas e culturais e que, de certa forma, constroem expectativas em relação ao público-leitor que, por sua vez, é um sujeito ativo no processo de assimilação de novas informações (Sousa et. al., 2019).

A análise de conteúdo temática buscou uma complementação dos resultados encontrados pelo software, focando na maneira como a violência psicológica é retratada nas matérias jornalísticas. Cabe destacar que, embora alguns dos temas identificados na análise de conteúdo reforcem resultados já encontrados pelo Iramuteq, outros trouxeram novos elementos a serem considerados na compreensão das representações sociais de violência contra a mulher. Por esse motivo, optou-se por apresentar a discussão de ambas

as análises conjuntamente, apresentando assim de que forma as classes geradas pelo programa e as categorias emergidas na análise de conteúdo contribuíram com elementos representacionais dos objetos de interesse da pesquisa.

Os elementos encontrados deixaram claro que se trata de uma questão multifatorial, o que foi explorado na presente seção. A fim de facilitar a análise e deixá-la mais didática, optou-se por dividi-la em dois grandes tópicos que representam os objetivos específicos do estudo, sendo eles: 1) Significações sobre violência contra a mulher, violência psicológica e gênero em matérias da Revista Istoé 2) Estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher presentes em matérias da Revista Istoé. Com o avanço da discussão, é possível observar quais classes e categorias apresentaram conteúdos mais semelhantes entre si, e de que maneira a Teoria das Representações Sociais (TRS) pode contribuir para a compreensão desses aspectos.

6.1) Significações sobre violência contra a mulher, violência psicológica e gênero em matérias da Revista Istoé

Desde o surgimento da Teoria das Representações Sociais, Moscovici (1961/2012) encarregou-se de investigar a relação entre esse referencial teórico e os meios de comunicação em massa, já que em sua obra inaugural o autor se dedicou a estudar a maneira como a psicanálise era entendida na imprensa francesa (Moscovici, 2012; Sousa et. al., 2019). A partir disso, Moscovici estabeleceu três sistemas de comunicação denominados “difusão”, “propagação” e “propaganda”. A difusão tem como função principal possibilitar a circulação do conhecimento e não apresenta uma estrutura fixa, já que não possui um grupo específico e nem um posicionamento definido, sendo capaz de atingir um público diverso (Lobo & Werneck, 2018; Moscovici, 2012; Sousa et. al., 2019). A propagação, por outro lado, apresenta uma estrutura definida, já

que esta “serve como uma ferramenta de regulação de crenças e posturas de um grupo frente a questionamentos externos” (Lobo & Werneck, 2018, p. 16). Já a propaganda possui um caráter controlador e persuasivo, atuando na formação de opinião de um determinado grupo sobre um assunto específico, constituindo-se assim como um “instrumento de ação” (Sousa et. al., 2019, p. 229). A partir disso, pode-se destacar o papel que a mídia desempenha na formação, transformação e disseminação das representações sociais (Alexandre, 2001):

[...] os meios de comunicação de massa se tornam instrumentos fundamentais na produção da nova coesão social, exatamente porque lidam com a fabricação, reprodução e disseminação de representações sociais que fundamentam a própria compreensão que os grupos sociais têm de si mesmos e dos outros, isto é, a visão social e a autoimagem (Alexandre, 2001, p.116).

A indagação que norteiou esse primeiro tópico foi: Quais as representações sociais de violência contra a mulher, violência psicológica e de gênero presente em matérias jornalísticas que tratam sobre relacionamentos abusivos? Pretendeu-se investigar de que maneira a violência psicológica vem sendo abordada nas matérias; se e de que forma essa problemática vem sendo relacionada com o conceito de gênero, ou seja, com o que se entende como “ser homem” e “ser mulher” dentro da sociedade.

Cabe destacar que as matérias não trouxeram uma conceituação explícita de gênero, mas algumas relacionaram esse constructo com o fenômeno da violência, o que ocorreu principalmente com matérias inseridas na classe 2 do Iramuteq e na categoria “papéis sociais de gênero e violência”, da análise de conteúdo. A classe 2 abordou aspectos culturais e sociais que estão relacionados à ocorrência de violência contra a mulher, conforme assinalam fragmentos a seguir, separados pelo próprio software: “O que eu percebo é que a gente continua precisando compreender o que é gênero, porque

é um conceito muito complexo”; “O debate sobre as questões de gênero é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária. É preciso enxergar realmente a mulher como um sujeito de direitos, que vai decidir sobre a vida dela, o que ela vai estudar, o que vai fazer da vida, como vai cuidar de seu corpo, com quem e de que forma ela vai se relacionar”; “Eu acho que a gente tem que discutir gênero e educar nossas crianças e nossos filhos de uma outra maneira”; “A questão da violência de gênero já surge no meio da sociedade, são questões antigas, mas também são questões novas. O patriarcado está ali ainda, ele é uma forma de estruturação da sociedade. Nesse sentido, eu acho necessário a gente trabalhar a educação para desconstrução de estereótipos de gênero, então é um problema que é antigo, mas continua atual” (Matéria 157, 2020). Assim, tal classe 2 trouxe um reconhecimento de que a maneira como a sociedade foi construída no que se refere ao gênero possibilita a ocorrência de violência, já que existe uma hierarquia clara entre homens e mulheres. Trata-se de uma cadeia, já que a hierarquia gera uma série de desigualdades que, por sua vez, incitam a ocorrência de inúmeras violências que assombram as mulheres ao longo da vida, sendo algumas delas: discriminação, preconceitos, exploração sexual, desvalorização profissional, violência doméstica, entre outras (Marques, 2009).

Já a categoria “Papéis de gênero e violência” serviu como um complemento para a análise das questões trazidas na classe 2, uma vez que explicitou como comportamentos sociais atribuídos a homens e mulheres contribuem para que haja relacionamentos marcados pela violência. Assim, espera-se socialmente dos homens comportamentos baseados na ideia de masculinidade hegemônica, que se baseia em atributos como poder, controle, força e virilidade (Nader & Caminoti, 2014 ; Domingues et. al., 2016), o que pode ser ilustrado pelos fragmentos das matérias a seguir: (...) *“violência psicológica está ligada ao que se espera culturalmente de um homem”* (Matéria 179, 2016); (...) *faz parte*

do perfil agressor humilhar a parceira com frequência, em casa ou em público, para controlar a mulher e se sobressair (...) (Matéria 221, 2021). Já para as mulheres, em contrapartida, é conferido socialmente um lugar de vulnerabilidade, docilidade e obediência em relação aos companheiros (Serpa, 2010).

Convém retomar os aspectos teóricos que permitem que as representações sociais como as de gênero, surjam e se mantenham. Existem dois processos formadores denominados “ancoragem” e “objetivação”, que ocorrem de maneira concomitante e servem, em um primeiro momento, para conferir familiaridade a um objeto. A ancoragem possibilita que novos elementos de um objeto sejam assimilados, a partir de categorias preexistentes que já eram familiares ao indivíduo, podendo ser acessadas a partir da memória (Trindade et. al., 2011). Portanto, “um novo objeto é ancorado quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes, mediante alguns ajustes” (Trindade et. al., 2011, p. 148). Assim, percebe-se que as significações de gênero presentes nas matérias ancoram-se em papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres, o que, por sua vez, possibilita a existência de relacionamentos construídos de forma assimétrica. Segundo Diniz (2019), “a mídia funciona como um lugar de (re)produção de representações de gênero, um espaço no qual elas se constituem e/ou se modificam” (p. 7).

Já a objetivação, é responsável por transformar o novo objeto em algo menos complexo, para que assim ele possa deixar de ser abstrato e transformar-se em algo mais concreto (Moraes et. al., 2018). Uma das matérias da presente categoria, por exemplo, dedica-se a construir um “perfil do homem agressor”, a partir de cinco comportamentos considerados comuns nesses casos, sendo eles: “interferência nas roupas da companheira”, “controla o celular, a roupa e as redes sociais”, “humilha e xinga a companheira”, “manda em tudo” e “interferir nas relações sociais”. Com isso, há uma

tentativa de se criar uma “imagem” que represente os homens perpetradores de violência.

Contudo, cabe ressaltar que foram poucas as matérias que trouxeram a relação entre papéis sociais e violência, já que a categoria da análise de conteúdo anteriormente citada era formada por apenas três matérias e, das cinco classes surgidas no Iramuteq, somente uma trouxe aspectos sociais e culturais como elementos causadores da violência contra a mulher. Acredita-se que isso esteja relacionado ao formato adotado pelas matérias jornalísticas que, de modo geral, privilegiam dados estatísticos ao invés de se dedicarem à busca de explicações mais aprofundadas sobre o fenômeno relatado. Esse aspecto vai ao encontro do que foi encontrado por Simoneau e Oliveira (2014), que destacam que, ao privilegiar alguns aspectos em detrimento de outros, a mídia termina por causar influência na percepção da realidade. Além disso, também prevalece uma certa dificuldade em se discutir os papéis de gênero, talvez pela falta de entendimento sobre o assunto e/ou por ainda serem constantemente naturalizados na sociedade. No entanto, por mais que não se tenha muitos elementos que corroborem com essa informação nas matérias, é preciso sempre ter em mente que existem fatores históricos, culturais, estruturais e político-institucionais que estão envolvidos no fenômeno da violência contra as mulheres (Andrade & Souza, 2021).

No que diz respeito aos diferentes contextos em que a violência contra a mulher ocorre, sabe-se que a maior parte dos atos violentos acontece dentro dos lares, sendo praticados por pessoa do próprio convívio social, o que denota a situação de extrema vulnerabilidade em que a mulher se encontra, já que se tratam de pessoas com as quais ela possui uma relação de confiança e intimidade (Cambi & Denora, 2017). É disso que se trata a classe 1, que aborda a violência ocorrida no âmbito doméstico. A classe traz questões muito discutidas, como a dificuldade de se romper com o ciclo da violência e as principais razões que possibilitam a permanência de mulheres em relacionamentos

violentos. Segundo a literatura, inúmeros são os motivos que fazem com que mulheres permaneçam num relacionamento violento, sendo alguns deles: dependência financeira/afetiva, proteção dos filhos e sentimentos como medo, vergonha e constrangimento (Andrade & Souza, 2021). Algumas falas contidas em matérias da classe 1 explicitam sentimentos comuns de mulheres que passam por esse tipo de situação: *“Era muita pressão, vergonha, tudo. Depois de um tempo não vi saída, tive que me humilhar e acabei voltando com ele”*(Matéria 206, 2016); *“Eu sentia vergonha da situação por conta do quanto eu mesma me diminuía e me deixava ser diminuída dentro daquela relação. Depois que a gente sai, a gente consegue enxergar as coisas de uma maneira melhor”* (Matéria 85, 2021).

O fator que mais apareceu nas matérias dessa classe como um dificultador ao rompimento da relação foi a existência de filhos, indicando que mulheres-mães possuem uma preocupação adicional, conforme ilustram os trechos a seguir: (...) *“Se você tem filho não vai separar mesmo, já vi essa história (...); “Olha para mim, sou a mãe dos seus filhos”, disse em desespero. Em seguida, sentiu um tiro em seu pescoço. Alguns instantes depois, outras duas balas atingiram seus braços”* (Matéria 202, 2021); *“A dor física só não é pior que a dor na alma. A maior tristeza de tudo isso foi ver meu filho sofrer”*(...). (Matéria 25, 2021).

Assim como pode-se observar em um dos fragmentos utilizados para exemplificação, a utilização de expressões no senso comum como “sou a mãe dos seus filhos”, assim como outras similares utilizadas tanto por homens quanto por mulheres, são muito comuns nessas situações, o que está ancorado a um ideal de família tradicional vista como algo a ser preservado e “protegido a todo custo” que, por sua vez, relaciona-se a papéis sociais atribuídos aos gêneros dentro do seio familiar. De acordo com o levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa DataSenado (2021), 27% das mulheres

alega ter sofrido violência doméstica ou familiar por parte de um homem, o que mostra que tal problemática está intrinsicamente relacionada às questões de gênero e à posição secundária que é conferida à mulher dentro da sociedade (Candido & Filho, 2020).

Gomes et. al. (2022) realizaram uma pesquisa com mulheres que já haviam passado por situação de violência conjugal, a fim de investigar os motivos que levaram à permanência no relacionamento. Constatou-se que, com o intuito de manter o casamento/família, as mulheres chegavam a acreditar que detinham o controle das situações de violência, e confiavam nas promessas de mudança dos cônjuges. Segundo os autores: “esse comportamento feminino, mais uma vez alicerçado no valor do casamento e da família, predispõe à mulher à manutenção na violência conjugal, que se intensifica ao longo do relacionamento” (p. 5). Essa romantização da família também pode interferir na percepção das mulheres sobre a violência vivenciada, o que conduz a outro fator que contribui para a manutenção de relacionamentos abusivos: muitas vítimas nem sequer conseguem reconhecer e nomear o que estão vivenciando como uma violência (Barretto, 2018 ; Gomes et. al., 2022) e, na medida em que vão se dando conta, precisam lidar com o sentimento de culpa recorrente, fazendo-as se sentirem responsáveis pela situação (Valério et. al., 2017). Seguem alguns trechos de matérias, a título de exemplificação: *“Não cheguei a acionar porque eu não tinha conhecimento. E uma amiga me falou: Você vivia um relacionamento abusivo, né? E eu pensei: Claro que não, ele não me agredia”* (Matéria 202, 2021); *“Ela disse que desde o início da relação ele se mostrou muito ciumento e machista. Mas eu achava o namoro normal, até que começou o desrespeito total, depois de uns 4 anos juntos”* (Matéria 206, 2016).

Mesmo nos casos em que a mulher rompe com o silêncio e procura ajuda, alguns obstáculos surgem no caminho. É comum que no momento da denúncia, por exemplo, o acolhimento não seja realizado de maneira adequada. Isso ocorre devido ao despreparo

da equipe atuante nas delegacias, contribuindo para que ocorra o processo de revitimização em que, muitas vezes, a vítima é questionada sobre a veracidade dos fatos (Marty & Bonetti, 2018). A classe 1 também aborda esse aspecto, considerado um grande dificultador no processo de rompimento do ciclo da violência, o que pode ser exemplificado pelo fragmento a seguir: *“Quando comecei a contar, o policial olhou pra mim e falou: mas você nunca foi prostituta? Ele fez tudo para me desencorajar (...) E eu chorava copiosamente dentro da delegacia”* (Matéria 202, 2021). Os problemas existentes nas delegacias e nas demais instituições destinadas ao atendimento de mulheres em situação de violência possuem forte relação com a norma social, que coloca a mulher em uma posição inferior em relação ao homem, o que faz com que haja uma naturalização das violências vivenciadas. Para impedir que os profissionais passem adiante essa norma, que encontra-se ancorada em uma representação patriarcal sobre a mulher, é preciso que recebam uma capacitação adequada e contínua, evitando assim que o processo de revitimização ocorra (Bandeira, 2014; Cavaler & Macarini, 2020). Além disso, entre outras melhorias necessárias, pode-se citar a necessidade de investimento em equipamentos para que a investigação e o acompanhamento dos casos aconteça de maneira mais efetiva (Bandeira, 2014) e também que as delegacias possam promover ações de prevenção à violência, reafirmando o compromisso de combater estereótipos de gênero que terminam por estimular a existência de relacionamentos marcados por padrões violentos (Cavaler & Macarini, 2020).

Para cumprir o objetivo de identificar elementos de representações sociais de violência psicológica nas matérias, as categorias da análise de conteúdo “violência política de gênero” e “violência contra a mulher e repercussões midiáticas” trouxeram alguns indícios, principalmente a última, que apresentou casos reais de relacionamentos que foram marcados por esse tipo de violência. De modo geral, as matérias não

possibilitaram uma representação explícita de violência psicológica, já que os trechos não apresentaram uma definição clara, mas sim trouxeram práticas que a caracterizavam, conforme os exemplos a seguir: *“as violações mais comuns são de natureza psicológica, incluindo difamação, intimidação e ameaças”* (Matéria 198, 2020); *“sofri pressão psicológica e exclusão dentro do confinamento. Ouvi palavras duras, fui tratada com grosseria e frieza diversas vezes. Queriam me fazer sentir culpada por erros que não eram meus e mais uma vez inferiorizando a voz da mulher ou diminuindo nossa força”* (Matéria 212, 2021); *“A única vez que tentei conversar sobre como eu gostava de transar, fui humilhada, enquanto ele gritava que eu não sabia o que era sexo com um homem de verdade”* (Matéria 213, 2020); *“As pessoas entendem como violência, às vezes, só a violência física. Tem a violência psicológica, aquele grito mais alto”* (Matéria 211, 2020); *“Também relatou que teria sofrido ameaças, recebido xingamentos e sido traída por Thiago”* (Matéria 186, 2021); *“Sofreu agressões não só físicas, mas psicológicas durante todo o seu relacionamento, ao longo de 13 anos, marcado por xingamentos do mais baixo calão, berros, cuspes, tapas e puxões de cabelo e manipulações”* (Matéria 177, 2020); *“A violência psicológica precede a física! Quase sempre somos violentadas nesse sentido, humilhadas, diminuídas, manipuladas, acabam com nossa autoestima pra que assim também fiquemos desacreditadas de nós mesmas e sem energia pra tomarmos uma decisão”* (...) (Matéria 210, 2021).

Assim, conforme pode-se notar nos fragmentos citados, ações como “difamação”, “intimidação”, “ameaças”, “grosseria”, “frieza”, “inferiorização/ diminuição”, “gritos”, “humilhações”, “xingamentos” e “manipulações” configuram elementos de representações sociais de violência psicológica nas matérias. Nesse sentido, cabe lembrar a definição de violência psicológica expressa no artigo 7º da Lei Maria da Penha (Brasil, 2006):

Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (p. 2).

Como pode-se observar, muitos dos elementos de representações sociais encontrados nas matérias estão de acordo com a definição de violência psicológica trazida pela lei. Esse achado vai ao encontro da pesquisa realizada por Echeverria (2018), na qual homens e mulheres foram perguntados sobre quais comportamentos relacionavam com a violência psicológica. Alguns comportamentos citados pelos homens foram: “ameaça”, “rebaixamento da mulher”, “chantagem”, “humilhação”, “submissão”, “xingamentos”, “ferir a autoestima”, entre outros. Já as mulheres mencionaram: “chantagem emocional”, “xingamentos”, “menosprezo”, “desvalorização da mulher”, “proibição”, “ameaça”, “rebaixamento”, etc. Ao final do estudo, constatou-se que, de modo geral, as respostas de ambos iam de encontro à definição apresentada na Lei Maria da Penha.

No entanto, parece existir também uma certa dificuldade em diferenciar a violência psicológica da moral, que é definida como: “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”. Por outro lado, nas matérias o termo “difamação” aparece como um dos atos que representam a violência psicológica. Segundo Azambuja e Velter (2021), a violência psicológica está prevista no inciso II do artigo 7º da Lei Maria da Penha, enquanto a moral é descrita no inciso V, o que já demarca que tratam-se de tipologias distintas. Além disso, a violência psicológica, ao contrário da moral, não configura um crime contra a honra. No entanto, ambas trazem sérias consequências à vida

da mulher.

Assim, no que diz respeito ao objetivo específico que pretendia identificar elementos de violência psicológica nas matérias, o que se percebe é que ainda há uma escassez de referências claras a essa tipologia nesse tipo de mídia, o que pode estar relacionado a fatores como a dificuldade de identificação, já que muitos dos comportamentos que a representam são naturalizados socialmente, e devido a um impasse no momento de diferenciá-la de outros tipos de violência como a moral, conforme apontado anteriormente. No entanto, considera-se um avanço importante que esse tipo de violência tenha sido reconhecido nas matérias.

6.2) Estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher presentes em matérias da Revista Istoé

Constatou-se que no conjunto de matérias investigado, muitas mencionavam estratégias e iniciativas que vem sendo utilizadas no Brasil e ao redor do mundo no combate à violência contra a mulher de maneira geral, e não somente em casos em que a violência psicológica foi mencionada, embora essa tipologia tenha aparecido com frequência, seja por meio de estatísticas ou a partir de relatos de relacionamentos abusivos que foram noticiados pela mídia.

Assim, a fim de contemplar o objetivo proposto, é preciso concentrar-se nas categorias 3 e 4 do software, onde pode-se encontrar, respectivamente, medidas legais utilizadas nos casos denunciados e iniciativas privadas e governamentais que vem sendo propostas nos últimos anos. Já as categorias da análise de conteúdo “Visibilidade da Violência Psicológica e iniciativas legais de enfrentamento” e “Lei Maria da Penha, avanços e entraves”, serviram como um complemento das questões trazidas nas classes citadas.

A classe 3 se referia às estratégias jurídicas usualmente utilizadas durante os processos, que têm como respaldo as legislações criadas com o intuito de contribuir no combate à violência contra as mulheres, sendo as principais a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2015).

A Lei Maria da Penha foi a pioneira e possibilitou uma série de inovações já que, por meio desta, surgiram delegacias especializadas (Deams), serviços e sistemas de proteção, centros especializados para o acolhimento de mulheres, entre outros (Nunes, 2018). A partir da aplicação da lei 11.340/2006, considerada uma das melhores do mundo, o Estado passou a se responsabilizar por implementar políticas públicas que garantam proteção e direitos das mulheres, a partir de práticas articuladas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme prevê o artigo 8º (Vasconcelos & Resende, 2018).

Entre outros aspectos previstos na Lei Maria da Penha, encontram-se as medidas protetivas de urgência, estratégia jurídica que apareceu como uma das principais palavras da classe 3, o que parece indicar que as matérias consideram como uma das medidas mais importantes e mais frequentemente utilizadas nos processos de violência doméstica. Tais medidas podem ser utilizadas sempre que houver um risco à integridade da vítima, em qualquer fase do processo, e são concedidas de forma imediata pelo juiz, independente de audiência entre as partes. Sendo assim, após os procedimentos da denúncia, incluindo os depoimentos da vítima e das testemunhas para a verificação dos fatos, o Boletim de Ocorrência é emitido e existe uma certa urgência por parte do Estado para a aprovação das medidas, para que a integridade física e psicológica da mulher possa ser preservada (Vasconcelos & Resende, 2018). Em resumo:

O artigo 22 dispõe sobre medidas que obrigam o agressor. Entre elas, prevê como imprescindível o afastamento do agressor do convívio com a vítima, fixa um

limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor, para que as medidas alcancem eficácia, assim como é vedado qualquer meio de comunicação entre seus familiares e testemunhas. A lei também dispõe sobre a suspensão ou restrição ao porte de arma de fogo. Tais medidas poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, conforme a gravidade do caso (Vasconcelos & Resende, 2018, p.126).

Apesar das inúmeras contribuições trazidas pela Lei Maria da Penha, ainda faltava um instrumento que proporcionasse uma penalização mais eficaz dos crimes praticados contra mulheres, uma vez que muitas ainda continuavam sendo mortas por seus companheiros. Portanto, diante do alto índice de impunibilidade nessas situações, surge a Lei do Feminicídio, que insere os assassinatos ocorridos por razões de gênero (condição feminina) na lista de crimes hediondos, por meio da alteração do artigo 121 do Código Penal. A partir disso, o que antes tinha como sentença uma pena de 3 meses, passa a poder chegar até 30 anos, dependendo do caso. A lei 13.104/2015 trouxe o entendimento de que esses crimes são praticados motivados pela misoginia, pela concepção que o agressor possui de que a mulher é um ser inferior a ele (Nunes, 2018). A seguir, pode-se observar exemplos de fragmentos da classe 3 que citaram a Lei Maria da Penha, as medidas protetivas de urgência e a Lei do Feminicídio:

O TJAM promove esta semana em Manaus mutirões de audiências de instrução e julgamentos relacionados à **Lei Maria da Penha**. Cerca de 1,5 mil processos devem ser analisados pelos 2 juizados especializados no Combate à Violência doméstica e familiar contra a Mulher (Matéria 75, 2016).

Já fomos capazes de criar legislações para dar resposta a vários fenômenos de violência contra mulher, como a **Lei Maria da Penha** e, mais recentemente, a **Lei**

do Femicídio. E, para além disso, tem o aspecto anterior, o da prevenção, que passa pelo processo educacional, de mudança cultural e de conscientização das próprias mulheres do que é violência (Matéria 46, 2017).

A Defensoria Pública tem atuação destacada em Juizados de Violência Doméstica, onde promove a representação e defesa de mulheres vítimas nos processos onde há julgamento de acusações criminais e aplicação de **medidas protetivas** (Matéria 37, 2019).

O conteúdo da classe 3 possui forte relação com a categoria da análise de conteúdo denominada “Lei Maria da Penha: avanços e entraves”. Um aspecto trazido nessa categoria, que não ganhou destaque nos STs selecionados pelo software na classe 3, refere-se à importância que a lei teve por conferir visibilidade às demais tipologias da violência contra a mulher, incluindo a violência psicológica, já que antes de seu surgimento somente a violência física era considerada. Apesar de reiterar sempre a importância da lei, as matérias incluídas nessa categoria também se dedicaram a apontar a necessidade de melhorias em sua aplicação. De acordo com Mota e Rocha (2019), a lei é eficaz, porém existem falhas em sua execução, o que poderia ser resolvido se o Estado oferecesse subsídios para melhorar a capacitação dos agentes policiais, proporcionasse um maior amparo às vítimas, por meio da construção de abrigos especializados com profissionais qualificados, como assistentes sociais e psicólogos, entre outras ações.

Voltando ao aspecto de uma maior visibilidade das outras tipologias expressas na Lei Maria da Penha, pode-se adentrar a categoria da análise de conteúdo denominada “Visibilidade da Violência Psicológica e iniciativas legais de enfrentamento”. Essa categoria abordou, de modo geral, projetos de lei que foram propostos no Brasil nos

últimos anos, assim como outras estratégias utilizadas ao redor do mundo. No entanto, também trouxe outra questão, que é a dificuldade de identificação da violência psicológica, explicitando que para que uma mulher entenda que está passando por esse tipo de situação é porque já atingiu um nível extremo, e que normalmente quando decide procurar ajuda é porque já chegou até a agressão física. Segundo Echeverria (2018), como muitos comportamentos que configuram violência psicológica já se encontram extremamente naturalizados na sociedade, identificar essa tipologia continua sendo um grande desafio.

As matérias dessa categoria também consideraram importante a detecção precoce da violência psicológica, seguindo uma lógica linear de que um relacionamento marcado por esse tipo de violência pode evoluir até culminar na violência física. Embora essa seja uma questão que não esteja necessariamente relacionada e, portanto, não se pode afirmar que o mesmo aconteça em todos os casos, autores como Silva et. al. (2007) também possuem essa visão de que a violência psicológica, quando detectada no início, pode ajudar a prevenir que outros tipos de agressões aconteçam no futuro.

Tirando as matérias que possuíam esse foco de falar sobre a visibilidade da violência psicológica, as demais incluídas nessa categoria se dedicaram a mencionar estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher. Importante destacar que todas as matérias que buscaram cumprir com esse objetivo estavam relacionadas à criminalização, conforme os exemplos de propostas citadas: “ampliação do cadastro de condenados”, “Lei Mariana Ferrer”, “alterações no Código Penal, na Lei Maria da Penha e na Lei dos crimes hediondos”, entre outras.

O projeto de lei mais mencionado nas matérias e que conferiu destaque ao tema da presente pesquisa, referia-se à alteração no Código Penal, a fim de incluir o crime de violência psicológica em seu texto, proposta que deu origem à Lei 14.188/2021. A

principal importância dessa inclusão se deveu ao fato de que, antes de seu surgimento, embora a violência psicológica estivesse expressa como uma das tipologias na Lei Maria da Penha, não existia um tipo penal correspondente no ordenamento jurídico brasileiro, o que ocasionava em dificuldades enfrentadas por mulheres que compareciam às delegacias para registrar boletins de ocorrência por violência psicológica, já que, em muitas ocasiões, as condutas narradas por elas, como vigilância, isolamento, manipulação, humilhação, rebaixamento e ridicularização, não eram sequer consideradas pela justiça como infrações penais (Fernandes et. al., 2021).

Assim, os resultados encontrados pareceram indicar que existe um foco em ações punitivas como principal estratégia de enfrentamento utilizada. A única matéria dessa categoria que tinha como foco a prevenção da violência não falava sobre a situação do Brasil, mas sim da Itália, que havia aderido a uma campanha cujo propósito era promover a conscientização da população. Em território nacional, embora a Lei Maria da Penha apresente a tríade “prevenção-assistência-repressão” como essencial no combate à violência contra a mulher, percebe-se que a rede de enfrentamento possui uma ênfase na criminalização do fenômeno (Souza & Cortez, 2014). Por outro lado, estratégias educativas e orientativas, que possuem uma finalidade mais preventiva, não recebem o destaque da mídia e tampouco a devida valorização pelo Estado, o que faz com que haja um investimento escasso ou até mesmo nulo direcionado a “ações, espaços e profissionais que tratem desses aspectos” (Souza & Cortez, 2014, p. 633).

Enquanto a categoria anteriormente citada destacava o enfrentamento no âmbito da Justiça, a classe 4 do Iramuteq teve como enfoque a prevenção, seja por meio de campanhas que busquem conscientizar a sociedade, ou que tenham como propósito estimular denúncias pela Central de Atendimento 180. Algumas iniciativas foram propostas pelo próprio Governo, e outras por empresas como o Instituto Avon, farmácias

e clubes de futebol. Assim, tal classe trouxe elementos que indicam uma importante estratégia de enfrentamento: a educação, que consiste em uma forma de amenizar o problema da violência contra as mulheres a longo prazo.

Como a violência contra a mulher possui raízes históricas e culturais, entende-se que o ambiente escolar, como um importante instrumento de formação, deve atuar propondo debates e conscientização sobre o tema, auxiliando assim em sua prevenção (Silva, 2017). É preciso chegar até a raiz do problema, promovendo diálogos com o intuito de desconstruir estereótipos de gênero e ideias que foram naturalizadas socialmente e que alimentam as práticas violentas contra as mulheres. Sendo assim, a escola deve trabalhar de modo a incentivar a construção de valores que promovam o respeito às diferenças (Silva & Sousa, 2014).

Portanto, de maneira geral, as estratégias de enfrentamento mencionadas nesse tópico relacionam-se às legislações criadas e projetos de lei em andamento (classe 3 e categorias “Lei Maria da Penha: avanços e entraves” e “Visibilidade da Violência Psicológica e estratégias legais de enfrentamento”) e a campanhas preventivas e de cunho educacional (classe 4).

A classe 5, assim como as duas categorias restantes da análise de conteúdo (“Estatísticas da violência ao longo dos anos” e “violência durante a pandemia de Covid-19”) se dedicaram a quantificar a problemática da violência contra as mulheres, focando em números que indicam, por exemplo, o aumento de queixas e denúncias, aumentos de relatos de estupro, violência doméstica e feminicídios, e índices das diferentes tipologias, porém não deixando muita margem para contextualização. Assim, as matérias parecem se limitar a proporcionar um panorama numérico do problema, sem se aprofundar em aspectos qualitativos.

De modo geral, as estatísticas não traziam informações sociodemográficas como

raça e classe social, e apenas duas matérias da categoria “estatísticas da violência ao longo dos anos” trouxeram dados referentes à raça, afirmando que as maiores vítimas de agressões eram mulheres negras e pardas, o que está de acordo com os dados do Atlas da violência (IPEA, 2020). Assim, embora a violência por razões de gênero seja um problema que afeta todas as mulheres, quando se tratam de mulheres negras e indígenas, por exemplo, há uma dupla opressão, pois acrescenta-se a violência racial/étnica que sofrem (Carrijo & Martins, 2020).

Silveira e Nardi (2014), a partir de uma pesquisa de campo realizada no Poder Judiciário de Porto Alegre, em que tiveram acesso a processos judiciais e boletins de ocorrência, constataram que mulheres negras representavam a maioria no número de mulheres que haviam dado início a processos em decorrência de violência doméstica. No entanto, com o decorrer do processo, o número inicial foi reduzido pela metade, constatando que o acesso à justiça, principalmente nos níveis mais avançados, ocorre de maneira desigual no que diz respeito à raça. Embora os juízes entrevistados durante a pesquisa tenham afirmado que existia uma igualdade no acesso à justiça e que a raça não era um fator que interferia nesse aspecto, os dados indicaram o contrário (Silveira & Nardi, 2014). Portanto, o gênero não deve ser a única variável a ser considerada nos estudos sobre violência contra a mulher, já que vem acompanhado de outros marcadores sociais, tais como raça/etnia e classe social (Carrijo & Martins, 2020; Silveira et. al., 2014; Silveira & Nardi, 2014).

Já a categoria “violência durante a pandemia de Covid-19”, que continha apenas duas matérias, se dedicou a trazer índices de violência fazendo um recorte com o período de isolamento social. Apenas uma delas, que falava sobre a situação na Europa ao invés de focar somente em estatísticas, trouxe significações a respeito das possíveis causas para o aumento dos índices durante esse período, sendo algumas citadas: “o estresse associado

ao isolamento social”, “confinamento familiar forçado”, “preocupações relacionadas à perda de emprego ou dificuldades financeiras causadas pela crise” e “estar continuamente disponível para a pessoa responsável por esses atos”. Vão ao encontro disso as questões trazidas nas pesquisas realizadas por Barbosa et.al. (2021), Campos et. al. (2020), Vieira et. al. (2020) e Moreira et.al. (2020), nas quais ressalta-se a importância de se mencionar o quanto a crise sanitária tornou mais evidente a situação de vulnerabilidade que muitas mulheres vivenciam dentro de seus próprios lares. Vieira et. al. (2020) destacam como principais fatores desencadeantes do aumento de violência doméstica no período de isolamento social: a coexistência forçada entre o casal, o estresse econômico e o medo do contágio pelo vírus. Outras autoras (Barbosa et.al., 2021; Campos et. al., 2020; Moreira et.al., 2020) também consideram que aspectos como a sobrecarga decorrente do trabalho doméstico e do cuidado com os demais membros da família, contribuem para a vulnerabilização das mulheres e podem interferir na ocorrência de novas situações de violência. Há também uma ênfase na importância de se considerar outros marcadores sociais, como raça e classe, já que nem todas as mulheres foram afetadas da mesma forma pela pandemia de SARS-CoV-2/Covid-19 ((Barbosa et.al., 2021; Campos et. al., 2020; Moreira et.al., 2020). Um exemplo é que somente uma parcela entre as que possuíam um trabalho fora de casa pôde se adequar ao *home office*, o que já representa um recorte de classe social e raça e denota um privilégio de um determinado grupo de mulheres (Moreira et.al., 2020). Portanto, assim como afirma Barbosa et.al. (2021):

O isolamento social por si só não ocasiona a violência, mas tem a potência de colocar em evidência as vivências dessas mulheres em situação de violência doméstica e de desvelar o machismo estrutural como real gerador da violência, dando ênfase às desigualdades raciais, de gênero e de classe social (...) (p.10).

Nos anos de 2019, 2020 e 2021, houve um aumento constante de matérias que abordavam a violência contra a mulher, apresentando 35, 38 e 102 matérias, respectivamente. Acredita-se que o salto considerável que ocorreu nos dois últimos anos tenha relação com a pandemia, que no Brasil teve início em março de 2020 e, conforme mencionado nos trabalhos citados anteriormente, funcionou como um potencializador dos problemas já existentes na sociedade.

Simoneau e Oliveira (2014) realizaram um estudo com o propósito de identificar qual era o “perfil” dos artigos científicos que possuíam o intuito de investigar representações sociais por meio da mídia, e que foram publicados entre os anos 2000 e 2011. Foram encontradas 54 produções científicas no total, mas somente 23 foram analisadas, por se encaixarem nos critérios estabelecidos pela pesquisa. Constatou-se que os objetos mais frequentes nos trabalhos encontrados foram: “corpo” (três artigos), seguido por “gênero”, “obesidade”, “transgênicos” e “violência”, com dois trabalhos cada. Também apareceram outros temas como “segurança pública”, “segurança alimentar”, “alimentação”, “reforma psiquiátrica”, “ritalina”, “embrião e aborto”, entre outros, porém apresentaram somente uma publicação. Sobre a relação estabelecida entre a teoria e os produtos midiáticos, as autoras encontraram que todos os pesquisadores consideravam que a mídia desempenhava um papel importante na construção e na disseminação das representações sociais, sendo esse o principal argumento utilizado para embasar as discussões. Já o segundo aspecto abordado com mais frequência para justificar a relação entre Teoria das Representações Sociais e a fonte documental em questão, se referia à capacidade da mídia em influenciar pensamentos, comportamentos e atitudes dos diferentes grupos sociais.

Apesar da importância da mídia no estudo das representações sociais, por sua ampla capacidade de circulação, as autoras chegaram à conclusão

de que esse referencial teórico estava sendo pouco utilizado na investigação dos produtos midiáticos, tais como jornais, programas de televisão e publicidade, pois o número de artigos encontrado foi muito escasso, ainda mais se comparado ao total de trabalhos que utilizam esse referencial teórico em suas investigações, o que levou à hipótese de que os materiais textuais não encontram-se entre as fontes preferenciais dos pesquisadores sociais (Simoneau & Oliveira, 2014).

Sabe-se que após o período temporal compreendido pela pesquisa realizada por Simoneau e Oliveira (2014), foram realizados outros estudos com fontes documentais, utilizando-se a orientação da Teoria das Representações Sociais. Pode-se citar como exemplos: Saraiva e Coutinho (2012); Castro et. al. (2014); Rodrigues et. al. (2015); Ragassa et. al. (2017); e Sousa et. al. (2018), que investigaram, respectivamente, representações sociais de violência contra o idoso nos jornais Folha de S. Paulo e O Norte (Paraíba), representações sociais de cotas para negros em universidades federais na internet, representações sociais do crack no Jornal Braziliense, representações sociais de papéis femininos na Revista Cláudia e representações sociais de maconha em matérias do jornal Folha de S. Paulo. De maneira geral, os artigos continuaram a utilizar as mesmas justificativas apontadas por Simoneau e Oliveira (2014) para a realização dos estudos com produtos midiáticos, porém, pode-se notar que houve um incremento nos objetos de pesquisa investigados, se comparado aos resultados encontrados anteriormente. De todo modo, o crescimento de pesquisas sugere que a relação entre mídia e representações sociais é um domínio que se encontra em constante expansão, e espera-se que novas pesquisas com esse enfoque venham a ser realizadas.

7) ESTUDO 2

O estudo 2 objetivou, de modo geral, investigar conteúdos de representações sociais de violência contra a mulher, com foco voltado para a violência psicológica, entre mulheres que vivenciaram um relacionamento abusivo ou ainda estavam vivenciando no momento de realização da entrevista, bem como elementos de representações sociais de gênero e estratégias de enfrentamento por elas relatadas. Considerando-se que um dos critérios para a participação na pesquisa era o reconhecimento do relacionamento vivenciado como violento, as mulheres entrevistadas, independente de já terem rompido ou não com a relação, já haviam passado por um processo de nomeação das situações vivenciadas, o que entendeu-se já representar um avanço para a superação do problema e, conseqüentemente, interferiu na maneira como a violência era entendida e vivenciada pelas mesmas, possibilitando o acesso a possíveis elementos de representações sociais dos objetos de interesse.

8) ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

8.1) Participantes

Foram selecionadas 16 participantes, a partir dos seguintes critérios de inclusão: mulheres jovens e de meia idade (faixa etária de 18 a 59 anos) e que vivenciavam ou haviam vivenciado um relacionamento abusivo e que tinham disponibilidade para participar da pesquisa. No que diz respeito à idade de mulheres em situação de violência doméstica, a pesquisa DataSenado (2021) revelou que 39% das entrevistadas tinham até 19 anos quando as agressões tiveram início; 28% tinham entre 20 e 29 anos; 18% entre 30 e 39; 6% entre 40 e 49; 2% entre 50 e 59; e 2% tinham 60 anos ou mais. Na presente pesquisa, acreditava-se que, no caso de mulheres de meia idade, a presença de filhos e/ou um vínculo mais duradouro com o autor das violências poderia interferir em suas

compreensões a respeito das situações de abuso, daí o interesse em incluí-las entre as participantes. Essa diversificação em relação à idade poderia explicitar semelhanças e diferenças entre diferentes grupos geracionais a respeito das significações da violência psicológica nos relacionamentos e a forma de encará-la.

8.2) Instrumentos

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, baseadas em um roteiro (Apêndice A) contendo dados sociodemográficos (idade; escolaridade; ocupação; estado civil; tipo de relacionamento [heterossexual ou homossexual]; filhos [caso possuía, número e idade dos filhos]; renda familiar; religião/espiritualidade; raça/etnia); e 15 questões relacionadas à vivência de violência psicológica no relacionamento (compreensão sobre violência; quais os tipos de violência identificados; como ocorriam as situações de violência; o que fez, se buscou ajuda; etc.), sendo que as duas primeiras utilizaram charges com o propósito de introduzir a temática de interesse.

8.3) Procedimentos de coleta de dados

A seleção de participantes se deu a partir de contatos por meio de páginas do Instagram que tratavam sobre a temática de interesse e da técnica da bola de neve, que consistiu em selecionar participantes para o estudo por meio de indicações.

Foi feito o contato com administradores de 14 páginas a fim de explicar os objetivos da pesquisa, perguntando sobre a possibilidade de divulgação da mesma. Destas, três aceitaram (@juntasporvoce_; @coletivonpn; @pesquisapsi_) e, a partir do cartaz de divulgação, as interessadas eram direcionadas para o preenchimento de um formulário no Google Docs. Dessa forma, pretendeu-se chegar até mulheres que se encaixassem nos critérios de participantes previamente estabelecidos. As participantes

que se dispuseram a participar podiam indicar outras mulheres que passassem ou tivessem passado pela mesma situação que elas, e assim por diante.

O formulário de interesse teve, no total, 58 respostas, e com as 16 mulheres que se dispuseram a participar, foi agendada, de acordo com sua conveniência, uma data para a realização da entrevista. Esta, no contexto da pandemia do coronavírus SARS-Cov-2 (Covid-19), teve que se dar em ambiente online, e foi realizada individualmente. As participantes foram informadas previamente sobre os objetivos do trabalho, de seu caráter voluntário, da possibilidade de desistência a qualquer momento, bem como da garantia de sigilo e anonimato. Além disso, receberam para concordância e assinatura um termo de consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa (Apêndice B). Foi solicitada a gravação do vídeo das entrevistas, que foram realizadas por meio da plataforma Zoom.

8.4) Procedimento de organização e análise dos dados

Os dados resultantes da realização das entrevistas semiestruturadas foram devidamente transcritos e, posteriormente, foram feitos os ajustes necessários para atender às exigências determinadas pelo IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), para que a análise pudesse ser realizada. Optou-se por utilizar o software pelo volume considerável de material textual a ser analisado. Todas as entrevistas foram organizadas em um mesmo arquivo, sendo separadas umas das outras por meio de uma linha de comando que continha as seguintes variáveis: sujeito (**suj 01** até **suj 16**), idade (**ida 01**: 20 a 30 anos; **ida 02**: 30 a 40 anos; **ida 03**: 40 a 50 anos), escolaridade (**esc 1**: ensino superior; **esc 02**: ensino superior incompleto; **esc 03**: pós-graduação; **esc 04**: pós-graduação incompleta), renda (**ren 01**: de 1 a 3 salários mínimos; **ren 02**: de 4 a 6 salários mínimos; **ren 03**: de 6 a 8

salários mínimos; **ren 04**: de 8 a 10 salários mínimos; **ren 05**: de 10 a 12 salários mínimos) e raça (**rac 01**: branca; **rac 02**: negra/parda; **rac 03**: asiática). Após a preparação do material, foi realizada a importação do *corpus* para o programa e, dentre as opções disponíveis, optou-se por utilizar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Por meio dos resultados, foi possível obter informações a respeito das classes lexicais geradas, e acessar o conteúdo de cada uma delas (Camargo & Justo, 2013).

8.5) Questões éticas

O trabalho foi construído tendo como base as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas com seres humanos previstas na Resolução nº466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Dessa forma, foi respeitada a plena autonomia das participantes, que foram esclarecidas desde o princípio sobre as condições da pesquisa, seus objetivos e métodos propostos, além dos benefícios previstos e eventuais riscos.

Entre os possíveis riscos às participantes incluiu-se ansiedade, timidez e desconforto perante a abordagem do tema. Como meio de amenizar ou evitar tais riscos, poderia ser solicitado à pesquisadora auxílio sobre a forma como seria conduzido o tema, realizando uma conversa inicial com o objetivo de reduzir a ansiedade frente ao momento da coleta de dados. Além disso, em caso de problemas decorrentes das entrevistas, poderia ser feita a indicação de serviços de saúde mental e/ou outros profissionais, de acordo com as necessidades de cada participante, de modo a garantir uma assistência integral.

A pesquisa também seguiu as orientações estabelecidas pelo ofício circular nº 2/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, a fim de evitar os riscos característicos da pesquisa em ambiente virtual, decorrentes da limitação das tecnologias, causando possíveis riscos de violação e a dificuldade dos pesquisadores em assegurar

total confidencialidade.

A participação foi de forma voluntária e livre, existindo a possibilidade de desistência a qualquer momento, assim como total garantia de manutenção do sigilo. Pretendeu-se, assim, proporcionar às participantes um ambiente de acolhimento, para que pudessem relatar suas histórias, sem que se sentissem julgadas e/ou avaliadas durante o processo. Todas as informações e termos de participação foram comunicados oralmente e descritos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com linguagem clara, direta e acessível.

9) RESULTADOS

9.1) Caracterização das participantes

O Estudo 2 contou com a participação de 16 mulheres que se encaixavam nos critérios previamente estabelecidos pela pesquisa, e que se disponibilizaram a participar das entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma online. Destas, 14 relataram já ter vivenciado um relacionamento abusivo e duas mencionaram ainda estarem vivenciando no momento em que a entrevista foi realizada.

As participantes possuíam idade entre 20 e 47 anos, e eram originárias de quatro Estados diferentes: Rio de Janeiro (RJ), Distrito Federal (DF), São Paulo (SP) e Espírito Santo (ES). O ES foi o estado com o maior número de participantes, com oito, seguido por RJ e SP, com três cada um, e DF, com duas participantes.

Acerca da escolaridade, a grande maioria das participantes tinha, pelo menos, o Ensino Superior Completo (10), sendo que destas três já eram pós-graduadas e uma estava cursando a pós-graduação na época da entrevista. Apenas duas participantes estavam cursando o ensino superior.

No que diz respeito à ocupação/profissão, quatro eram psicólogas (sendo que uma

delas também exercia a profissão de fonoaudióloga), três professoras, e duas assistentes administrativas (uma também trabalhava como assistente social). As demais relataram ocupações que apareceram somente uma vez: dona de casa, estudante, faturista, analista judiciária, advogada, analista de negócios e médica.

Quanto ao estado civil, 12 participantes eram solteiras, duas casadas e duas divorciadas. Já no que diz respeito ao tipo de relacionamento relatado por elas durante as entrevistas, todos eram heterossexuais.

No que se refere a filhos, constatou-se que a maioria das participantes não tinha nenhum (11 delas). Das cinco restantes, quatro possuíam apenas um filho, e uma tinha dois. A idade dos filhos variou entre dois e 20 anos.

Sobre a renda familiar, houve uma variação entre dois (2) e 12 salários mínimos, sendo que a maioria ganhava até 5 salários (seis participantes), seguida por participantes que possuíam renda de aproximadamente dois (2) salários (três), três (3) salários (duas), sete (7) salários (duas), 12 salários (duas) e quatro (4) salários (uma).

Ao serem perguntadas acerca de religião/espiritualidade, 10 participantes afirmaram não possuir nenhuma. Das seis restantes, duas se identificaram como espíritas, duas como católicas (sendo que uma delas se denominou como “não praticante”), uma como evangélica e outra declarou ser uma pessoa “espiritualizada”, apesar de não estar vinculada a nenhuma religião em específico.

Sobre a raça/etnia das participantes, a maioria se autodeclarou como “branca” (11), duas como “parda”, uma como “asiática”, uma como “preta” e uma como “negra”. Todos os dados descritos até o momento podem ser observados no quadro 3. Importante destacar que esses dados se referem às características das participantes no momento da realização das entrevistas, e não à época em que haviam vivenciado o relacionamento (com exceção das participantes 3 e 10, que não haviam rompido com o relacionamento).

No entanto, também foram fornecidas pelas participantes informações acerca da época do relacionamento, tanto sobre elas, quanto sobre os autores da violência. A partir disso, um quadro comparativo foi montado para ilustrar as diferenças existentes entre eles no que diz respeito à idade, escolaridade, ocupação e renda (Quadro 4).

Quadro 3 – Caracterização das participantes

Nome fictício	Idade	Estado	Escolaridade	Ocupação	Estado Civil	Tipo de relacionamento	Filhos	Renda Familiar	Religião/espiritualidade	Raça/Etnia autodeclarada
Afrodite	20	Rio de Janeiro	Ensino superior incompleto	Professora	Solteira	Heterossexual	Não	2 salários mínimos	Não	Branca
Aria	33	Distrito Federal	Ensino superior	Professora	Solteira	Heterossexual	Não	5 salários mínimos	Não	Asiática
Ártemis	39	Distrito Federal	Ensino superior	Dona de casa	Casada	Heterossexual	Não	5 salários mínimos	Evangélica	Parda
Atena	30	Rio de Janeiro	Pós-graduação incompleta	Estudante	Solteira	Heterossexual	Não	5 salários mínimos	Não	Branca
Aurora	27	São Paulo	Ensino superior	Psicóloga	Solteira	Heterossexual	Não	3 salários mínimos	Espírita Kardecista	Parda
Dóris	25	Espírito Santo	Ensino superior	Psicóloga	Solteira	Heterossexual	Não	7 salários mínimos	Não	Branca
Hebe	38	Espírito Santo	Ensino superior incompleto	Faturista	Solteira	Heterossexual	1 filha (20 anos)	2 salários mínimos	Católica/ não praticante	Branca
Helena	31	Rio de Janeiro	Ensino superior	Assistente Administrativa	Divorciada	Heterossexual	1 filho (4 anos)	2 salários mínimos	Não	Negra
Hera	30	Espírito Santo	Pós-graduação	Assistente Social/Assistente Administrativa	Solteira	Heterossexual	2 filhos	5 salários mínimos	Não	Branca

							(4 e 6 anos)			
Irene	47	Espírito Santo	Pós-graduação Incompleta	Analista Judiciária	Divorciada	Heterossexual	1 filha (17 anos)	5 salários mínimos	Não	Branca
Íris	24	Espírito Santo	Ensino superior	Professora de inglês	Solteira	Heterossexual	Não	3 salários mínimos	Não	Branca
Melissa	27	São Paulo	Ensino superior	Advogada	Solteira	Heterossexual	Não	4 salários mínimos	Não	Branca
Minerva	27	São Paulo	Ensino superior	Analista de negócios	Solteira	Heterossexual	Não	7 salários mínimos	Não	Branca
Nemesis	32	Espírito Santo	Ensino superior	Médica	Solteira	Heterossexual	Não	12 salários mínimos	Católica	Preta
Pandora	30	Espírito Santo	Pós-graduação incompleta	Psicóloga	Casada	Heterossexual	1 filho (2 anos)	5 salários mínimos	Espiritualizada/ não vinculada à nenhuma religião	Branca
Selene	33	Espírito Santo	Ensino superior	Fonodióloga e Psicóloga	Solteira	Heterossexual	Não	12 salários mínimos	Espírita	Branca

Quadro 4 - *Comparativo entre as Participantes e os Autores da violência: informações estimadas da época do relacionamento*

Nome fictício	Idade	Escolaridade	Ocupação	Renda⁷	Nome fictício	Idade	Escolaridade	Ocupação	Renda
Afrodite	16	Ensino médio incompleto	Estudante	1 salário mínimo	Cronos	17	Ensino médio incompleto	Estudante	-
Aria	25	Ensino superior	Professora	-	Darth	26	Ensino superior	Engenheiro	-
Ártemis	39	Ensino superior	Dona de casa	-	Dahmer	39	Ensino superior	Servidor público	4 salários mínimos
Atena	21	Ensino superior incompleto	Estudante e Vendedora	3 salários mínimos	Freddy	22	Ensino superior incompleto	Estudante e Músico	1 salário mínimo
Aurora	24	Ensino superior incompleto	Estudante	-	Hades	26	Ensino superior	Supervisor/Logística	-
Dóris	15	Ensino médio incompleto	Estudante	3 salários mínimos	Hannibal	22	Ensino superior incompleto	Estudante	1 salário mínimo e ½
Hebe	18	Ensino médio incompleto	Secretária	1 salário mínimo	Jack	22	Ensino médio e técnico	Área industrial	1 salário mínimo

⁷ Tentou-se apresentar os valores aproximados em salários mínimos conforme o valor vigente no ano de 2022.

Helena	28	Ensino superior	Assistente administrativo	3 salários mínimos	Jason	35	Ensino médio	Pintor industrial	2 salários mínimos
Hera	20	Ensino médio incompleto	Vendedora e Auxiliar Administrativo	½ salário mínimo	Lex	22	Ensino médio	Tatuador	2 salários mínimos
Irene	47	Pós-graduação incompleta	Analista Judiciária	5 salários mínimos	Norman	58	Mestrado	Vendedor internacional	20 salários mínimos
Íris	19	Ensino superior incompleto	Professora de inglês, bolsista de iniciação científica e freelancer	1 salário mínimo	Odin	20	Ensino superior incompleto	Estudante	-
Melissa	19	Ensino superior incompleto	Estudante	-	Scar	24	Pós-graduação	Professor	-
Minerva	25	Ensino superior incompleto	Estagiária	4 salários mínimos	Ted	30	Ensino médio	Programador	4 salários mínimos
Nemesis	29	Ensino superior	Médica	12 salários mínimos	Thanos	39	Ensino superior	Vendedor e Educador físico	4 salários mínimos
Pandora	19	Ensino superior incompleto	Auxiliar de cozinha	1 salário mínimo	Ulik	23	Ensino superior incompleto	Garçom	½ salário mínimo
Selene	18	Ensino superior	Estudante	3 salários mínimos	Voldemort	21	Ensino superior	Estudante	-

Além das informações dos autores da violência já informadas no quadro (idade, escolaridade, ocupação e renda), as participantes também foram perguntadas a respeito da raça/etnia dos ex-companheiros (Tabela 7) e sobre o tempo de relacionamento, que variou entre 7 meses e 9 anos (conforme descrito na tabela 8).

Tabela 7 - Raça/Etnia dos Autores da Violência

Raça/Etnia	Autores
Branco	Cronos, Dahmer, Freddy, Hades, Hannibal, Lex, Norman, Odin, Scar, Ted, Ulik
Negro	Jack, Jason
Pardo	Thanos, Voldemort
Asiático	Darth

Ao realizar um comparativo entre o quadro 3 e a tabela 3, podemos observar que cinco casais apresentaram diferenças em relação à raça/etnia, sendo eles: Ártemis e Dahmer (Parda / Branco); Aurora e Hades (Parda/Branco); Hebe e Jack (Branca/Negro); Nemesis e Thanos (Preta/Pardo); Selene e Voldemort (Branca/(Pardo)).

Tabela 8 - Tempo de relacionamento

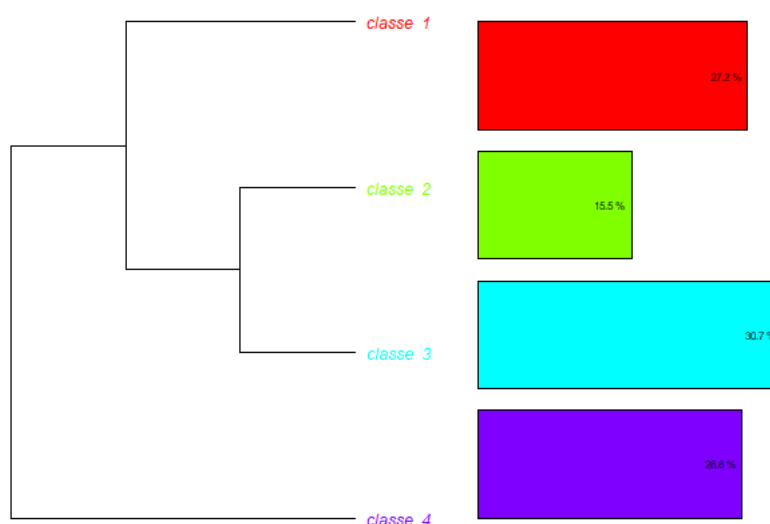
Participante	Tempo de relacionamento
Afrodite	4 anos
Aria	3 anos
Ártemis	5 anos
Atena	9 anos
Aurora	-
Dóris	1 ano e meio
Hebe	7 anos
Helena	6 anos
Hera	1 ano e meio
Irene	6 anos
Íris	3 anos
Melissa	-
Minerva	7 meses
Nemesis	1 ano e 3 meses
Pandora	1 ano e 3 meses
Selene	4 anos

9.2) Resultados do Iramuteq

Assim como no estudo 1, optamos por utilizar a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) para organização dos dados obtidos. O Iramuteq dividiu o *corpus* em 1.562 segmentos de texto (ST), sendo 1.288 aproveitados durante a análise, o que constitui um aproveitamento de 82,46% que, conforme mencionado anteriormente, é considerado um percentual eficiente (Camargo & Justo, 2013).

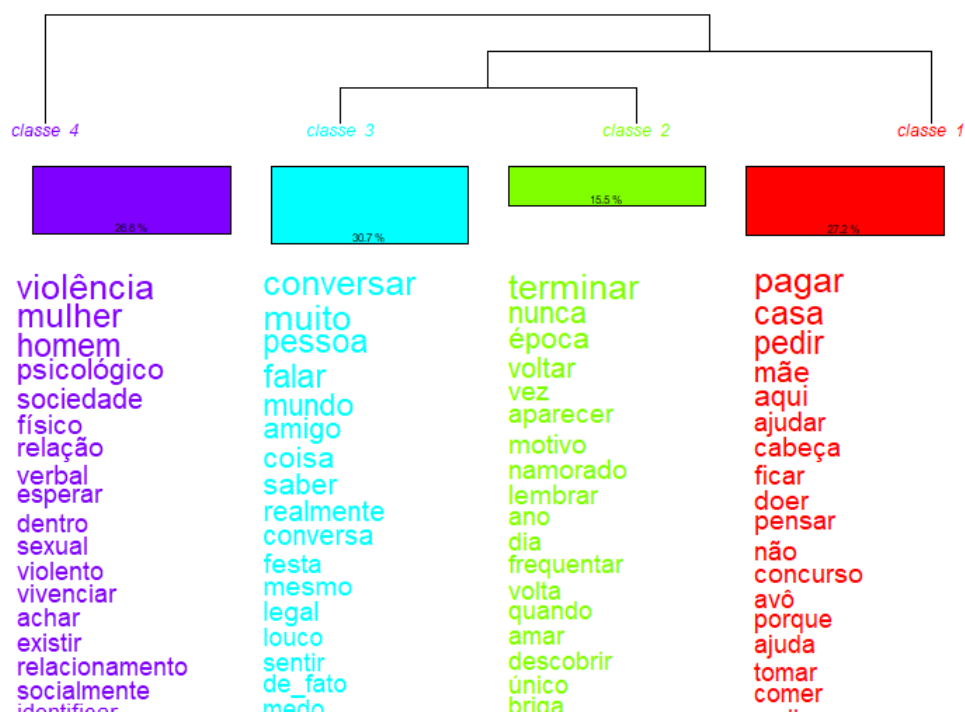
Como podemos observar na Figura 3 a seguir, o *corpus* do estudo 2 também foi dividido em 4 classes. A 1ª partição do dendrograma da CHD (que deve ser lido da esquerda para a direita) sugere que não há uma aproximação clara entre os STs que compõem a classe 4 (que representa 26,6% do material analisado) e o *corpus* restante. Em uma 2ª divisão do *corpus*, o Iramuteq gerou a classe 1, representando 27,2% do total. Já numa 3ª partição, o software dividiu o *corpus* nas classes 2 (15,5%) e 3 (30,7%). Como podemos notar, as classes 2 e 3 encontram-se representadas em um mesmo subagrupamento, assinalando a existência de uma maior aproximação de vocabulário entre elas.

Figura 3 - Dendrograma da CHD – Estudo 2



O dendrograma lexical (Figura 4) indica o vocabulário encontrado nas classes, apresentando as palavras que mais se destacaram em cada uma delas:

Figura 4 - Dendrograma Lexical – Estudo 2



A classe 1 (27,2%) foi denominada “A violência no cotidiano familiar”, apresentando como principais palavras: *pagar, casa, pedir, mãe, aqui, ajudar, cabeça, ficar, doer, pensar, não, concurso, avô, porque, ajuda, tomar, comer* e é composta por STs extraídos de fragmentos de entrevistas que expressam alguns comportamentos específicos dos autores da violência e elementos que falam sobre a violência vivenciada por algumas participantes dentro da família de origem, seja de forma direta ou indireta. Seguem alguns exemplos que representam a classe 1:

Porque ele também mora **aqui**. Então, me **ajudar** a lavar uma louça, ele acha que está fazendo tudo: obrigada, senhor. Só que não é só louça, tem banheiro, tem

casa, tem garagem, a casa tem uma garagem, e tem horas que eu não dou conta, de fazer tudo (...) Eu acho que, na cabeça dele, ele pensa: eu trabalho, e ela é obrigada a fazer, mas é inconsciente, ele não fala (Ártemis, 39 anos, casada, ensino superior).

Ele era uma pessoa que, ele é de uma família classe média alta, e ele tinha dinheiro. Ele podia, só que os pais, a mãe dele que não dava, porque ele nunca teve muita responsabilidade. Então, quando a gente saía, ficava muito para mim essa responsabilidade de, a gente só saía se eu pudesse pagar alguma coisa (Íris, 24 anos, solteira, ensino superior).

Ele chegou na minha casa e falou para minha mãe que estava se separando de mim, que ele não me aguentava mais, que eu não fazia nada dentro de casa. Que eu não ficava com ele, que eu não respeitava ele. E não era nada disso. Como se ele tivesse dizendo: eu decidi que não te quero mais (Hebe, 38 anos, solteira, 1 filha, ensino superior incompleto).

Eu pedi para ele ficar com o filho, ele fez uma coisa dizendo que ele não queria que eu fosse trabalhar para ficar com o meu filho. Ele estando em casa, porque ele não estava trabalhando. Aí jogou para mim, dizendo que eu não queria cuidar do meu filho. São essas situações, nesse estilo (Helena, 31 anos, divorciada, 1 filho, ensino superior).

É ruim, alguém pagar por tudo. Eu sempre, indo para restaurante, eu pedia a coisa mais barata no cardápio. Mas, um dia, eu acho que ele tinha bebido, e ele de

repente falou: você só está comigo por causa do meu dinheiro, você só está me usando por causa do meu dinheiro, eu achei tão ridículo aquilo, eu fiquei tão chocada (Aria, 33 anos, solteira, ensino superior).

A minha avó sofreu violência doméstica do meu avô a vida toda. Teve uma vez que eu era criança, que eu lembro que toda a família se reuniu na casa dela, porque meu avô tinha batido nela (...) Minha mãe já era adulta, eu já tinha nascido, minha mãe tirou da casa, porque ela falou que meu avô nunca mais ia bater nela, e aí ela tirou de casa, depois ela voltou, meu avô morreu, e aí foi isso (Dóris, 25 anos, solteira, ensino superior).

Tabela 9 - Formas significativas da Classe 1 (Estudo 2)

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
pagar	37	41	90,24	85,12
casa	53	82	64,63	62,1
pedir	31	37	83,78	61,69
mãe	40	59	67,8	51,56
aqui	29	37	78,38	50,47
ajudar	23	33	69,7	30,95
cabeça	22	31	70,97	30,78
ficar	89	209	42,58	29,94
doer	12	13	92,31	28,15
pensar	40	75	53,33	27,54
não	236	716	32,96	27,28
concurso	10	10	100,0	27,01
avô	12	14	85,71	24,51
porque	150	422	35,55	22,22
ajuda	17	25	68,0	21,47
tomar	17	25	68,0	21,47
comer	9	10	90,0	20,1

A classe 2 (15,5%) apresentou como principais palavras: *terminar, nunca, época, voltar, vez, aparecer, motivo, namorado, lembrar, ano, dia, frequentar, volta, quando, amar, descobrir, único*. Essa classe foi intitulada “Entre a manutenção e a ruptura” por englobar o discurso das participantes sobre fatores que influenciaram na decisão pelo

término do relacionamento e as dificuldades enfrentadas durante o processo. Essa classe pode ser exemplificada pelos trechos a seguir:

Quando eu tentei terminar com ele a primeira vez, ele falou que nunca eu ia conseguir alguém como ele, porque eu tinha sorte que ele estava comigo. Eu, inclusive, desisti de um intercâmbio porque ele disse que, se eu fosse para o intercâmbio, ele nunca mais ia falar comigo (Dóris, 25 anos, solteira, ensino superior).

Quando eu terminava e começava a viver a minha vida, começava a ver que realmente eu merecia mais do que aquilo, ele sempre dava um jeito de me procurar ou voltar para mim e aparecer na minha vida. E aí era sempre uma desculpa (Íris, 24 anos, solteira, ensino superior).

E, quando a gente terminou, eu descobri que ele tinha uma poupança, feita durante o período do relacionamento, de 15000 reais, ou seja, ele mentia para mim sobre a divisão das tarefas e estava guardando o dinheiro, e nunca quis esclarecer sobre isso (Melissa, 27 anos, solteira, ensino superior).

Os motivos eram porque ele era muito ciumento, ele falou que ele não confiava em mim, por isso que ele terminou comigo, e eu achava que não fazia sentido voltar, se ele não confiava em mim. E também eu tinha 28 anos na época, e eu achava que o único motivo que fazia sentido da gente voltar seria se, eu pensei em voltar com ele, porque ele tinha feito uma confissão sobre uma vez que ele bateu na ex dele, mesmo que eu fiquei horrorizada, eu pensei assim: eu não quero punir honestidade dentro de uma relação, e considerei voltar com ele (Aria, 33 anos,

solteira, ensino superior).

Eu decidi que eu queria terminar o relacionamento, e aí eu fui e voltei várias vezes nessa coisa de, terminava e chegava em casa e me arrependia, e dizia para ele que tudo bem, que ia dar tudo certo (Pandora, 30 anos, casada, 1 filho, pós-graduação incompleta).

Lembrei de uma situação que foi um divisor de águas para mim, para terminar de vez com ele. Foi quando eu fiquei tão irritada, que ele me deixou esperando pelo segundo dia consecutivo, sem me avisar. Ele aparecia, combinou a primeira vez, aí ele sumia, aí no outro dia: não, a gente vai sair, dava certeza, e sumiu de novo esse segundo dia (Aurora, 27 anos, solteira, ensino superior).

O motivo era esse, não era nada do que já tinha acontecido antes. Era só a traição. Na época ele disse: eu vou me matar, vou me matar se você terminar comigo, não tem jeito. E aí eu fiquei muito tempo para terminar. Eu fiquei uns meses, uns 3 meses no negócio de termina e não termina, porque vai se matar. E aí, já depois de um tempo, consegui terminar (Afrodite, 20 anos, solteira, ensino superior incompleto).

Tabela 10 - *Formas significativas da Classe 2 (Estudo 2)*

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
terminar	36	50	72,0	126,48
nunca	32	56	57,14	77,3
época	30	56	53,57	64,6
voltar	20	31	64,52	58,12
vez	33	79	41,77	44,19
aparecer	10	12	83,33	42,46
motivo	12	18	66,67	36,4

namorado	10	14	71,43	33,72
lembrar	15	27	55,56	33,69
ano	26	68	38,24	28,22
dia	25	65	38,46	27,45
frequentar	5	5	100,0	27,31
volta	5	5	100,0	27,31
quando	51	178	28,65	27,12
amar	7	9	77,78	26,78
descobrir	6	7	85,71	26,43
único	9	14	64,29	25,65

Na classe 3 (30,7%), intitulada “Significações sobre a violência e estratégias de enfrentamento”, as palavras que tiveram mais destaque foram: *conversar, muito, pessoa, falar, mundo, amigo, coisa, saber, realmente, conversa, festa, mesmo, legal, louco, sentir, de fato*. Essa classe expressa conteúdos a respeito de significações das participantes sobre as situações vivenciadas, a dificuldade de identificação da violência e estratégias de enfrentamento utilizadas. A classe 3 pode ser exemplificada pelos seguintes trechos:

Sempre que acontecia alguma coisa que eu percebia, isso mais do meio do namoro para o final. No começo, realmente não, não via nada como um problema. As pessoas falavam, eu ficava: não! Depois que eu comecei a realmente reconhecer algumas coisas (...) Depois começou a ficar muito cansativo, porque eu sempre falava a mesma coisa. E as pessoas sempre repetiam o mesmo. Eu ficava com vergonha de ir falar de novo (Afrodite, 20 anos, solteira, ensino superior incompleto).

Eu nunca cheguei a conversar com ninguém sobre, ou contar de fato o que me aconteceu, e é muito difícil também contar porque as pessoas, nem todo mundo acredita, e nem todo mundo sabe realmente como é (Íris, 24 anos, solteira, ensino superior).

Desde que eu implementei isso eu percebi um ganho de saúde mental gigante, e

aí eu tive outra dimensão do quanto essa relação me fodia mentalmente, é o contato zero, ficar sem conversar com essa pessoa só me faz bem, muito bem, sem saber nada da vida dela, sem ter nenhum contato, é um alívio muito grande (Melissa, 27 anos, solteira, ensino superior).

Na verdade, eu não estava muito feliz e eu acho que, a coisa que eu entendi depois de tudo isso, a gente sempre fala de violência como se fosse uma coisa que: aconteceu fato A, então isso foi violento, isso é o ato de violência. Na verdade, eu comecei a entender que a tentativa, a armação, já é a violência (Aria, 33 anos, solteira, ensino superior).

E aí eu fui começando a duvidar, eu falei: não, realmente, ele não faria isso, eu devo estar com muito trabalho de faculdade, devo estar com muita coisa. Porque, na época, eu trabalhava e estudava (Aurora, 27 anos, solteira, ensino superior).

E eu senti que já não dá mais nós dois, a gente está como amigo, ele está me tratando bem, mas quando ele se explode com alguma coisa também, eu saio de perto, porque eu não posso falar, se eu falar vai me atacar (Ártemis, 39 anos, casada, ensino superior).

Eu precisava de ter saúde mental. Eu acho que eu ia enlouquecer se eu continuasse nesse relacionamento. Não dava para manter, por mais que eu gostasse dele. A gente até tentou reatar depois de um tempo, mas ele não mudou. Ele continua a mesma pessoa (Hebe, 38 anos, solteira, 1 filha, ensino superior incompleto).

Tabela 11 - *Formas significativas da Classe 3 (Estudo 2)*

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
conversar	35	43	81,4	53,84
muito	128	262	48,85	51,17
pessoa	96	187	51,34	43,95
falar	155	353	43,91	40,1
mundo	34	48	70,83	37,83
amigo	34	51	66,67	32,37
coisa	121	271	44,65	31,56
saber	121	276	43,84	28,67
realmente	29	46	63,04	23,52
conversa	10	10	100,0	22,78
festa	11	12	91,67	21,2
mesmo	51	102	50,0	19,47
legal	11	13	84,62	17,98
louco	13	17	76,47	17,0
sentir	34	63	53,97	16,91
de fato	7	7	100,0	15,91

Já a classe 4 (26,6%), intitulada “Significações sobre gênero e relação com a violência”, teve seu vocabulário representado principalmente pelas seguintes palavras: *violência, mulher, homem, psicológico, sociedade, físico, relação, verbal, esperar, dentro, sexual, violento, vivenciar, achar, existir, relacionamento, socialmente*. O conteúdo desta classe engloba o discurso das participantes sobre os comportamentos que, segundo elas, são esperados socialmente de um homem e de uma mulher dentro de um relacionamento, e de que maneira elas acreditam que esses papéis se relacionam com a violência. Seguem alguns exemplos que representam a classe 4:

Eu acho que é difícil para que os homens compreendam essa possibilidade de coexistir mulher dentro e fora de casa e homem dentro e fora de casa, numa relação mais igualitária, e aí a violência, eu entendo que ela parte disso, de perder esse lugar (Irene, 47 anos, divorciada, 1 filha, pós-graduação incompleta).

É cobrado compreensão da mulher, que aceitem os seus companheiros como eles vêm da casa de sua mãe. Acho que é isso esperado. Que a mulher se submeta ao

tipo de comportamento, que o homem dite as regras, que a mulher só seja um coadjuvante na relação (Hera, 30 anos, solteira, 2 filhos, pós-graduação).

Eu acho que violência psicológica, principalmente, sexual, violência física, dentro de relações acontece, e violência patrimonial também, porque num mundo capitalista as pessoas tentam explorar uns aos outros. Acho que são as dinâmicas dentro de um relacionamento que mais aparecem (Melissa, 27 anos, solteira, ensino superior).

Os papéis de feminilidade e masculinidade, na minha visão, eles reforçam essa questão da violência, porque geralmente é esperado da mulher que ela seja doce, que ele acate tudo que o homem fale. Então, ao mesmo tempo que ela tem que ser essa pessoa doce, quando ela sofre a violência, a sociedade espera que ela seja uma pessoa forte e esperta o suficiente para sair de primeira (Minerva, 27 anos, solteira, ensino superior).

A gente vê isso em relacionamento abusivo com mulher também, mas se tratando dessa questão de papéis, que a sociedade ainda espera, vem muito dessa questão da masculinidade, do homem querer se impor dentro de um relacionamento e, com isso, a parceira acaba sofrendo as consequências (Nemesis, 32 anos, solteira, ensino superior).

Socialmente, eu acredito que para os homens é sempre esperado um posicionamento superior ao da mulher, no sentido de que os homens demandam mais poder dentro do relacionamento. E as mulheres, na sociedade, são vistas

como submissas ou frágeis, e que as mulheres devem ter mais responsabilidade afetiva do que os homens (Íris, 24 anos, solteira, ensino superior).

Eu acho que toda a história de cumplicidade em uma relação e tal, mas eu acredito que de uma forma, às vezes inconsciente ou não, de uma submissão maior da mulher para com o homem, em relacionamentos no caso héteros. Mas sempre rola isso do homem ser, ter que ser o cara dominante. Que enfim, dita uma coisa a mais do que a mulher (Afrodite, 20 anos, solteira, ensino superior incompleto).

Tabela 12 - Formas significativas da Classe 4 (Estudo 2)

<i>Palavra</i>	<i>Frequência na classe</i>	<i>Frequência no corpus</i>	<i>% na Classe</i>	<i>X²</i>
violência	126	164	76,83	242,37
mulher	101	127	79,53	201,77
homem	78	88	88,64	185,86
psicológico	63	74	85,14	137,54
sociedade	35	37	94,59	90,06
físico	40	47	85,11	85,37
relação	59	85	69,41	85,25
verbal	23	23	100,0	64,52
esperar	39	59	66,1	49,3
dentro	47	79	59,49	46,52
sexual	16	16	100,0	44,64
violento	28	39	71,79	41,99
vivenciar	17	19	89,47	38,98
achar	113	274	41,24	38,02
existir	16	19	84,21	32,72
relacionamento	65	139	46,76	32,32
socialmente	11	11	100,0	30,57

9.3) Resultados das questões com recursos visuais

Como mencionado, o roteiro de entrevista semiestruturada (apêndice A) compreendeu duas questões que utilizaram charges com a finalidade de introduzir a temática de interesse e deixar que as participantes falassem livremente sobre o que pensavam sobre os conteúdos das imagens. Como as respostas dessas duas perguntas não foram inseridas no corpus do Iramuteq, resolveu-se apresentá-las em uma seção separada

dos resultados e submetê-las a procedimentos de organização similares aos descritos para a Análise de Conteúdo. Neste caso, para facilitar a apresentação, cada imagem foi entendida como representando uma espécie de categoria, embora seus conteúdos fossem em certa medida convergentes.

A primeira questão consistia em uma charge que mostrava uma situação entre um casal no ambiente doméstico, e foi solicitado às participantes que falassem sobre como classificariam o tipo de relacionamento que estava sendo mostrado. Aqui, então, entendeu-se que foram agrupadas **Percepções iniciais sobre relacionamento doméstico abusivo**. A grande maioria (11) se limitou a dizer que classificava o relacionamento em questão como “abusivo”, e apenas uma afirmou que acreditava se tratar de uma “violência psicológica”. Seguem os trechos em que as participantes trouxeram mais elementos nas respostas:

Completamente abusiva. O cara é um hipócrita, meu Deus (Afrodite, 20 anos, solteira, ensino superior incompleto).

Na imagem mostra que, na cabeça desse indivíduo, só ele pode fazer o ENEM ou uma faculdade. E a mulher, na cabeça dele, é como se fosse uma empregada. Ela vai só servir, e ele não. Ele vai fazer a faculdade, ele vai continuar a vida dele, mas ela não. É um abusivo, é abusivo, na minha opinião. Ou seja, ele vai e ela não pode. Então assim: "eu vou crescer e você não vai crescer, você vai ficar aí no mesmo lugar, e você vai continuar fazendo as coisas dentro de casa". Eu não sei aí nessa imagem se ele sustenta, não sei se ele trabalha, provavelmente sim. E isso é complicado, porque talvez ela sinta culpa. É mais ou menos assim... é triste (...) (Ártemis, 39 anos, casada, ensino superior).

No mínimo abusivo, no que deveria ser violência doméstica e Delegacia da Mulher (Dóris, 25 anos, solteira, ensino superior).

É um relacionamento super abusivo, na parte do homem. A mulher não tem voz, e não pode fazer aquilo que ela quer. E é como se ele fosse o dono dela. Não é uma questão de relacionamento, é uma questão mesmo de poder, de um sobre o outro, do homem sobre a mulher (Helena, 31 anos, divorciada, 1 filho, ensino superior).

Já a segunda questão, trazia a figura de uma mulher e alguns balões de diálogos com as seguintes frases: “você tá ficando louca”; “ela não sabe o que diz”; “é coisa da tua cabeça”, e as participantes foram convidadas a falar sobre que tipo de impressão a imagem lhes causava, o que gerou a classificação desse conjunto de trechos como **Impressões sobre uma situação de violência psicológica**. Três participantes afirmaram que também se tratava de um relacionamento “abusivo”, assim como na imagem anterior, mas a maioria relacionou a segunda figura com a violência psicológica, sendo que algumas foram mais específicas e utilizaram os termos “gaslighting”, “manipulação” e “desqualificação da mulher”, conforme pode-se observar nos trechos a seguir:

Volta a permear no relacionamento abusivo, mas esse é daqueles mais sutil, é daqueles que faz você achar que está errada mesmo, que de repente é coisa da sua cabeça (Afrodite, 20 anos, solteira, ensino superior incompleto).

Eu acredito que é triste, porque ela não tem voz. Tudo que ela fala não tem valor. Um exemplo: quando eu falo assim "eu não consigo estudar porque tá falando, gritando alto por causa de um jogo, fica gritando "filha da não sei o quê", falando

uns palavrões alto, fica falando em inferno, em diabo, essas coisas. Mais ou menos o caso que tá acontecendo comigo. A minha sogra fala que é coisa da minha cabeça, que é pra mim deixar de lado, tipo "seja um robô, não sinta nada", "isso aí é o de menos, deixa pra lá". Então, eu tenho que suportar certas coisas (...) Tudo que eu vou falar, eu percebi que ele fica me chamando de chata, de insuportável. (...) Eu só consigo enxergar a realidade quando eu vejo uma imagem dessa, porque é o que tá acontecendo comigo. Eu não conseguiria identificar 100% o problema se eu não visse uma imagem dessa, porque é mais ou menos o que tá acontecendo comigo (...) (Ártemis, 39 anos, casada, ensino superior).

É uma manipulação que está fazendo com a mulher. Violência também. Psicológica (Atena, 30 anos, solteira, pós-graduação incompleta).

A impressão que eu tenho é que ela passa também por um relacionamento abusivo, e eu diria que é uma violência psicológica (Aurora, 27 anos, solteira, ensino superior).

Sinceramente, desespero. Eu acho que essa imagem traz uma das coisas que é mais dolorosa de viver um relacionamento abusivo, que é isso de você ficar se questionando. Essa sensação da cara dela de "nossa, você está ficando louca, isso é coisa da sua cabeça", você realmente fica achando que você tá louca. Pra mim essa é uma das partes mais dolorosas e mais difíceis de se desapegar depois (Dóris, 25 anos, solteira, ensino superior).

Ela está sofrendo uma violência psicológica, né? Estão invalidando aquilo que ela está tentando mostrar, eu acho (Hebe, 38 anos, solteira, 1 filha, ensino superior).

incompleto).

É também um tipo de... eu até embarguei porque é uma coisa que ainda traz gatilho pra mim. Então, realmente, depois que a gente começa a entender, que é realmente uma forma abusiva de fazer com que a mulher duvide de si mesma, que aquilo que... é a mesma coisa como se colocasse ela realmente como a culpada de tudo (Helena, 31 anos, divorciada, 1 filho, ensino superior).

De desqualificar, né? A mulher (Hera, 30 anos, solteira, 2 filhos, pós-graduação).

É...um pouco de, como eu posso dizer? Me é familiar, porque já aconteceu isso comigo. Então, é uma coisa que já aconteceu, é o que a gente chama de gaslighting, né? (Íris, 24 anos, solteira, ensino superior).

É um gaslighting, né? (Melissa, 27 anos, solteira, ensino superior).

Que ela está sofrendo um tipo de gaslighting, né? (Minerva, 27 anos, solteira, ensino superior).

É um tipo de abuso psicológico também (Nemesis, 32 anos, solteira, ensino superior).

Eu tô assimilando porque essa entrevista sua é um baita gatilho, né? É uma violência psicológica também. De desqualificar, né? (Pandora, 30 anos, casada, 1 filho, pós-graduação incompleta).

10) ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em recapitulação, o estudo teve como objetivo geral investigar representações sociais de violência contra a mulher, com foco em violência psicológica, e de gênero entre mulheres que já vivenciaram e/ou vivenciam um relacionamento abusivo, bem como estratégias de enfrentamento por elas relatadas como eficazes no combate à violência contra a mulher.

A partir dos resultados fornecidos pelo Iramuteq foi possível notar que apareceram significações a respeito dos objetos de interesse, gerando classes que explicitaram aspectos, tais como: comportamentos dos autores no cotidiano familiar e violência na família de origem (classe 1); fatores que influenciaram na decisão pelo término do relacionamento e as dificuldades enfrentadas para romper com o ciclo (classe 2); a dificuldade de identificação da violência psicológica e estratégias de enfrentamento utilizadas (classe 3); e a relação entre o que é esperado socialmente de homens e mulheres dentro de um relacionamento e a violência (classe 4).

O propósito da presente seção foi discutir os conteúdos dos resultados que se relacionam aos objetivos propostos. Optou-se por dividir a análise em dois grandes tópicos que representam os objetivos específicos do estudo, sendo eles: 1) Significações sobre violência contra a mulher, violência psicológica e gênero em falas de mulheres que vivenciam ou vivenciaram um relacionamento abusivo; 2) Estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher narradas pelas participantes.

10.1) Significações sobre violência contra a mulher, violência psicológica e gênero em falas de mulheres que vivenciam ou vivenciaram um relacionamento abusivo

Primeiramente, vale lembrar que as representações sociais representam “uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos

comportamentos e da comunicação entre os indivíduos” (Moscovici, 1961/2012, p.27), servindo, portanto, como “guias” de interpretação da realidade (Jodelet, 2001). Desse modo, tal como explicita Varela et. al. (2012):

As representações entendidas como um conjunto de pensamentos organizados a partir de percepções, crenças e ideias, julgamentos morais e conhecimentos que permitem evocar um dado acontecimento, contribuem para a compreensão de fenômenos complexos e multifatoriais como a violência doméstica (p.281).

Para cumprir o objetivo de identificar significações sobre violência contra a mulher, as classes 1 e 2 trouxeram algumas contribuições, pois tiveram como foco, respectivamente, a violência vivenciada no cotidiano familiar, o histórico de violência na família de origem e os fatores que influenciaram na decisão pelo término. Sobre esse último aspecto, vale lembrar que, das 16 participantes, somente duas estavam vivenciando o relacionamento no momento de realização da entrevista (**Ártemis** e **Irene**).

Já no que diz respeito à violência no cotidiano familiar (classe 1), é importante mencionar que, das 16 mulheres entrevistadas, 13 afirmaram que haviam presenciado (direta ou indiretamente) situação de violência dentro da família de origem. Destas, sete haviam presenciado a violência de forma indireta, sendo que a maioria especificou quem havia sido a vítima e/ou quem eram as pessoas envolvidas nas situações (**Aurora**: mãe; **Dóris**: avô e avó; mãe e pai; **Hebe**: mãe e padrasto; **Irene e Nemesis**: mãe e pai; **Minerva**: não especificou; e **Pandora**: mãe e pai; primos, tias e avós). Três participantes se limitaram a responder afirmativamente, sem oferecer mais detalhes (**Afrodite, Atena e Íris**), duas alegaram que haviam presenciado e sofrido violência (**Ártemis** – presenciou a mãe sofrendo violência e foi abusada sexualmente; e **Melissa** – não especificou) e uma participante contou que havia sofrido violência de forma direta (**Hera**: violência sexual – o pai foi o agressor).

Tais resultados corroboram com pesquisas que se dedicaram a investigar a transgeracionalidade da violência (Brum et. al., 2021; Razera et. al., 2014; Sant’Anna & Penso, 2018) e que, de modo geral, consideram que tanto homens quanto mulheres que presenciaram violência dentro das famílias de origem podem vir a repetir os mesmos padrões em seus relacionamentos futuros. Razera et. al. (2014), a partir do estudo de caso de uma mulher que havia vivenciado violência doméstica por parte do marido, verificaram que o modelo de interação aprendido na família de origem, marcado por agressões por parte do pai, foi um fator que influenciou na manutenção do relacionamento conjugal violento. Do mesmo modo, a pesquisa realizada por Brum et.al. (2021) constatou, a partir de uma entrevista com três mulheres que se encontravam em situação de violência conjugal, que todas haviam presenciado no período da infância e/ou adolescência, de maneira direta (violência parental) ou indireta (violência entre os pais), violência na família de origem. No entanto, as autoras destacam também que embora em alguns casos seja possível fazer essa correlação, não se pode afirmar que existe uma relação causal e direta entre violência na família de origem e violência conjugal. Já Sant’Anna e Penso (2018), por meio de um estudo de caso com um casal, encontraram que, além de modelos violentos de interação que foram aprendidos nas primeiras relações familiares e transmitidos de geração em geração, a educação recebida pelos cônjuges, baseadas em papéis sociais decorrentes de estereótipos do que seria “ser homem” e “ser mulher”, também havia influenciado na dinâmica adotada pelo casal, pois o poder era conferido somente ao homem.

Do mesmo modo, percebeu-se que os comportamentos dos autores da violência que apareceram em fragmentos da classe 1, além de estarem pautados na violência psicológica, expressaram hierarquias de poder dentro do relacionamento. Em um dos trechos, por exemplo, notou-se que a mulher era a única responsável pelas tarefas

domésticas, o que lhe causava uma grande sobrecarga, enquanto o companheiro se recusava a cumprir com sua parte no cuidado com a casa (Participante 3), o que vai ao encontro da pesquisa realizada por Bertho (2020), que fala sobre como a divisão desigual das tarefas familiares entre casais heterossexuais provoca um acúmulo de funções para a mulher. Em outra situação, a participante 8, que também possuía um trabalho externo, reclamava que o ex-parceiro, que encontrava-se desempregado, se recusava a cuidar do filho, e ainda usava da situação para que ela se sentisse culpada, ao sugerir que ela não estaria sendo uma “boa mãe” por se ausentar para trabalhar.

Sobre essa questão, Serpa (2010) afirma que as mulheres, mesmo quando ocupam a posição de provedoras da família (o que era o caso da participante em questão), continuam sendo subordinadas ao masculino, pois o casamento e a maternidade ainda são considerados socialmente os principais papéis que devem ser desempenhados por uma mulher.

Segundo outro relato (participante 7), o fato da mulher não cumprir com as funções dentro de casa, ou não “obedecer” e “respeitar” o marido, era motivo para que ele se sentisse no direito de devolvê-la à mãe, por não estar cumprindo, segundo ele, com as obrigações de uma “boa esposa”. Assim como afirmam Madureira et.al. (2019), em um estudo sobre representações sociais de agressores, quando a mulher não cumpria com as funções que lhe eram designadas, isso se tornava uma motivação para a ocorrência de conflitos ou até mesmo situações de violência.

Já outros dois exemplos (participantes 2 e 11) relacionavam-se diretamente ao dinheiro, sendo que em uma das situações a mulher era a única responsável por bancar os passeios e momentos de lazer do casal, já que o ex-companheiro, embora tivesse um poder aquisitivo maior, não tinha acesso ao dinheiro porque era visto pela família de origem como “irresponsável”.

Por fim, outra dinâmica mostrava que o homem havia ocupado a posição de “provedor”, porém usava disso para reafirmar sempre que tinha a oportunidade que ele estava “sustentando a companheira” e que ela estava com ele por “interesse”. Pode-se dizer que isso também possui relação com o modelo de exploração imposto pelo sistema capitalista que, além das relações de trabalho, afetou também as relações interpessoais, possibilitando o surgimento e naturalização de relações baseadas na dominação (Narvaz, 2005, como citado em Serpa, 2010).

Todas as dinâmicas citadas encontram-se interligadas por um fato em comum: exprimem situações em que era atribuída a somente uma das partes, geralmente a mulher, a responsabilidade por algum aspecto importante para a manutenção do relacionamento, ou seja, representam a assimetria que se constitui como um campo vasto para que padrões violentos sejam perpetuados (Cunha et.al., 2020). Esses resultados vão ao encontro dos achados de Nader e Caminoti (2014), que explicitam que atributos ligados à feminilidade e à masculinidade são construídos socialmente: “são criadas demandas culturais que indicam os papéis que devem ser desempenhados pelos gêneros masculino e feminino, bem como as relações que serão estabelecidas entre eles” (p.1).

A classe 4 se opõem a essas questões, pois é formada por conteúdos que expressam quais os comportamentos que, segundo as entrevistadas, são esperados socialmente de homens e de mulheres dentro de um relacionamento, e de que maneira se relacionam com a violência. Para exemplificar, seguem alguns fragmentos: “*É cobrado compreensão da mulher, que aceitem os seus companheiros como eles vêm da casa de sua mãe. Que a mulher se submeta ao tipo de comportamento, que o homem dite as regras, que a mulher só seja um coadjuvante na relação*” (Hera); “*Eu acho que é difícil para que os homens compreendam essa possibilidade de coexistir mulher dentro e fora de casa e homem dentro e fora de casa, numa relação mais igualitária, e aí a violência, eu entendo que ela*

parte disso, de perder esse lugar” (Irene); “Socialmente, eu acredito que para os homens é sempre esperado um posicionamento superior ao da mulher, no sentido de que os homens demandam mais poder dentro do relacionamento. E as mulheres, na sociedade, são vistas como submissas ou frágeis, e que as mulheres devem ter mais responsabilidade afetiva do que os homens”(...) (Íris); “Os papéis de feminilidade e masculinidade, na minha visão, eles reforçam essa questão da violência, porque geralmente é esperado da mulher que ela seja doce, que ele acate tudo que o homem fale” (Minerva).

Domingues et. al. (2016), em um estudo realizado para investigar as representações sociais do “ser homem” e as implicações disso no cuidado com a saúde (tendo como foco a infecção por HIV), constataram que ser um “homem de verdade”, segundo os participantes, consistia em seguir um modelo de masculinidade hegemônica, que era construído tendo como base ideais de virilidade e poder, e se distanciar ao máximo de atributos ligados ao feminino. Por outro lado, Serpa (2010) afirma que, mesmo na ausência dos companheiros, mulheres-mães continuavam a se submeter ao domínio masculino e que, em alguns casos, a figura de poder e autoridade dentro do ambiente doméstico era representada por um filho mais velho, trazendo assim a submissão como o principal elemento de representação social do papel feminino presente nas falas das mulheres entrevistadas, que se constituía também como uma forma de lidar com as violências vivenciadas.

Rodrigues et. al. (2016), em uma pesquisa realizada com familiares (incluindo mães, pais, irmãos, filhos, sogras, primas, noras, genros e cunhados, que possuíam cadastro em Unidades de Saúde da Família) de mulheres que se encontravam em situação de violência, encontraram que, de maneira geral, as representações sociais sobre violência contra a mulher dos participantes, que foram acessadas por meio da técnica de associação livre de palavras (81 participantes) e de uma entrevista semiestruturada (19 participantes,

que também estavam presentes na etapa anterior), estavam ancoradas nas desigualdades de gênero e em aspectos culturais, principalmente no que diz respeito às relações de poder existentes dentro das relações afetivas, o que terminava por culminar em violências, causando sofrimento para as mulheres e para os familiares envolvidos.

Os dados possibilitaram reflexões sobre como operam os processos envolvidos na gênese das representações sociais. Conforme pode-se notar nos fragmentos citados, comportamentos baseados na “compreensão”, “aceitação”, “submissão”, “fragilidade” e “docilidade” configuram-se como elementos de representações sociais de feminilidade, as quais ainda se mantêm em nossos dias, apesar de terem sido produzidas em um contexto histórico específico, no qual o controle e subordinação feminina e a apropriação de um certo papel pelas mulheres era uma exigência. Por outro lado, ações relacionadas à “dominação”, “superioridade” e “poder” são os principais elementos referentes à masculinidade, expressando da mesma forma a presença de elementos tradicionais. Tais resultados corroboram com as pesquisas citadas anteriormente (Domingues et. al., 2016; Nader & Caminoti, 2014; Rodrigues et. al., 2016; Serpa, 2010) que abordaram a questão da cristalização dos papéis gênero, os quais ancoram representações e práticas atuais.

No entanto, apesar da submissão ser o principal elemento de representação social do “ser mulher”, conforme destacado pelas pesquisas anteriormente citadas, o que se percebe é que há uma contradição, pois, ao mesmo tempo em se espera que a mulher seja submissa, obediente, compreensiva e frágil, espera-se também que ela seja “forte o suficiente” para suportar as adversidades da vida. Serpa (2010) também observou esse aspecto na pesquisa realizada com mulheres que eram mães de meninas que haviam sido vítimas de violência intrafamiliar. A autora observou que existia essa imagem de “mulher guerreira” em relação às entrevistadas que tinham sido as únicas responsáveis pela criação das filhas: “apesar da imagem de submissão e sofrimento associada à mulher, existia a

representação da resistência, da força para sobreviver a todas as animosidades do seu gênero” (p. 19).

No caso de mulheres que vivenciam relacionamentos violentos, o que se percebe é que, socialmente, espera-se que elas detenham essa mesma “força” e “resistência” para superar e romper rapidamente com a situação, conforme foi destacado pela fala de uma das participantes: (...) *“Ao mesmo tempo que ela tem que ser essa pessoa doce, quando ela sofre a violência, a sociedade espera que ela seja uma pessoa forte e esperta o suficiente para sair de primeira”* (Íris).

A classe 2 oferece um contraponto a essa questão, pois apresenta as dificuldades enfrentadas pelas participantes, mesmo após a tomada de decisão pelo término do relacionamento. Embora socialmente exista uma tendência em questionar e culpabilizar a vítima do abuso por não romper imediatamente com o ciclo da violência, assim como afirma Barretto (2018): “a percepção do relacionamento como abusivo é difícil e, quando isso ocorre, outros fatores estão agregados” (p. 152).

Um estudo realizado por Candido e Filho (2020), por exemplo, realizado a partir da análise de processos judiciais da Vara de violência doméstica e familiar contra a mulher em Caruaru (PE), dos anos entre 2016 e 2019, constatou que as principais causas da violência doméstica apontadas nos depoimentos foram: a dificuldade do parceiro em aceitar o fim do relacionamento (30,45% dos casos analisados), o uso de bebidas alcoólicas (22,73%) e os ciúmes (18,64%), que também foi apontado em um dos fragmentos da classe como um dos motivos para o término: *“Os motivos eram porque ele era muito ciumento, ele falou que ele não confiava em mim, por isso que ele terminou comigo, e eu achava que não fazia sentido voltar, se ele não confiava em mim”* (Aria).

A partir dos relatos dos acusados na pesquisa realizada por Candido e Filho (2020), ficou evidente o sentimento de posse que nutriam em relação às companheiras.

Além disso, os agressores, na maioria dos casos, eram homens com quem as vítimas haviam tido algum relacionamento anterior, já que ex-namorados, ex-companheiros e ex-cônjuges representaram 53,61% do total, sendo 47,42% só do grupo de ex-companheiros. Esses resultados vão ao encontro do que foi narrado pelas nossas participantes, pois é possível notar nas falas elementos que indicam que os autores não aceitaram facilmente a decisão pelo término, sendo que algumas mulheres tiveram que lidar com situações envolvendo ameaças, perseguições, chantagens e manipulações, que representam práticas de violência psicológica, conforme os exemplos: *“Quando eu tentei terminar com ele a primeira vez, ele falou que nunca eu ia conseguir alguém como ele, porque eu tinha sorte que ele estava comigo. Eu, inclusive, desisti de um intercâmbio porque ele disse que, se eu fosse para o intercâmbio, ele nunca mais ia falar comigo”* (Dóris); *“Quando eu terminava e começava a viver a minha vida, começava a ver que realmente eu merecia mais do que aquilo, ele sempre dava um jeito de me procurar ou voltar para mim e aparecer na minha vida. E aí era sempre uma desculpa”* (Íris); *“Na época ele disse: eu vou me matar, vou me matar se você terminar comigo, não tem jeito. E aí eu fiquei muito tempo para terminar. Eu fiquei uns meses, uns 3 meses no negócio de termina e não termina, porque vai se matar. E aí, já depois de um tempo, consegui terminar”* (Afrodite); *“E aí eu decidi que eu queria terminar o relacionamento, falei: olha, não quero mais. Aí ele pegou uma faca, disse que ia se matar, que eu tinha acabado com a vida dele, que eu era a pior pessoa do mundo, tinha esse jogo psicológico”* (Pandora). Portanto, o que geralmente se observa no processo de rompimento de relacionamentos abusivos, é que o término não significa necessariamente o encerramento das situações de violência, pelo contrário, geralmente representa um momento de grande risco para a mulher. Por tal motivo, ainda é preciso investir em pesquisas que foquem no período pós-término, abordando estratégias que auxiliem as mulheres na superação das situações vivenciadas

(Murta & Parada, 2021), o que será abordado no próximo tópico.

Sobre o presente tópico, foi possível observar que, embora não tenha sido gerada nenhuma classe específica que abordasse diretamente a questão da violência psicológica, essa tipologia encontrou-se presente em muitos dos fragmentos selecionados, sendo possível detectá-la dentro de um contexto mais amplo. As situações narradas pelas participantes, seja para falar sobre a violência no cotidiano familiar, ou para abordar a dificuldade de se perceber em uma situação de violência e as dificuldades de romper com a relação, encontravam-se ancoradas na violência psicológica, conforme explicitam mais alguns exemplos a seguir: *“Meus amigos tentavam me alertar, mas ele sempre falava que todo mundo estava ficando doido, e eu acreditei”(…) Eu achava que aquilo era normal. Eu não identificava que eu estava vivendo uma relação abusiva. Até mesmo porque ele jogava muito palavras do tipo: não faz isso comigo, não pense isso de mim, você está equivocada, está tudo bem, é só porque eu te amo muito”* (Selene); *“Na época ninguém me falou nada, mas eu também não sei se tivessem me falado se eu teria ligado lá com cré, porque o meu companheiro era muito manipulador* (Melissa).

Do mesmo modo, também foi possível observar elementos de violência psicológica, tais como “gaslighting”, “manipulação” e “desqualificação”, no momento em que as participantes responderam à segunda questão da entrevista, que continha uma imagem de uma mulher com as seguintes frases: “você tá ficando louca”; “ela não sabe o que diz”; “é coisa da tua cabeça”. Pelas respostas das participantes, foi possível notar que, ao mesmo tempo em que traziam as experiências vivenciadas nas falas, também demonstraram ter uma visão mais de “especialista” sobre o assunto. Isso ocorre porque a construção da realidade, conforme afirma Moscovici, ocorre a partir de processos de pensamento, que recebem o nome de universos consensuais e universos reificados. Os indivíduos utilizam de suas próprias experiências para criar os universos consensuais,

com o intuito de buscar explicações para os problemas que vão se apresentando ao longo de suas vidas. Importante destacar que ambos os universos se encontram inter-relacionados, e terminam por fundir-se (Moraes et. al., 2018), o que pode ser observado nas falas das participantes. Um exemplo é que algumas especificaram a violência mostrada como “gaslighting”, fazendo uso de um termo em inglês que não é conhecido por todas as mulheres, mas que representa uma das modalidades de violência psicológica, tal como explicita Souza (2017):

Gaslighting (lê-se “guéslaitin”) é compreendido como uma manipulação sistemática. Pode acontecer em diferentes contextos, como no ambiente familiar, profissional, acadêmico, clínico, religioso, entre outros e em diferentes vinculações afetivas, como entre namorados, mãe e filha, médico e paciente, etc. A prática constitui-se em convencer a vítima de que ela está agindo de forma insana, histérica em diferentes ocasiões (...) (p. 11).

Para exemplificar, segue um trecho de uma participante que trouxe uma experiência de gaslighting em sua fala (sem necessariamente fazer uso do termo):

(...) Eu acho que esse relacionamento abusivo, essa violência, ela partiu principalmente desse polo psicológico. De duvidar da minha capacidade, de duvidar sobre coisas que eu falava, de contar um fato e distorcer totalmente o fato. E, na época, eu até me senti realmente: nossa, será que eu estou ficando louca? Não é possível, eu acho que não aconteceu bem assim. Ele tem razão, não aconteceu assim. Porque a pressão psicológica é tão grande, que começa uma confusão na sua cabeça (...) E aí eu fui começando a duvidar, eu falei: não, realmente, ele não faria isso, eu devo estar com muito trabalho de faculdade, devo estar com muita coisa. Porque, na época, eu trabalhava e estudava. Aí, eu já comecei a jogar para mim: não, eu acho que é muito cansaço, eu trabalho muito,

faço faculdade, não tenho muito tempo, então acho que é cansaço, o cansaço está comendo meus neurônios mesmo (Aurora, 27 anos, solteira, ensino superior).

Acredita-se que o fato das participantes terem demonstrado um conhecimento mais formal sobre o assunto possa ter relação com a maneira como foram acessadas, já que mulheres que costumam seguir páginas que abordam conteúdos feministas acabam tendo acesso a essas discussões mais atuais. Além do fato de que a maioria já havia rompido com o relacionamento narrado há bastante tempo e, portanto, já haviam passado pelo processo de reconhecimento e entendimento das violências vivenciadas.

Em suma, no que diz respeito aos objetivos específicos desse tópico, foi possível notar que as representações sociais de violência contra a mulher encontraram-se sustentadas principalmente em aspectos socioculturais, ressaltando as diferenças de poder existente entre os gêneros na sociedade e que, conseqüentemente, se fazem presentes dentro das relações afetivas. Do mesmo modo, os elementos de gênero mostraram-se ancorados em papéis tradicionais designados socialmente a homens e mulheres que causam, por exemplo, a divisão desigual de tarefas familiares, e demais assimetrias dentro do relacionamento. Já no que diz respeito à violência psicológica, percebeu-se que as participantes não trouxeram uma definição dessa tipologia, mas sim exemplos práticos que a caracterizam (ameaças, manipulação ou gaslighting, desqualificação, chantagem, entre outras) e, de modo geral, demonstraram saber identificar em suas próprias experiências comportamentos que representam essa tipologia (embora tenham destacado o quão difícil foi a identificação na época do relacionamento, o que foi um fator que contribuiu para a manutenção), ao mesmo tempo em que demonstraram possuir um conhecimento mais formal sobre o assunto.

10.2) Estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher narradas pelas participantes

Para cumprir com o objetivo específico de identificar estratégias de enfrentamento utilizadas pelas participantes, foi preciso concentrar-se na classe 3, que foi a única que trouxe contribuições nesse sentido.

Costa et. al. (2018), a partir de uma pesquisa realizada com mulheres vítimas de violência que haviam sido atendidas no ano de 2013 na Central de Apoio Multidisciplinar no município de Serra (ES), encontraram diferentes modalidades de enfrentamento, que poderiam ter diferentes focos, sendo os principais identificados: foco no problema, na emoção e na religião. Quando o foco estava no problema, as mulheres optavam por estratégias para tentar mudar a situação, por meio da redução e/ou eliminação das fontes estressoras, e constatou-se que somente optavam pelo enfrentamento da questão quando percebiam que a situação estava chegando num nível extremo, e que todas as outras alternativas de negociação haviam se esgotado. Já os enfrentamentos com foco na emoção, estavam pautados em estratégias baseadas na autodefesa. Algumas participantes, por exemplo, alegaram que utilizavam mecanismos como fuga, esquiva e distanciamento, visando evitar as situações conflituosas. Por fim, algumas mulheres, além de estratégias pautadas na emoção, também buscavam na religião algum tipo de conforto e fortalecimento, enquanto outras utilizavam, ao mesmo tempo, estratégias com foco no problema e na emoção. Portanto, concluiu-se que “novos modelos de enfrentamento podem ser aprendidos, assim como podem ser utilizados e rejeitados, significando que uma pessoa pode se desfazer dos recursos que utilizava para trocar por outros mais eficazes no enfrentamento de seu problema” (Costa et. al., 2018, p. 5).

Murta e Parada (2021) destacam a importância de uma rede de apoio durante o processo: “pessoas que contam com suporte social para outras esferas de sua vida também

contam com maior condição de suporte emocional para enfrentar a difícil tarefa de terminar e permanecer fora de uma relação” (p. 8).

Foi possível notar por meio de fragmentos selecionados na classe 3 algumas estratégias de enfrentamento relatadas, assim como o fato de nem todas as participantes terem podido contar com uma rede de suporte durante o processo de reconhecimento da violência: *“Eu nunca cheguei a conversar com ninguém sobre, ou contar de fato o que me aconteceu, e é muito difícil também contar porque as pessoas, nem todo mundo acredita, e nem todo mundo sabe realmente como é”* (Íris); *“Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher, sabe aquela história? Era aquilo que era a verdade, era a minha verdade naquela época. Então era um problema meu e dele, que só nós dois tínhamos que resolver, e tínhamos que resolver pautados na religião, na moralidade. Não tinha como eu conhecer ajuda também, porque as pessoas não sabiam o que estava acontecendo, porque eu não falava e porque eu não tinha como entender o que estava acontecendo de errado. Eu não me via como vítima na situação”* (Pandora). Assim como afirma Varela et. al. (2012), em um estudo que pretendia verificar as representações sociais de mulheres a respeito da violência doméstica, as narrativas indicavam que as entrevistadas consideravam que a violência não era um tema simples de ser abordado com familiares, amigos e conhecidos. Além disso, fatores como vergonha e medo de sofrer com preconceitos e estigmatização, eram impedimentos na busca por suporte profissional. Por outro lado, constatou-se também que nem todas as mulheres tinham conhecimento sobre locais onde poderiam buscar ajuda e que terminavam optando por procurar outras mulheres com quem tivessem algum convívio, a fim de obter algum suporte.

Souza e Silva (2019), a partir de uma revisão de literatura sobre o assunto com artigos dos anos entre 2012 e 2016, constataram que as estratégias comumente utilizadas por mulheres em situação de violência doméstica, de modo geral, estavam relacionadas

principalmente a recursos individuais, e também envolviam a procura por serviços de apoio. Um número reduzido de estudos (quatro, no total) alegava que as vítimas primeiro faziam a tentativa de romper com o ciclo sozinhas e, posteriormente, procuravam por ajuda em instituições especializadas. Já em sete outros estudos, o enfrentamento se deu a partir da rede, por meio do acesso direto a serviços públicos. Além da ajuda de profissionais, algumas das estratégias individuais utilizadas incluíam a busca por apoio social, o que, dependendo do caso, ocorria por meio de familiares, amigos, vizinhos ou instituições religiosas (Souza & Silva, 2019).

Os resultados da presente investigação corroboram os referidos resultados, já que as participantes também optaram por estratégias individuais, sendo algumas destas: a busca por suporte social, procura por ajuda profissional, entrada na universidade, a busca por conhecimento e aproximação com textos e materiais de base feminista, além do “contato zero” com o autor da violência após o término, conforme os exemplos a seguir:

Depois que eu comecei a realmente reconhecer algumas coisas, quando acontecia alguma coisa, eu falava para uma amiga (...), mas aí depois começou a ficar muito cansativo, porque eu sempre falava a mesma coisa. E as pessoas sempre repetiam o mesmo (...) Eu sempre falei com duas amigas. Uma foi a primeira a desistir de mim. Eu lembro que ela falou: “sério, não está dando, eu não quero mais saber, porque fico com raiva dele, e você continua com ele, e eu fico morrendo de raiva dele”. Não falei mais sobre isso com ela. Com a outra eu fiquei ainda muito tempo, mas ela já foi ficando robô, foi repetindo a mesma coisa: “amiga, é isso, ele é abusivo, e você, vai fazer o quê? Vai ficar? Se for ficar, fica, não vou ficar implorando para sair, a não ser que eu faça uma intervenção” (Afrodite, 20 anos, solteira, ensino superior incompleto).

(...) Eu só consegui sair desse relacionamento porque eu comecei a terapia. Na terapia realmente que eu fui perceber, o quê que eu estava vivendo, porque eu vivia doente. É o que eu digo para todo mundo, se eu continuasse nesse relacionamento, não estaria mais aqui, eu tenho certeza disso. Porque já não era mais eu mesma, eu já não tinha vontade de estar ali, eu não queria voltar para casa, porque eu sabia que ia ser briga. E tinha essa questão de eu estar sempre duvidando de mim. Mesmo sabendo que eu estava certa naquilo, fazia uma fala tão grande, que acabava virando como se realmente eu fosse a culpada e ele a vítima. E era sempre isso (Helena, 31 anos, divorciada, 1 filho, ensino superior).

Uma das maneiras que eu encontrei para me livrar desse relacionamento foi ter passado na universidade. Na época, eu comprometi a metade da minha renda com uma faculdade particular, e aí eu coloquei como meta entrar na universidade pública para me livrar desse orçamento e poder seguir a minha vida. E aí eu passei e a primeira coisa que eu fiz foi me livrar dessa relação (Hera, 30 anos, solteira, 2 filhos, pós-graduação).

(...) Eu só comecei a perceber isso mesmo depois que eu comecei a me aproximar mais de pautas feministas, conversar mais com mulheres, ler mais sobre feminismo, me tornar de fato feminista, e aí foi que eu consegui ir saindo aos poucos desse ciclo (Íris, 24 anos, solteira, ensino superior).

Desde que eu implementei isso eu percebi um ganho de saúde mental gigante, e aí eu tive outra dimensão do quanto essa relação me fodia mentalmente, é o contato zero, ficar sem conversar com essa pessoa só me faz bem, muito bem, sem

saber nada da vida dela, sem ter nenhum contato, é um alívio muito grande (Melissa, 27 anos, solteira, ensino superior).

Fernandes et. al. (2014), em um estudo com mulheres de Ji-Paraná (RO), identificaram estratégias de enfrentamento que foram inseridas em quatro categorias, a partir da análise de conteúdo (Bardin), sendo estas: relacional e social, psicológica, jurídico/legal e religiosa. A categoria “relacional” se referia às estratégias imediatas diante das situações conflituosas, tanto no que diz respeito às tentativas de negociação quanto no que se refere às tentativas de rompimento, representando, portanto, como era a dinâmica entre vítima e agressor. Já a “social”, representava as estratégias baseadas no suporte social, incluindo amizades, familiares e demais pessoas do convívio social da mulher (tal como mostra o exemplo da participante Afrodite acima, que procurou esse tipo de suporte como uma maneira de compartilhar o seu sofrimento, embora não tenha sido bem acolhida). Já Helena optou por buscar terapia, o que se enquadraria dentro da categoria denominada “psicológica”, que engloba o acompanhamento psicológico, que foi considerado pela mesma como um aspecto decisivo para que ela conseguisse romper com o relacionamento. Já as duas últimas estratégias mencionadas pelos autores, jurídico/legal (uso de políticas públicas) e religiosa (busca por religião/espiritualidade) não foram observadas nas falas das participantes.

Em suma, foi possível notar que as mulheres entrevistadas utilizaram diferentes estratégias, sendo algumas mais individuais (por exemplo, a entrada na universidade, a busca por mais conhecimento e aproximação com pautas feministas, contato zero com o agressor), enquanto outras envolviam a busca por um suporte social e/ou profissional. Como a pesquisa contou com um número reduzido de participantes (16), não se pretende fazer generalizações e nem considerar o assunto por encerrado, mas ressalta-se a importância de ações que promovam a conscientização da sociedade como um todo,

promovendo debates em espaços como escolas, universidades, igrejas, instituições de saúde, entre outros (Gallon & Mueller, 2021), além da realização de novos estudos que invistam em aspectos educativos e orientativos que possam auxiliar no enfrentamento à violência contra a mulher.

11) ARTICULAÇÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação teve como objetivo geral investigar compreensões sobre gênero e violência contra a mulher, com foco na violência psicológica, bem como estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres em casos de relacionamentos abusivos. A fim de contemplar esses objetivos, foram realizados dois estudos complementares: o Estudo 1, em que, de maneira geral, buscou-se investigar representações sociais de violência contra a mulher, com foco em violência psicológica, e de gênero contidas em matérias jornalísticas que tratavam sobre relacionamentos abusivos, além de verificar se tais matérias jornalísticas faziam referências a estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher; e o Estudo 2 que, em linhas gerais, visou investigar representações sociais de violência contra a mulher, com foco em violência psicológica, entre mulheres que já vivenciaram e/ou vivenciam um relacionamento abusivo, bem como estratégias de enfrentamento por elas relatadas como eficazes no combate à violência contra a mulher. O propósito deste último capítulo é retomar os principais resultados obtidos tentando articulá-los; falar das principais limitações e dificuldades enfrentadas; e apontar novos caminhos que podem ser seguidos por investigações futuras.

Retomando os conteúdos analisados, foi possível observar que, no estudo 1, as matérias da Revista Istoé que abordavam a violência contra a mulher focavam, sobretudo, em conteúdos relacionados a aspectos criminais, estatísticos e em casos envolvendo pessoas já conhecidas no meio midiático. Embora a violência psicológica tenha sido o foco, foi necessário percorrer um caminho indireto na investigação, já que menções a essa tipologia estavam sempre inseridas dentro de um contexto mais amplo de discussão sobre violência contra a mulher. No estudo 2, constatou-se que as significações sobre violência estavam sustentadas por aspectos socioculturais, ressaltando as diferenças de poder

existente entre os gêneros na sociedade, o que se refletia nas experiências vivenciadas dentro dos relacionamentos relatados.

No que diz respeito às significações de gênero, no estudo 1 as matérias não apresentaram uma conceituação deste constructo (o que é justificável pelo tipo de fonte consultada, já que os conteúdos divulgados em revistas precisam ser acessíveis às pessoas), mas indicaram um reconhecimento de que a maneira como a sociedade foi construída, a partir de uma hierarquia que coloca o homem em uma posição superior em relação à mulher, possibilita a ocorrência de violências. Apesar disso, poucas matérias deram foco à relação entre papéis sociais de gênero e violência. No estudo 2, identificou-se que os elementos de gênero também encontravam-se ancorados em papéis designados socialmente a homens e mulheres, conferindo às últimas o lugar de “submissão”, “compreensão”, “aceitação” e “fragilidade”, e ao primeiro, a posição de “poder”, “dominação” e “superioridade”.

No que diz respeito especificamente à violência psicológica, constatou-se que tanto as matérias (estudo 1) quanto as entrevistas (estudo 2) não possibilitaram uma representação explícita dessa tipologia, mas sim trouxeram práticas que a caracterizavam, tais como: “difamação”, “intimidação”, “ameaças”, “grosseira”, “frieza”, “inferiorização/diminuição”, “gritos”, “humilhações”, “xingamentos” e “manipulações” (estudo 1) e “ameaças”, “manipulação” (ou gaslighting), “desqualificação”, “chantagem”, entre outras (estudo 2). Tal fato pode ter relação com o que aponta a literatura sobre essa tipologia da violência, que além de só muito recentemente ter sido incluída na legislação e reconhecida como crime, envolve fatores subjetivos e naturalizados socialmente, o que dificulta sua abordagem, e até mesmo reconhecimento.

Em relação às estratégias de enfrentamento, os achados do estudo 1 indicaram que há um foco em ações punitivas, já que as propostas mencionadas se relacionavam

principalmente às legislações já criadas (principalmente a Lei Maria da Penha) e projetos de lei que estavam em andamento (como o que pretendia alterar o Código Penal para a inclusão da violência psicológica e que trouxe uma notoriedade maior ao assunto); também evidenciaram a escassez de propostas educativas e orientativas que visam a prevenção da violência contra a mulher. Já no estudo 2, constatou-se que as entrevistadas não tinham recorrido a estratégias jurídicas, tendo optado por utilizar diferentes meios de enfrentamento condizentes à realidade de cada uma, sendo alguns exemplos citados: entrada na universidade, busca por mais conhecimento/informação, aproximação com pautas feministas (leituras), contato zero com o agressor após o término, busca de suporte social (família e/ou amigos) e acompanhamento psicoterapêutico.

Tendo em vista os resultados obtidos com a realização do estudo 1, brevemente sintetizados aqui, é importante questionar, para futuras investigações, a escolha da fonte de dados. Considerando que o tema geral de interesse (violência contra a mulher) talvez seja mais abordado em publicações que veiculam notícias diariamente, pode ser interessante a realização de pesquisa documental em matérias de jornais de grande circulação nacional. De todo modo, considera-se que a opção pela Revista Istoé foi válida, por ser uma revista online reconhecida e que também costuma ser bem acessada.

Outra sugestão para futuras investigações utilizando revistas e/ou jornais, é que seria interessante pensar em novos termos de busca para a coleta das matérias. No presente estudo, conforme já citado, foram utilizados termos mais gerais como “violência contra a mulher”, “violência de gênero” e “violência psicológica”. Considerando que a violência psicológica é de difícil acesso, um caminho possível seria utilizar expressões que explicitassem, em termos práticos, a tipologia que se pretende estudar (um exemplo seria utilizar termos como “mulheres”, “xingamentos” e “chantagens”, para tentar acessar elementos de violência psicológica).

Ainda em relação aos termos de busca, foi interessante observar os resultados obtidos a partir dos termos mais amplos utilizados, “violência de gênero” e “violência psicológica”. Como o objetivo da presente pesquisa era investigar a violência dentro dos relacionamentos amorosos, constatou-se que somente as mulheres apareceram como vítima nesses moldes. Embora também tenham sido encontradas matérias que emergiram do termo “violência psicológica” e que falavam sobre violência contra crianças e idosos, por exemplo, e matérias que foram selecionadas a partir de “violência de gênero”, e que falavam também sobre a violência contra a população LGBTQIA+, essas violências estavam sendo abordadas dentro de outros contextos. Assim, esse fato também relaciona-se à questão de gênero e à maneira como o “masculino” é visto na sociedade, pois, ainda que existam homens heterossexuais que possam também sofrer violências dentro dos relacionamentos, nenhuma matéria coletada os colocava ocupando essa posição. Esse fato pode trazer pistas da necessidade de estudos sobre essa questão de como o masculino é visto nessas situações de violência, além de verificar na literatura se existem relatos de homens vítimas de violência doméstica.

Em relação ao estudo 2, destaca-se como limitação o acesso ao público de interesse, uma vez que, dados os objetivos da pesquisa, não é uma tarefa simples encontrar mulheres que reconheçam estar ou ter estado em uma situação de violência no relacionamento amoroso e que aceitem falar a respeito. De todo modo, foi até surpreendente a adesão alcançada na presente investigação com 16 participações, o que foi possível graças à busca preliminar de páginas de redes sociais que se voltavam especificamente para a abordagem dessa problemática, e divulgação da pesquisa nas mesmas.

Outro aspecto a se destacar é que, no caso das entrevistas realizadas na presente investigação, as participantes já conseguiam nomear e visualizar a violência vivenciada,

porque chegaram num nível que havia levado à ruptura do relacionamento (na maioria dos casos) ou a um questionamento intenso sobre a permanência/manutenção (no caso das duas participantes que estavam vivenciando o relacionamento no momento do relato). Nesse sentido, uma pesquisa com mulheres que autodeclarassem não ter vivenciado tal situação poderia trazer resultados diferenciados, que evidenciassem ainda mais a dificuldade de abordagem do tema. O que se percebe é que as pessoas normalmente possuem uma grande dificuldade de identificar a violência psicológica por pensarem que é natural que homens sejam mais “grossos”, “agressivos” e “sem paciência”, e que mulheres sejam mais “frágeis”, “sensíveis” e se “incomodem por tudo”, entre outros pensamentos comuns na sociedade, o que leva muitas mulheres a permanecerem em relacionamentos nesses moldes por muito tempo. De toda forma, é importante que novos estudos busquem utilizar estratégias alternativas em suas investigações, tais como as charges que foram empregadas junto ao roteiro de entrevista semiestruturada, entre outras, na tentativa de captar dados dessa natureza.

Por fim, é importante mencionar que, como os objetos de interesse da pesquisa eram amplos e ofereciam muitos caminhos possíveis de articulações, há diálogos com a literatura que não puderam ser apresentados com o aprofundamento desejado, mas existe a intenção de aprofundar as discussões em possíveis produtos dessa dissertação, originando outras publicações que possam trazer alguma contribuição para os estudos de violência contra a mulher, e que auxiliem no preenchimento das lacunas ainda existentes.

12) REFERÊNCIAS

- Alencar, A. V., Oliveira, G. F. D., Neto, M. L. R., & Bianco, B. A. V. (2014). Representações sociais de violência a partir da percepção do agressor. *Psicologia para América Latina*, (26), 24-43. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psilat/n26/a03n26.pdf>
- Alexandre, M. (2001). O papel da mídia na difusão das representações sociais. *Comum*, 6(17), 111-125. <https://dialeticas.com/wp-content/uploads/2020/09/opapel-1.pdf>
- Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (2014). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (Orgs.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (p. 101 – 122). TechnoPolitik.
- Andrade, A. R. G., & Souza, T. G. P. (2021). O Impacto da violência doméstica na vida da mulher que exerce o trabalho remoto em tempos de pandemia de Covid-19. *Revista de Estudos Jurídicos UNA*, 8 (2), 145-160. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/13938>
- Araújo, F. P., & Mattos, M. F. (2016). Descolonizar os feminismos latino americanos e caribenhos: uma perspectiva decolonial das teorias sobre gênero, sexualidade e raça. *Revista Três [...] Pontos*, 13(1), 21-26. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3387>
- Azambuja, L. C. & Velter, S. C. (2021). *Violência psicológica e moral contra a mulher à luz da Lei Maria da Penha* [Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Direito, Centro Universitário de Várzea Grande]. Repositório da UNIVAG. <http://repositoriodigital.univag.com.br/index.php/rep/article/viewFile/1095/1051>
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado*, 29 (2), 449-469. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>
- Barbosa, J. P. M., Lima, R. C. D., Santos, G. B. M., Lanna, S. D., & Andrade, M. A. C.

- (2021). Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de Covid-19: diálogos e possibilidades. *Saúde e Sociedade*, 30 (2), e200367. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200367>
- Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo* (L. A. Reta; A. P. Trans.). Edições 70. (Obra original publicada em 1977)
- Barretto, R. S. (2018). Relacionamentos abusivos: uma discussão dos entraves ao ponto final. *Revista Gênero*, 18 (2), 142-154. <https://doi.org/10.22409/rg.v18i2.1148>
- Beauvoir, S. (2016). *O Segundo sexo* (3ª Ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1949)
- Bertho, M. A. C. (2020). *A influência das relações de gênero na divisão de tarefas familiares e na violência entre parceiros íntimos* [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos]. Repositório UFSCar. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12895>
- Beccheri-Cortez, M., & Souza, L. (2013). Mulheres de classe média, relações de gênero e violência conjugal: um estudo exploratório. *Revista Gerencia y Políticas de Salud*, 12(24), 34-53. <http://www.scielo.org.co/pdf/rgps/v12n24/v12n24a03.pdf>
- Brasil (2006). *Lei n. 11.340/2006*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Brasil (2015). *Lei nº 13.104*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm
- Brasil. (2021). *Lei nº 14.188*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14188.htm
- Brum, R. R., Pereira, C. R. R., Rodrigues, T. P., & Santos, A. N. S. (2021). Transgeracionalidade e violência: um estudo com mulheres vítimas de relações conjugais violentas. *Psicol Pesq.*, 15(3), 1-28. <http://dx.doi.org/10.34019/1982->

1247.2021.v15.31206

- Butler, J. (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Obra original publicada em 1990).
- Camargo, B.V., & Justo, A. M. (2013). Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Cambi, E. & Denora, E. (2017). Tutela Diferenciada dos Direitos das mulheres nas relações domésticas e familiares através da Lei Maria da Penha. *Revista de Direito Brasileira*, 17 (7), 221-244. <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2358-1352/2017.v17i7.3064>
- Campos, B., Tchalekian, B. & Paiva, V. (2020). Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de Sars-cov-2/ Covid-19 em São Paulo. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020015. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32n240336>
- Candido, I. P. M. B., & Filho, O. A. V. (2020). Causas de violência doméstica e familiar contra mulheres em Caruaru/PE. *Revista Científica do UniRios*, 14 (25), 366-382. <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/178>
- Carrijo, C., & Martins, P. A. (2020). A violência doméstica e racismo contra mulheres negras. *Revista Estudos Feministas*, 28 (2), e60721. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n260721>
- Castro, A., Koelzer, L. P., Camargo, B. V., & Bousfield, A. B. S. (2014). Representações sociais sobre cotas para negros em universidades federais. *Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s.*, 15(106). <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8951.2014v15n106p202>
- Cavaler, C. M., & Macarini, S. M. (2020). Repensando práticas: Delegacias da Mulher enquanto espaço dialógico de prevenção à violência conjugal. *Nova perspectiva*

- sistêmica*, 29 (66), 60-73. <http://dx.doi.org/10.38034/nps.v29i66.516>
- Cerqueira, D., Ferreira, H., Bueno, S., Alves, P. P., Lima, R. S., Marques, D., Silva, F. A. B., Lunelli, I. C., Rodrigues, R. I., Lins, G. O. A., Armstrong, K. C., Lira, P., Coelho, D.; Barros, B.; Sobral, I.; Pacheco, D., & Pimentel, A. (2021). *Atlas da violência 2021*. FBSP. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>
- Coelho, V. P.; Ferreira, D. B. S.; Alexandria, I. F. P. M.; & Gomes, M. A. V. (2014). Reflexões sobre a violência: poder e dominação nas relações sociais de sexo. *R.Pol.Públ.*, 18 (2), 471-479. <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v18n2p471-479>
- Colossi, P.M. & Falcke, D. (2013). Gritos do Silêncio: A Violência Psicológica no Casal. *Psico*, 44 (3), 310-318. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11032>
- Comissão de defesa dos direitos da mulher. (2018). *Mapa da violência contra a mulher*. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>
- Conceição, A. C. L. (2009). Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. *RBSE*, 8 (24), 738-757. http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf
- Conselho Nacional de Pesquisa com Seres Humanos. (2012). *Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012*. <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Costa, L., Lordes, R. G., Fraga, D., Santana, N. M. T., Bubach, S., & Leite, F. M. C. (2018). Estratégias de enfrentamento adotadas por mulheres vítimas de violência. *Revista Enfermagem UERJ*, 26. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2018.19334>
- Cunha, B. S., Carmo, L. P., Santana, M. P. S., & Pereira, F. B. (2020). Amores abusivos: o silenciamento da violência nos relacionamentos. *Anais do XV Fave – Fórum*

- Acadêmico da Faculdade Vértice-Univértix, Matipó, MG.*
<https://fave.univertix.net/wp-content/uploads/2020/11/R144-AMORES-ABUSIVOS-O-SILENCIAMENTO-DA-VIOLENCIA-NOS-RELACIONAMENTOS-2-1.pdf>
- DataSenado. (2021). *Violência doméstica e familiar contra a mulher*.
<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacaodatasenado?id=violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher-2021>
- Dias, G. A., Silva, L. R., Oliveira, L. R., Nascimento, E. M., Machado, J. C., Santos, C. S., Vilela, A. B. A., & Rodrigues, V. P. (2020). Representações sociais de profissionais da Estratégia Saúde da Família sobre violência doméstica contra a mulher. *Research, Society and Development*, 9(7), e812974900. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4900>
- Diniz, A. T. M. (2019). “Jovem”, “bonita”, “não tinha namorado”: corpo, gênero e representações sociais nas narrativas midiáticas sobre episódios de violência contra a mulher. *VI Simpósio Internacional Lavits*. <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/MeloDiniz-2019-LAVITSS.pdf>
- Domingues, P. S., Gomes, A. M. T., & Oliveira, D. C. (2016). Representações sociais de homens sobre o ser homem e suas implicações para o HIV/AIDS. *Revista Enfermagem UERJ*, 24(6), e8779. <https://doi.org/10.12957/reuerj.2016.8779>
- Echeverria, G. B. (2018). A violência psicológica contra a mulher: reconhecimento e visibilidade. *Cadernos de gênero e diversidade*, 4(1), 131-145.
<https://doi.org/10.9771/cgd.v4i1.25651>
- Félix, L., Andrade, D., Correia, C., Ribeiro, F. & Santos, M. F. (2016). O conceito de sistemas de representações sociais na produção nacional e internacional: uma pesquisa bibliográfica. *Psicologia e Saber Social*. 2016, 5(2), 198-217.
<https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2016.20417>
- Fernandes, V. D. S., Ávila, T. P., & Cunha, R. S. (2021). *Violência psicológica contra a*

- mulher: Comentários à Lei n. 14.188/2021.* <https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2021/07/FERNANDES-%C3%81VILA-CUNHA-2021-Coment%C3%A1rios-%C3%A0-Lei-Viol%C3%A0ncia-Psicol%C3%B3gica.pdf>
- Fernandes, G. B., Gaia, V. O., & Assis, C. L. (2014). Estratégias de enfrentamento da violência de gênero em mulheres de Ji-Paraná (RO). *Mudanças - Psicologia da Saúde*, 22(2), 1-14.
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia da pesquisa: Um guia para iniciantes* (M. Lopes Trans.). Penso. (Obra original publicada em 2009)
- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307-314. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822012000200008>
- Gallon, A. A., & Mueller, A. A. (2021). Violência contra a mulher: consequências e políticas de enfrentamento. *Humanidades em Perspectivas*, 3(7), 20-34. <https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/article/view/150>
- Gomes, N. P., Carneiro, J. B., Almeida, L. C. G., Costa, D. S. G., Campos, L. M., Virgens, I. R., & Webler, N. (2022). Permanência de mulheres em relacionamentos violentos: desvelando o cotidiano conjugal. *Cogitare Enferm.*, 27, e78904. <https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.78904>
- Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p256>
- Heilborn, M. L., & Rodrigues, C. (2018). Gênero: breve história de um conceito. *Aprender - Caderno De Filosofia E Psicologia Da Educação*, (20).

<https://doi.org/10.22481/aprender.v0i20.4547>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Atlas da violência*.

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

Instituto Noos (n.d.). Sobre o Instituto Noos. <https://noos.org.br/instituto/>

Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. In: D. Jodelet (Org.). *As representações sociais* (L. Ulup, Trad., pp. 17-44). Rio de Janeiro: EdUERJ.

Leandro, M., Giacomozzi, A. I., Fiorott, J. G., & Marx, D. (2019). Representações Sociais da violência doméstica em comentários de rede social. *Revista Eletrônica Científica da UERGS*, 5(2), 208-216. <https://doi.org/10.21674/2448-0479.52.208-2016>

Lobo, R. F., & Werneck, M. M. F. (2018). A interdisciplinaridade do conceito de Representações Sociais de Serge Moscovici. *Revista Ciências Humanas*, 11(1), 8-18. <https://doi.org/10.32813/rchv11n12018artigo1>

Lopes, L. (2016). O que é gênero? In: Ramos, M.M.; Nicoli, P. A. G.; Brener, P. R. G. (Orgs.), *Gênero, Sexualidade e Direito: uma introdução* (pp. 19-33). Initia Via.

Madureira, A. B., Mantovani, M. F., Silva, Â. T. M., Souza, P. B., Ferraz, M. I. Raimondo, & Raimondo, M. L. (2019). Representações sociais de homens agressores denunciados acerca da violência contra a mulher. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(2), e20180824. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0824>

Marková, I. (2017). A fabricação da teoria de representações sociais. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 358-375. <https://doi.org/10.1590/198053143760>

Marques, M. F. J. (2009). Patriarcado e a reprodução da violência de gênero na mídia televisiva brasileira. *IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*. http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/4_questao-de-genero/patriarcado-e-a-reproducao-da-violencia-de-genero-na-midia-televisiva-brasileira.pdf

- Marty, M. R., Bonetti, A. L. (2018). Violência de gênero e acesso à justiça: uma breve análise das normas jurídicas de Uruguaiana-RS. *Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão – SIEPE*, 10(2). <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/100462>
- Meireles, I. O., Lopes, Z. A. & Nolasco, G. L. P. (2017). As representações sociais da violência psicológica sofrida pela mulher: notas sobre o estado do conhecimento. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 th Women's Worlds Congress*. http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498876978_ARQUIVO_FG.pdf
- Minayo, M. C. S., & Souza, E. R. (1997). Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 4(3), 513-531. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701997000300006>
- Monteiro, M. F. G., & Zaluar, A. (2012). Violência contra a mulher e a violação dos direitos humanos. *Reprodução & Climatério*, 27(3), 91-97. <https://doi.org/10.1016/j.recli.2012.11.001>
- Moraes, P. R., Souza, I. C., Pinto, D. A. O., Estevam, S. J., & Munhoz, W. A. (2018). A Teoria das Representações Sociais. *Revista em Foco*, 8(1), 1-14. https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/teoria_representacoes.pdf
- Moreira, L. E., Alves, J. S., Oliveira, R. G., & Natividade, C. (2020). Mulheres em tempos de pandemia: um ensaio teórico-político sobre a casa e a guerra. *Psicologia e Sociedade*, 32, e020014. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240246>
- Morera, J. A. C., Padilha, M. I., Silva, D. G. V. & Sapag, J. (2015). Theoretical and methodological aspects of social representations. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 24(4), 1157-1165. <https://doi.org/10.1590/0104-0707201500003440014>

- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1961).
- Mota, T. S., & Rocha, J. J. (2019). *A Lei Maria da Penha e o papel das medidas protetivas como mecanismo protetor da vítima* [Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Direito, Universidade Católica de Salvador]. Repositório da UCSAL. <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/864>
- Murta, S. G., & Parada, P. O. (2021). Término de relacionamentos íntimos violentos: uma revisão de literatura. *Psicologia USP*, 32, e200046. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200046>
- Nader, M. B. & Caminoti, J. M. (2014). Gênero e poder: a construção da masculinidade e o exercício do poder masculino na esfera doméstica. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400262820_ARQUIVO_Generoepoderaconstrucaodamasculinidadeeoexerciciodopodermasculinonaesferadomestica.pdf
- Nardi, S. C. S., & Benetti, S. P. C. (2012). Violência conjugal: estudo das características das relações objetais em homens agressores. *Boletim de Psicologia*, 62(136), 53-66. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000100006
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11 (3), 647-654. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>
- Neto, C.E. S. & Gurgel, Y. M. P. (2014). A construção do conceito de violência de gênero

no direito internacional dos direitos humanos a partir dos institutos da discriminação e da violência sexual contra a mulher. *Revista Digital Constituição E Garantia De Direitos*, 7(01).

<https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/5802>

Nunes, T. L. F. (2018). A aplicabilidade, eficácia e importância da Lei 13.104 (Lei do Feminicídio). *Faculdade Eduvale de Avaré/SP*. <https://www.eduvaleavare.com.br/wp-content/uploads/2018/11/Artigo-9.pdf>

Oliveira, F. M. A., Ávila, F. J. P., Bastos, N. M. C., & Vasconcelos, V. L. (2016). Romantização do relacionamento abusivo, uma violência silenciosa: a ineficácia da Lei Maria da Penha. *Anais do IX Encontro de Pesquisa e Extensão da Faculdade Luciano Feijão*. <https://flucianofejiao.com.br/novo/wp-content/uploads/2019/03/ROMANTIZACAO DO RELACIONAMENTO ABUSIVO UMA VIOLENCIA SILENCIOSA A INEFICACIA DA LEI MARIA DA PENHA.pdf>

Oliveira, Q. B. M., A., Assis, S. G., Njaine, K. & Pires, T. O. (2014). Namoro na adolescência no Brasil: circularidade da violência psicológica nos diferentes contextos relacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3), 707-718. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.19052013>

Organização Mundial da Saúde. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>

Ragassi, B., Borges, S. & Dornelas, K. C. A. (2017). Muitas mulheres numa só (?): as representações sociais sobre os papéis sociais femininos na Revista Cláudia. *Revista Esfera Acadêmica Humanas*, 2(2), 38-52. <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/revista-esfera-humanas-v02-n02-completa.pdf#page=39>

- Razera, J., Cenzi, C. M. B., & Falcke, D. (2014). Violência Doméstica e Transgeracionalidade: Um estudo de caso. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 47-51. doi:10.18256/2175-5027/psico-imed.v6n1p47-51
- Ribeiro, C. G.; & Coutinho, M. P. L. (2011) Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa – PB. *Revista Psicologia e Saúde*, 3 (1), 52-59. <https://www.pssa.ucdb.br/pssa/article/view/81>
- Rodrigues, D. R. S. R., Conceição, M. I. G., & Iunes, A. L. S. (2015). Representações sociais do crack na mídia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(1), 115-123. <https://doi.org/10.1590/0102-37722015010994115123>
- Rodrigues, V. P., Machado, J. C., Santos, W. S., Santos, M. F. S., & Diniz, N. M. F. (2016). Violência de gênero: representações sociais de familiares. *Texto Contexto Enferm*, 25(4), e2770015. <https://doi.org/10.1590/0104-07072016002770015>
- Rosa, D. O. A., Ramos, R. C. S., Melo, E. M., & Melo, V. H. (2013) Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados. *Saúde em Debate*, 42(spe 4), 67-80. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S405>
- Sá, C.P. (1998) *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Safranoff, A. (2017) Violencia psicológica hacía la mujer: cuáles son los factores que aumentan el riesgo de que exista esta forma de maltrato em la pareja? *Salud colectiva* 13(4), 611-632. <https://doi.org/10.18294/sc.2017.1145>
- Sant’Anna, T. C., & Penso, M. A. (2018). A Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-11. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e33427>
- Saraiva, E. R. A., & Coutinho, M. P. L. (2012). Meios de comunicação impressos,

- representações sociais e violência contra idosos. *Psicologia em Estudo*, 17(2), 205-214. <https://www.scielo.br/j/pe/a/zvtKrK5GnnsdYsW9FJrSrJb/>
- Sawaia, B. B., & Maheirie, K. (2014). A psicologia sócio histórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. *Psicologia & Sociedade*, 26 (spe 2),1-3. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/DQLdzK8jYsLX59Z9znC6RFt/?format=pdf&lang=pt>
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica (G. L. Louro Trans.). *Educação & realidade*, 20(2), 71-99. (Obra original publicada em 1988). <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Serpa, M. G. (2010). Perspectivas sobre Papéis de Gênero Masculino e Feminino: Um relato de experiência com mães de meninas vitimizadas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 14-22. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100003>
- Silva, J. R., & Sousa, L. C. M. S. (2014). *Violência doméstica contra a mulher: abordagens de gênero na escola*. UFPE. <https://www.ufpe.br/documents/39399/2407231/SILVA%3B+SOUZA+-+2014.2.pdf/286ef183-99a2-474e-b023-90bb039805cb>
- Silva, L. L. D., Coelho, E. B. S., & Caponi, S. N. C. D. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 11(21), 93-103. <https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtzbX97MkP/?format=pdf&lang=pt>
- Silva, L. C. M. (2017). Violência contra a mulher e educação: desafios e perspectivas da DEAM/Belém, Pará, Brasil. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos)*. http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1495290975_ARQUIVO_VIOLENCIACONTRAAMULHEREEDUCACAO.pdf

- Silveira, R. S. S., & Nardi, H. C. (2014). Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*, 26 (n. spe.), 14-24. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500003>
- Silveira, R. da S. S., Nardi, H. C. & Spindler, G. (2014). Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência. *Psicologia & Sociedade*, 26 (2), 323-334. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000200009>
- Simoneau, A. S., & Oliveira, D. C. (2014). Representações sociais e meios de comunicação: produção do conhecimento científico em periódicos brasileiros. *Psicologia e Saber Social*, 3(2), 281-300. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/14478>
- Sousa, K. N., & Souza, P. C. (2021). Representação social: uma revisão teórica da abordagem. *Research, Society and Development*, 10(6), e38610615881. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15881>
- Sousa, Y. S. O., Acioli, M., & Santos, M. F. (2019). Mídia e representações sociais: uma proposta de matriz teórico-metodológica. In J. M. F. Lucena, S. B. Souza, E. M. Costa-Fernandez, & M. I. P. C. Pedrosa (Orgs.), *Interação social e desenvolvimento humano* (Vol. 2 - Pesquisa em psicologia: diversidade e modos de fazer, pp. 225–250). Recife: EdUFPE. https://www.researchgate.net/publication/344286375_Midia_e_representacoes_sociais_uma_proposta_de_matriz_teorico-metodologica
- Sousa, Y. S. O., Santos, M. F. S. S., & Aléssio, R. L. S. (2018). Maconha e representações sociais em matérias de jornal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, e34420. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e34420>
- Souza, C. P. (2017). *Gaslighting: “você está ficando louca?”: as relações afetivas e a construção das relações de gênero* [Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em

- Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório da UFRGS.
<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/179502>
- Souza, M. B., & Silva, M. F.S. (2019). Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão de literatura brasileira. *Pensando Famílias*, 23(1), 153-166. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-494X2019000100012
- Souza, L., & Cortez, M. C. (2014). A Delegacia da Mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. *Rev. Adm. Pública*, 48(3), 621-639. <https://doi.org/10.1590/0034-76121141>
- Souza, M. F. S. (2005). A Teoria das Representações Sociais. In: *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais* (pp. 15-35). Pernambuco: UFPE.
- Souza, M. F. (2016). Teoria feminista de gênero no Brasil: apontamentos para um debate. *Programa de Pós-graduação em ciências sociais – UFJF*, 11(1). <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12292/6510>
- Timm, F. B., Pereira, O. P., & Gontijo, D. C. (2011). Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. *Revista Psicologia Política*, 11(22), 247-259. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200005
- Trindade, Z. A., Santos, M. F. S., & Almeida, A. M. O. (2011). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In A. M. de O. Almeida & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das Representações Sociais - 50 anos* (pp. 134-163). TechnoPolitik.
- Valério, G. C. G., Silva, J. C., Vale, M. A., Avelar, M. M., Lima, M. A. (2017). Violência contra mulher e seus reflexos na sociedade. *Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior*, 9(2), 360-378.

<https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/81/81>

Varela, S. T., Oliveira, N. A., Freire, J. N., Ferreira, P. A. R. S. A., Santos, S. O., Díaz-Bermúdez, X. P., & Shimizu, H. E. (2012). Representações sociais acerca da violência doméstica das mulheres moradoras do da comunidade do Paranoá/Itapõa de Brasília-DF. *Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva*, 6(3), 277-293. <https://doi.org/10.18569/tempus.v6i3.1169>

Vasconcelos, C. C., & Resende, G. S. L. (2018). Violência doméstica: a aplicabilidade e eficácia das medidas protetivas como instrumento de prevenção e combate à reincidência na Comarca de Barra das Garças – MT. *Direito em Debate*, 27 (49), 117-137. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2018.49.117-137>

Vieira, P. R., Garcia, L. P., & Maciel, E. L. N. (2020). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Revista brasileira de epidemiologia*, 23, e200033. <https://doi.org/10.1590/1980-549720200033>

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Flacso Brasil. https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

Waiselfisz, J. J. (2016). *Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo*. Secretaria Nacional de Juventude. <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/151>

Zancan, N., Wassermann, V., & Lima, G. Q. (2013). A violência doméstica a partir do discurso de mulheres agredidas. *Pensando famílias*, 17(1), 63-76. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100007&lng=pt&tlng

13) APÊNDICES

13.1) Apêndice A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Dados sociodemográficos

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Ocupação:
5. Estado civil:
6. Tipo de relacionamento (Heterossexual? Homossexual?)
7. Tem filhos? Se sim, quantos? De qual idade?
8. Renda familiar:
9. Religião/Espiritualidade:
10. Raça/Etnia:

Dados do Parceiro(a)

1. Idade:
2. Escolaridade:
3. Ocupação:
4. Renda:
5. Raça/etnia

Roteiro de entrevista semiestruturada

- 1) Como você poderia classificar esse tipo de relacionamento que está sendo mostrado?



Fonte: Jornal Hojemais, 2015

- 2) Que tipo de impressão você tem sobre essa imagem?



Fonte: Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, 2020.

- 3) Quais são os comportamentos esperados socialmente para homens e para mulheres dentro de um relacionamento?
- 4) Como, na sua opinião, os papéis masculinos e femininos se relacionam com a violência?
- 5) Para você, o que é um relacionamento amoroso violento?
- 6) Você diria que vive/viveu um relacionamento abusivo? Por quê?
- 7) Você poderia, por favor, descrever uma situação de violência que você vivenciou em seu relacionamento.
- 8) Você se lembra como, em geral, ocorriam as situações de violência? Em quais ocasiões ocorriam? O que acontecia antes? E logo depois, como era?
- 9) Que tipo de violência você já vivenciou?
- 10) Você já vivenciou direta ou indiretamente alguma situação de violência dentro da sua família de origem?
- 11) Segundo você, quais tipos de violência mais acontecem em um relacionamento? Quais são mais difíceis de identificar?
- 12) Considera que tem (teve) razões para sair do relacionamento? Se importa de dizer quais? Considera que tem (teve) razões para manter tal relação? Se importa de dizer quais?
- 13) Alguém chegou a te abordar oferecendo ajuda? Quem? E você, chegou a buscar ajuda em algum momento? Se sim, que tipo de ajuda? Como foi a recepção?
- 14) Você tem alguma rede de suporte? Participa de algum grupo em específico?
- 15) Há algo que você gostaria de acrescentar?

13.2) Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Pesquisa

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de um trabalho de pesquisa. A seguir serão apresentados a você informações e esclarecimentos a respeito da proposta do trabalho. Caso aceite fazer parte do estudo, o consentimento será dado verbalmente, no momento da entrevista. Posteriormente, você receberá o termo assinado e rubricado pela pesquisadora. Se não desejar participar, você não será penalizado (a) de maneira alguma. Qualquer dúvida você pode esclarecer procurando a pesquisadora responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Tema do Projeto: Violência nos relacionamentos amorosos.

Professora Orientadora: Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho.

Telefone para contato: (xx) xxxxx-xxxx

E-mail da pesquisadora para contato: xxxxxxxx.xxxxxx@xxx.xxxx.xx

Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo.

A presente pesquisa tem como objetivo geral investigar compreensões sobre gênero e violência contra a mulher, com foco na violência psicológica, bem como estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres em casos de relacionamentos abusivos. Inicialmente serão colhidos seus dados sociodemográficos, e, após isso, será aplicada, individualmente, uma entrevista semiestruturada, com tempo estimado de 1 hora, cujos pontos principais foram previamente definidos em um Roteiro de Entrevista. As entrevistas serão gravadas em áudio ou vídeo, conforme autorização.

Em decorrência da situação da pandemia do Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-

19), a coleta de dados se dará de forma virtual, por aplicativo videochamada ou ligação áudio, seguindo o Ofício Circular nº2/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), que define as orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, com o intuito de garantir a segurança, a proteção e os direitos dos participantes de pesquisa. Portanto, o TCLE será disponibilizado para você por e-mail, sendo o consentimento dado verbalmente no início da entrevista, caso aceite participar da pesquisa. O TCLE assinado pela pesquisadora será enviado a você por e-mail. A entrevista será gravada mediante sua autorização por meio do TCLE. O intuito da gravação é unicamente para transcrição e análise posterior, e o áudio/vídeo de sua entrevista não será divulgado.

Os dados coletados deverão ser utilizados somente para fins acadêmicos, ficando arquivados e disponíveis ao pesquisador responsável por um período de 10 anos. Fica assegurado ao participante o anonimato, o acesso à entrevista transcrita e ao relatório final da pesquisa. Fica garantido também o direito a quaisquer esclarecimentos em relação ao projeto e a possibilidade de desistência a qualquer momento.

Entre os possíveis riscos aos participantes inclui-se ansiedade, timidez e desconforto perante a abordagem do tema. Como meio de amenizar ou evitar tais riscos, poderá ser solicitado ao pesquisador auxílio sobre a forma como será conduzido o tema, realizando uma conversa inicial com o objetivo de reduzir a ansiedade frente ao momento da coleta de dados. Pretende-se proporcionar às participantes um ambiente de acolhimento, para que possam relatar suas histórias, sem que se sintam julgadas e/ou avaliadas durante o processo.

Pretende-se divulgar e publicar os resultados da pesquisa em periódicos e outros meios de divulgação científica, apresentá-los em eventos científicos, visando contribuir com novas análises sobre o tema. Esta pesquisa foi formulada respeitando-se os termos

éticos de pesquisa com seres humanos, com base na Resolução n. 466/2012 (Conselho Nacional de Saúde – CNS, 2012). Você não receberá nenhum pagamento, nem arcará com nenhum gasto, no entanto fica assegurada a possibilidade de ressarcimento caso ocorram despesas com a participação da pesquisa. Suas informações pessoais ficarão disponíveis apenas para as pesquisadoras, sendo utilizadas somente para desenvolvimento da pesquisa.

Também será garantido o direito a buscar indenização em caso de eventual dano decorrente da pesquisa, segundo orientações éticas das Resoluções nº466/12 e nº510/16 do Conselho Nacional de Pesquisa com Seres Humanos.

Assinatura do Pesquisador Responsável:

CONSENTIMENTO DO PARTICIPANTE DE PESQUISA

Eu, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Fui informada também que o consentimento será dado de forma oral, no momento da entrevista. Posteriormente, receberei o termo novamente, assinado e rubricado pela pesquisadora.

13.3) Apêndice C – Categoria: “Outros”

Ano	Título da Matéria	Seção/Coluna
2016	Disque 100 receberá denúncias de violência contra crianças no Carnaval.	Comportamento
2016	Parentes são os que mais agredem os idosos.	Comportamento
2020	Edu Moscovis em atuação impecável.	Cultura
2020	Eduardo Moscovis em atuação impecável.	Cultura
2016	Steven Tyler inaugura centro de acolhida para jovens vítimas de abusos.	Cultura
2020	Elogiada, “Bom dia, Verônica” trata de temas como violência doméstica e abuso.	Cultura
2016	A marca da maldade. Crueldade, mentira e traição movem os personagens de “Avenida Brasil”. Nem a mocinha da história tem bom caráter.	Cultura
2021	PNS 2019: 18,3% dos adultos sofreram algum tipo de violência.	Geral
2021	SP: Homem é preso com mais de 1700 arquivos de pornografia infantil	Geral
2017	Reduzir pena de estupro de vulnerável é como “licença” para violência, diz ONG.	Geral
2019	MP pede afastamento de diretora por agressões contra alunos, pais e professores.	Geral
2017	Um em cada 6 idosos sofre algum tipo de violência, alerta OMS.	Geral
2021	Flamengo é denunciado no STJD por canto homofóbico em jogo com Grêmio.	Geral
2019	69% dos Jovens do Alemão sofreram ou conhecem quem sofreu violência, diz pesquisa.	Geral
2021	Matt Damon e Ben Affleck se reúnem em filme de violência contra a mulher.	Cultura
2016	Em debate, a violência de gênero que atinge mulheres e gays.	Cultura

2021	Alok: disque “180” para salvar.	Cultura
2021	Rosário Central cria projeto para contratar pessoas trans.	Esportes
2019	Número de denúncias de violência contra idosos aumentou 13% em 2018.	Geral
2021	País tem dez casos de agressão a menor por hora.	Geral
2019	Brasil registra diariamente 233 agressões a crianças e adolescentes.	Geral
2019	233 menores de 19 anos são agredidos por dia.	Geral
2020	Denúncias de violações contra crianças e adolescentes aumentam 14%.	Geral
2020	Rio tem menor número de mortes violentas intencionais desde 1999.	Geral
2019	Mais de 95% das crianças brasileiras frequentam escola, diz pesquisa.	Geral
2019	CNJ aprova criação de espaços especiais para depoimentos infantis.	Geral
2019	Ex-magistrado, crítico de Maduro deserta e vai para os EUA.	Geral
2018	Brasileiro preso pelo chavismo relata violência psicológica, mas nega abuso.	Geral
2021	BBB21 desperta raiva e preconceito no espectador, indica pesquisa.	Istoé Gente
2021	Patrocinadora do BBB sobre racismo e homofobia: “cobrados nas mídias sociais e pela opinião pública”.	Istoé Gente
		Total: 30 matérias.

13.4) Apêndice D – Corpus do Estudo 1

Número de Identificação	Ano	Título	Seção / Coluna
1	2021	Mantida em cárcere privado por 9 horas, mulher é agredida e tem dois dentes quebrados em Piracicaba (SP).	Da Redação
2	2015	É importante a violência contra a mulher cair no Enem, diz Maria da Penha.	A Semana
3	2014	Denúncias de violência contra a mulher crescem 60%	A Semana
4	2016	Violência contra a mulher.	Ana Paula Padrão
5	2012	Governo lança campanha para empresas alertarem sobre violência contra a mulher.	Brasil
6	2016	Existe violência permanente contra a mulher no Brasil, diz Temer.	Brasil
7	2018	Vídeo: atriz instala câmeras escondidas para mostrar agressões do marido.	Brasil
8	2019	OAB barra inscrição de bacharéis acusados de violência contra mulheres e crianças.	Brasil
9	2021	Atual legislatura aprova mais leis que tratam de violência contra as mulheres.	Brasil
10	2020	Papa critica a violência contra a mulher e a exploração de seu corpo.	Comportamento
11	2018	Como impedir o massacre das mulheres.	Comportamento

12	2016	Mostra discute violência contra a mulher negra em seis espaços de São Paulo.	Cultura
13	2020	Ximbinha: ‘Mais uma vez estão tentando me envolver em violência contra a mulher’.	Cultura
14	2020	Torcedoras do Botafogo fazem campanha em combate à violência contra a mulher.	Esportes
15	2019	Corinthians, Palmeiras, São Paulo e Prefeitura combaterão violência contra mulher.	Esportes
16	2020	Santos se diz “contra violência à mulher” e lamenta “julgamento precipitado”.	Esportes
17	2019	Denúncias na internet de violência contra a mulher crescem 1.640% em 2018.	Geral
18	2021	Congresso é iluminado de laranja pelo fim da violência contra a mulher.	Geral
19	2021	Associação estimula debate nas escolas sobre violência contra a mulher.	Geral
20	2020	Violência contra a mulher aumenta em meio à pandemia; denúncias ao 180 sobrem 40%.	Geral
21	2016	Manifestantes fazem protesto no Rio para denunciar violência contra a mulher.	Geral
22	2021	Jornalista vítima de assédio diz estar machucada com a situação.	Geral
23	2021	Câmara aumenta pena para crimes em contexto de violência doméstica.	Geral

24	2021	Esposa denuncia agressão de ex-cantor sertanejo: “Tapa, soco e enforcamento”.	Geral
25	2021	GO: Apresentadora da RecordTV é agredida por ex-namorado.	Geral
26	2021	Homem mata esposa por atropelamento proposital na presença dos filhos em MG.	Geral
27	2021	Polícia prende homem que se passava por empresário para seduzir mulheres no Rio.	Geral
28	2021	Justiça absolve pastor Marcos Pereira, acusado de estuprar fiel de sua igreja.	Geral
29	2021	Religioso é preso suspeito de estuprar fiéis alegando ser “limpeza espiritual”.	Geral
30	2021	Mortes violentas de duas mulheres são investigadas pela polícia no RJ.	Geral
31	2021	Ex-namorado é o principal suspeito de matar adolescente de 15 anos a pauladas no RJ.	Geral
32	2021	Jovem foi para o hospital com falta de ar e voltou com braço e dentes quebrados.	Geral
33	2021	Homem é preso suspeito de matar namorada a golpe de canivete e enterrá-la em mata.	Geral
34	2021	Homem agride e corta cabelo da namorada com faca em BH	Geral
35	2019	Câmara aprova projeto para apreensão de arma em caso de agressão a mulheres.	Geral

36	2017	Senado autoriza delegado a adotar medidas protetivas à mulher.	Geral
37	2019	Estudos mostram que mais armas aumentam violência contra a mulher.	Geral
38	2019	Bolsonaro veta notificação de casos de suspeita de violência contra a mulher.	Geral
39	2021	Câmara cria Semana Escolar de Combate à Violência contra a mulher.	Geral
40	2018	Uma em cada 100 mulheres recorreu à Justiça por violência doméstica em 2017.	Geral
41	2017	Agressões a mulheres no RJ aumentam nos fins de semana e em dias de futebol.	Geral
42	2017	Brasília terá campanha contra violência feminina.	Geral
43	2017	Operação de repressão à violência contra a mulher tem mais de 30 presos.	Geral
44	2017	Roraima é o estado com mais violência doméstica contra a mulher, aponta ONG.	Geral
45	2017	Bahia registra 15.751 casos de violência contra a mulher este ano.	Geral
46	2017	Instituto treina servidores para garantir direito à Justiça a mulheres agredidas.	Geral
47	2017	Violência contra a mulher não é algo natural, alerta ONU Mulheres Brasil.	Geral

48	2017	Alunos da rede estadual do Rio vão receber noções da Lei Maria da Penha.	Geral
49	2017	Agressões contra mulheres somam 118 novos casos por dia no estado do Rio.	Geral
50	2017	Carnaval: Rio tem mais de 2 mil chamadas sobre violência contra a mulher.	Geral
51	2016	Violência contra a mulher é um dos motivos de pedido de refúgio.	Geral
52	2016	Campanha quer combater pequenas atitudes que levam à violência contra a mulher.	Geral
53	2016	Mulheres promovem protesto no Rio contra a violência de gênero na América Latina.	Geral
54	2016	Ato de mulheres em SP homenageia adolescente morta na Argentina.	Geral
55	2016	Após 31 anos, 1ª Delegacia de Defesa da Mulher passa a funcionar 24 horas.	Geral
56	2021	Operação no Rio prende envolvidos em violência contra a mulher.	Geral
57	2017	Brasil tem quase 900 mil processos sobre violência contra a mulher em tramitação.	Geral
58	2019	Congresso: violência contra a mulher é prioridade da bancada feminina.	Geral
59	2018	Denúncias de violência contra a mulher chegam a 73 mil, em 2018.	Geral

60	2018	Violência contra a mulher: maioria de casos é reincidente.	Geral
61	2019	Aumenta julgamento de casos de violência contra a mulher, diz CNJ.	Geral
62	2019	Projetos online estimulam combate à violência contra a mulher.	Geral
63	2020	Fux abre fórum de combate à violência contra a mulher.	Geral
64	2020	No Rio, crime de violência contra a mulher aumentou 10% na quarentena.	Geral
65	2016	Projeto discute violência contra a mulher e qualifica moradoras da Maré, no Rio	Geral
66	2017	Cármen Lúcia quer Justiça Restaurativa no combate à violência contra a mulher.	Geral
67	2019	Apenas 19% das empresas combatem a violência contra a mulher no Brasil.	Geral
68	2018	Ana Amélia e Kátia Abreu defendem combate à violência contra a mulher.	Geral
69	2017	Economia brasileira perde R\$ 1 bilhão por causa da violência contra a mulher.	Geral
70	2019	Agressão contra a mulher é uma violência de repetição, diz socióloga.	Geral
71	2017	Ana Maria Braga aparece de olho roxo em campanha sobre violência contra a mulher.	Geral

72	2021	Loudes Bandeira, referência no estudo sobre violência contra mulher, morre aos 72 anos.	Geral
73	2021	Mutirão no Rio busca agilizar processos de violência contra mulher.	Geral
74	2018	27 presos no RJ em operação de combate à violência contra a mulher.	Geral
75	2016	Mutirão da Justiça do Amazonas julga processos de crimes contra a mulher.	Geral
76	2021	Violência contra mulher: mutirão vai agilizar julgamentos em todo país.	Geral
77	2017	Iniciativas institucionais de combate à violência contra mulher são premiadas.	Geral
78	2017	Temer sanciona lei que cria Semana Nacional pela Não Violência contra a Mulher.	Geral
79	2020	BA: Justiça decreta prisão de homem flagrado agredindo mulher.	Geral
80	2021	Sargento da PM continua recebendo salário da corporação mesmo condenado por tortura e violência contra mulher.	Geral
81	2019	Justiça firma pacto para combater violência contra mulheres.	Geral
82	2018	Conscientização reduz violência contra mulher, defende ministro.	Geral

83	2021	Prefeito de São Paulo diz que B.O. por violência contra a mulher é falso.	Geral
84	2020	Turma da Mônica é aliada no combate à violência contra a mulher.	Geral
85	2021	Pamella Holanda fala como está nos dias de hoje após polêmica com DJ Ivis.	Istoé Gente
86	2021	Ex acusa atleta Murilo Becker de agressão: “Estou com a boca costurada”.	Istoé Gente
87	2021	Luiza Brunet diz temer o ex que a agrediu e revela estar aberta a um novo amor.	Istoé Gente
88	2021	Gilmar Mendes rejeita pedido de liberdade para DJ Ivis,	Istoé Gente
89	2021	Apresentadora volta ao trabalho após ter sido agredida pelo ex-namorado.	Istoé Gente
90	2021	Acusado de agressão pela ex-mulher, Rodriguinho se defende: “Não foi nada como ela falou”.	Istoé Gente
91	2020	Adriana Biroli posa nua na web como protesto pelas mulheres vítimas de estupro.	Istoé Gente
92	2020	“Se confirmado, será minha maior decepção da vida”, diz Flayslane sobre denúncias contra Felipe Prior.	Istoé Gente
93	2021	Na Venezuela, relato de sequestro renova foco sobre violência contra a mulher.	Istoé Gente
94	2021	“Terminei namoros amando muito”, diz	Istoé Gente

		Alinne Moraes sobre relações abusivas.	
95	2021	“Não me sinto segura”, declara Pamella Holanda após soltura de DJ Ivis.	Istoé Gente
96	2021	“Vagabundo covarde”, declara Alexandre Frota sobre soltura de DJ Ivis.	Istoé Gente
97	2021	Marcela Peringer fala sobre caso de violência doméstica e agressão com taça de vidro.	Istoé Gente
98	2021	Ratinho se livra de processo por incitação à violência após acordo na Justiça.	Istoé Gente
99	2021	“Nos deixou sem casa de propósito”, diz Pamella Holanda sobre DJ Ivis.	Istoé Gente
100	2021	Novo habeas corpus de DJ Ivis é negado pelo STJ.	Istoé Gente
101	2021	Gravadora Som Livre suspende futuros lançamentos de DJ Ivis.	Istoé Gente
102	2020	“Os estupradores estão entre nós”, diz Ana Paulo Araújo.	Da Redação
103	2019	Manifestação no Chile reúne 100 mil contra violência à mulher.	Mundo
104	2021	Mulheres protestam contra a violência sexista no Peru.	Mundo
105	2018	Atos marcam Dia de combate à Violência contra Mulher.	Mundo
106	2017	Itália faz eventos para alertar sobre violência contra mulher.	Mundo
107	2019	Fórum sobre violência contra mulher é adiado após ameaças.	O Dia
108	2020	Em quarentena com o agressor.	Mariana Ferrari

109	2020	Desafio usa o esporte para combater a violência contra a mulher, e você pode participar.	Saúde da Mulher
110	2020	No México, homens se reabilitam do machismo para erradicar violência de gênero.	Artigos
111	2021	Pandemia retrocede na Europa, mas feminicídios aumentam.	Artigos
112	2019	A boa lição dos tribunais.	Antônio Carlos Prado
113	2020	Felizmente existe o movimento feminista.	Rosane Borges
114	2021	Câmara de Representantes dos EUA aprova a lei contra violência de gênero.	Comportamento
115	2020	Cartazes retratam famosas com hematomas em ação contra violência de gênero.	Comportamento
116	2017	Concurso Miss Peru vira plataforma contra violência de gênero.	Comportamento
117	2018	Várias marchas feministas na Europa contra a violência de gênero.	Comportamento
118	2019	Milhares denunciam na França desigualdade salarial e violência de gênero.	Comportamento
119	2021	“Somos todos Úrsula”, o grito da Argentina contra o feminicídio.	Comportamento
120	2021	Vítimas de violência doméstica no Reino Unido ganham código para pedir ajuda em farmácias.	Comportamento
121	2021	Milhares vão às ruas em todo o mundo pelo	Comportamento

		fim da violência contra as mulheres.	
122	2021	Relatório da RSF revela amplitude do sexismo no jornalismo.	Comportamento
123	2019	Epidemia homicida.	Comportamento
124	2020	Na América Latina, violência doméstica dispara com confinamento.	Comportamento
125	2021	“Nem uma a menos”: milhares marcham em Madri contra a violência sexista.	Comportamento
126	2020	Feministas querem avanços concretos na América Latina.	Comportamento
127	2018	Peru cria comissão emergencial de combate à violência contra a mulher.	Comportamento
128	2019	Luta contra o feminicídio, um modelo questionado pela extrema direita na Espanha.	Comportamento
129	2019	Dia de luto nacional em Portugal contra violência doméstica.	Comportamento
130	2019	Diga não ao feminicídio.	Comportamento
131	2019	Carnaval de Viareggio fará ato contra violência à mulher.	Cultura
132	2020	“Juiz de garantias torna o judiciário mais democrático”, Tula Corrêa de Mello, Juíza criminal.	Entrevista
133	2020	Diante do Vasco, Santos promoverá campanha contra violência de gênero.	Esportes
134	2021	Nike monitora filho de Tite, que curtiu posts transfóbicos, machistas e sobre violência de gênero.	Esportes

135	2021	Conselheiras de grupo propõe emenda por igualdade racial, de gênero e identidade no Flamengo.	Esportes
136	2020	Ex-Botafogo, Jonathan passa noite na cadeia acusado de agredir esposa na Espanha.	Esportes
137	2021	Plano de Botafogo de setor feminino no estádio aprofunda debate sobre assédio.	Esportes
138	2021	Anistia Internacional exige da China prova de vida de Peng Shuai.	Esportes
139	2021	Brasil extradita golfista argentino acusado de agredir ex-mulheres.	Esportes
140	2021	ONU promove campanha contra violência de gênero.	Geral
141	2017	Audiência pública discute violência de gênero nos presídios femininos.	Geral
142	2021	Instituto cria grupo para estudar violência de gênero no Rio.	Geral
143	2017	Uma em cada cinco refugiadas sofre violência de gênero, revela ONU.	Geral
144	2019	Uruguai decreta estado de emergência nacional por violência de gênero.	Geral
145	2021	Isa Penna lidera campanha por paridade de gênero após ser assediada.	Geral
146	2021	Brasil: 4 mulheres são vítimas de feminicídio por dia; estupros se multiplicam.	Geral
147	2019	Defensoria Rio lança canal de denúncia de	Geral

		violência e racismo no parto.	
148	2018	Por Dia da Mulher, Senado aprova projetos contra violência de gênero.	Geral
149	2018	Projeto criminaliza divulgação não autorizada de vídeos de intimidade sexual.	Geral
150	2016	Após 4 meses de internação, morre mulher agredida por reagir à cantada.	Geral
151	2018	Batalhão alvo de denúncia de Marielle Franco é o que mais mata no Estado do Rio.	Geral
152	2021	MPSP abre investigação contra Renato Kalil por denúncias de violência obstétrica.	Geral
153	2016	Esporte é ferramenta na luta por igualdade de gênero, diz ONU Mulheres.	Geral
154	2020	Caso Mariana Ferrer: protesto em SP pede justiça e fim da “cultura do estupro”.	Geral
155	2020	Damares diz que isolamento pode aumentar violência doméstica e pede denúncias.	Geral
156	2018	Temer lança hoje Plano de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.	Geral
157	2020	“O desafio é desconstruir a visão estereotipada da mulher e do homem diariamente”.	Geral
158	2017	Câmara aprova registro de violência	Geral

		contra a mulher em prontuário médico.	
159	2016	Secretaria de Direitos Humanos repudia estupros no Rio e no Piauí.	Geral
160	2016	Triplo feminicídio na Argentina dias depois de protesto contra violência de gênero.	Mundo
161	2021	Mulheres marcham contra a violência de gênero na capital mexicana.	Mundo
162	2017	Mexicana usa o futebol para ensinar meninas a enfrentar violência de gênero.	Mundo
163	2021	Argentina tem passeatas contra a violência de gênero no Dia da Mulher.	Mundo
164	2021	Mexicanas preparam receitas para escapar de desemprego e da violência de gênero.	Mundo
165	2019	Itália se mobiliza no dia contra violência de gênero.	Mundo
166	2021	Porto Rico declara estado de emergência por violência de gênero.	Mundo
167	2017	Brasil mantém históricas desigualdades raciais e de gênero.	Mundo
168	2017	América Latina é a região mais violenta do mundo para mulheres (ONU).	Mundo
169	2019	Itália aprova lei que endurece penas de violência à mulher.	Mundo
170	2020	América Latina, centro dos protestos contra a violência dirigida às mulheres.	Mundo
171	2021	Biden, “decepcionado” com a	Mundo

		saída da Turquia de um tratado contra a violência sexista.	
172	2021	Coliseu será iluminado de vermelho contra feminicídio dia 25/11.	Mundo
173	2016	Feminicídios desenfreados na Argentina: policial mata ex-mulher e namorada.	Mundo
174	2021	Deslocamento forçado de hondurenhos aumenta por violência, pandemia e furacões, diz ONU.	Mundo
175	2016	#NiUNaMenos: Argentina se mobiliza contra o feminicídio.	Mundo
176	2020	“Violência contra mulher é profanação de Deus”, diz Papa.	Mundo
177	2020	Advogado Roberto Caldas é inocentado após acusação indevida.	Brasil confidencial (Germano Oliveira).
178	2021	Lira recebe “Pacote Basta” que criminaliza violência psicológica contra a mulher.	Brasil
179	2016	Maridos buscam ajuda de ONG para deixar de bater nas mulheres.	Brasil
180	2021	Juizes levam ao Congresso “Pacote Basta” à violência contra a mulher.	Brasil
181	2021	Violência atinge 75% de candidatas a prefeitas em capitais.	Brasil
182	2021	Procuradoras representam contra Ratinho por sugerir metralhar deputada.	Brasil
183	2021	Perseguição implacável	Comportamento
184	2020	Europa teme aumento da violência	Comportamento

		doméstica por confinamento.	
185	2017	Fãs pedem expulsão de Marcos Harter da “Fazenda” por violência psicológica.	Cultura
186	2021	Thiago Wild é indiciado por supostos crimes contra ex-namorada.	Esportes
187	2021	Senado aprova projeto que tipifica violência psicológica contra mulher.	Geral
188	2021	Juiz cita pesquisa por termo “terror psicológico” em sentença de caso Tatiane Spitzner.	Geral
189	2021	Câmara aprova projeto que cria programa Sinal Vermelho contra violência doméstica.	Geral
190	2021	Senado aprova cadastro de condenados por violência contra mulher.	Geral
191	2021	Senado aprova novas medidas contra violência doméstica.	Geral
192	2017	Dossiê Mulher: maior parte da violência contra mulher ocorre dentro de casa.	Geral
193	2016	Violência contra mulher salta 44% no País.	Geral
194	2021	Sancionada Lei Mariana Ferrer, que proíbe constranger vítima de violência sexual.	Geral
195	2021	IBGE: no País, 18 % sofreram algum tipo de agressão psicológica, física ou sexual.	Geral

196	2021	Pastor com 490 mil seguidores é detido suspeito de abuso sexual.	Geral
197	2017	Acesso à rede de denúncia de violência é desafio para mulher com deficiência.	Geral
198	2020	MMFDH lança selo “Não à Violência Política”.	Geral
199	2020	Lei Maria da Penha completa 14 anos com violência doméstica em alta.	Geral
200	2018	Denúncias de feminicídio e tentativas de assassinato chegam a 10 mil.	Geral
201	2021	Só a denúncia pode acionar rede de proteção de mulheres, diz ministra.	Geral
202	2021	Lei Maria da Penha completa 15 anos entre avanços e gargalos.	Geral
203	2018	Pesquisadora feminista se ausenta de Brasília após ameaças.	Geral
204	2016	Queixas de violência doméstica pelo 180 aumentam 133% este ano em relação a 2015.	Geral
205	2021	Lei Maria da Penha completa 15 anos.	Geral
206	2016	Maria da Penha: lei foi eficiente, mas precisa ampliar serviços, diz educadora.	Geral
207	2021	CE: Pai mantinha casamento para acobertar incesto com a filha, diz delegado.	Geral

208	2019	CPI do Feminicídio de Alerj aprova relatório final.	Geral
209	2021	Bolsonaro sanciona programa de combate à violência contra a mulher.	Geral
210	2021	Pamella Holanda comemora lei contra violência psicológica.	Istoé Gente
211	2020	Taís Araújo revela que sofreu dois tipos de violência.	Istoé Gente
212	2021	A Fazenda: Liziane anuncia que vai processar Erasmo Viana e Nego do Borel.	Istoé Gente
213	2020	Julia Konrad fala sobre estupro conjugal que sofreu durante relacionamento.	Istoé Gente
214	2021	Duda Reis sobre relacionamento com Nego do Borel: “Agressões eram constantes”.	Istoé Gente
215	2021	Após sugerir metralhar deputada federal, Ratinho pode ser investigado.	Istoé Gente
216	2021	Duda Reis sela a paz com os pais após fim do namoro com Nego do Borel.	Istoé Gente
217	2021	Itália se mobiliza no “Dia Mundial contra Violência às Mulheres”.	Mundo
218	2021	Papa Francisco denuncia violência contra as mulheres.	Mundo
219	2021	Ligações para rede de ajuda a mulheres na Itália crescem 79,5%.	Mundo
220	2019	Homem é detido após ameaçar ex-mulher com boneco de vodu.	O Dia
221	2021	Saiba como identificar 5 atitudes comuns de	Saúde da Mulher

		um agressor de mulheres.	
222	2021	DJ Ivis vira réu por agressão à ex-mulher.	Istoé Gente
			Total: 222 matérias.

13.5) Apêndice E –Número de Matérias por Seção/Coluna

Seção/Coluna	Número de matérias
Geral	128
Brasil	10
Mundo	24
Colunas de pessoas que escrevem para a Revista Istoé	5
Esportes	12
Istoé Gente	27
Saúde da Mulher	2
Cultura	12
Comportamento	23
Entrevista	1
Artigos	2
Da Redação	2
A Semana	2
O Dia	2